



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO

MACEIÓ
MARÇO, 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – BACHARELADO

Projeto pedagógico reformulado para fins de atualização teórico-metodológica e adequação às diretrizes curriculares nacionais.

Reitora

Prof.^a Dr.^a Maria Valéria Costa Correia

Vice-reitor

Prof. Dr. José Vieira da Cruz

Pró-Reitora de Graduação

Prof.^a Dr.^a Sandra Regina Paz da Silva

Coordenadoria de Cursos de Graduação – CCG

Prof.^a Dr.^a Giana Raquel Rosa

Responsável pela Revisão do Projeto Pedagógico

Marcia Valéria Oliveira Gonçalves - Técnica em Assuntos Educacionais/CCG/PROGRAD

Diretor do Instituto

Prof. Dr. Júlio Cesar Gaudêncio

Vice-Diretor do Instituto

Prof.^a Dr.^a Marina Félix de Melo

Comissão de Elaboração do Projeto

Prof. Dr. Amaro Xavier Braga Junior - Docente / ICS

Prof.^a Dr.^a Débora Allebrant - Docente / ICS

Prof.^a Dr.^a Fernanda Rechenberg - Docente / ICS

Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim - Docente / ICS

Prof.^a Dr.^a Silvia Aguiar Carneiro Martins - Docente / ICS

Arielle Darine Acioli Quirino - Técnica em Assuntos Educacionais/ICS

Maria Raniele dos Santos - Representação Discente / ICS

MACEIÓ
MARÇO, 2018

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	6
1.1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	6
1.2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
1.3. COLEGIADO DO CURSO	8
1.4. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	9
1.5. CORPO DOCENTE	9
1.6. GESTÃO ACADÊMICA	12
2. APRESENTAÇÃO	14
2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL	14
2.2. BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	16
2.3. HISTÓRICO DO CURSO	17
3. OBJETIVOS DO CURSO	24
3.1. OBJETIVO GERAL	24
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
3.3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	25
4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	25
4.1. HABILITAÇÕES E ÊNFASES	26
4.2. CAMPOS DE ATUAÇÃO	27
5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	28
5.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	28
5.1.1. INOVAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	28
5.1.2. INTERNACIONALIZAÇÃO	29
5.1.3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL	29
5.1.4. ACESSIBILIDADE	30
5.1.5. INCLUSÃO E POLITICA DE COTAS	33
5.1.6. NÚCLEO DE APOIO AO DISCENTE - NAD	34
5.1.7. POLÍTICAS DE EXTENSÃO	36
5.1.7.1. DIMENSÕES DA EXTENSÃO	37
5.1.7.1.1. DIMENSÃO 1. FORMAÇÃO ACADÊMICA	37
5.1.7.1.2. DIMENSÃO 2. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	38
5.1.7.1.3. DIMENSÃO 3. INTERAÇÃO COM OS SETORES DA SOCIEDADE	38
5.1.7.1.4. DIMENSÃO 4. VALORIZAÇÃO DA CULTURA LOCAL	38

5.1.7.2.	PRINCÍPIOS DA EXTENSÃO	39
5.1.7.3.	METODOLOGIAS GERAIS NORTEADORAS	40
5.1.7.4.	POLÍTICA DE EXTENSÃO NO CURSO	40
5.1.8.	POLÍTICAS DE PESQUISA	42
5.1.8.1.	POLÍTICAS DE PESQUISA NO CURSO	43
6.	METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM	44
7.	AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO – TICs	46
8.	PROCESSOS E SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	48
8.1.	AVALIAÇÃO DISCENTE	48
8.2.	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	51
9.	INFRAESTRUTURA E RECURSOS MATERIAIS	54
10.	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	56
10.1.	EMPRESA JUNIOR	58
11.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	58
12.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	60
12.1.	A INSCRIÇÃO DO TCC NO COMITÊ DE ÉTICA (CEP/UFAL).	60
13.	MATRIZ CURRICULAR	61
13.1.	TRANSVERSALIDADE	65
13.1.1.	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	66
13.1.2.	EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	68
13.1.3.	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	69
14.	ORDENAMENTO CURRICULAR	73
15.	EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO	75
15.1.	EMENTAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	82
15.1.1.	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SETOR DE ANTROPOLOGIA	82
15.1.2.	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SETOR DE SOCIOLOGIA	85
15.1.3.	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SETOR DE CIÊNCIA POLÍTICA	87
15.2.	EMENTAS DAS DISCIPLINAS ELETIVAS	89
15.2.1.	DISCIPLINAS ELETIVAS DE FORMAÇÃO GERAL	89
15.2.2.	DISCIPLINAS ELETIVAS DO SETOR DE ANTROPOLOGIA	90
15.2.3.	DISCIPLINAS ELETIVAS DO SETOR DE CIÊNCIA POLÍTICA	96
15.2.4.	DISCIPLINAS ELETIVAS DO SETOR DE SOCIOLOGIA	101
15.2.5.	DISCIPLINAS ELETIVAS COMUNS AOS TRÊS SETORES	106
16.	REFERÊNCIAS	113

ANEXO A - PROGRAMA DE EXTENSÃO	114
ANEXO B - RESOLUÇÃO DE TCC	117

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)

CNPJ: 00.394.445/0124-52

Município-sede: Brasília – Distrito Federal (DF).

Dependência: Administrativa Federal

Instituição mantida: Universidade Federal de Alagoas

Campus: A.C. Simões

Unidade acadêmica: Instituto de Ciências Sociais

CNPJ: 24.464.109/0001-48

Ato regulatório: Credenciamento

Tipo de documento: Decreto Federal nº 3867

Data do documento: 25/01/1961

Data da publicação: 27/01/1961

Código de cadastro da IES no MEC: 577

Código de cadastro do curso no MEC: 13223

Região: Nordeste

Estado: Alagoas

Município sede: Maceió

Endereço: Av. Lourival de Melo Mota S/N – Campus A. C. Simões. Bairro: Tabuleiro do Martins, Cidade: Maceió, Estado: Alagoas.

Telefone da coordenação: +55 82 3214.1324

Site: <http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ics/graduacao/bacharelado>

E-mail: coordenacao.csob@ufal.br

Site da universidade: www.ufal.edu.br

Telefone da reitoria: + 55 82 3214-1051; 3214-1001.

Telefone da PROGRAD: + 55 82 3214-1084

Missão da IES: A Universidade Federal de Alagoas tem por missão formar continuamente competências por meio da produção, multiplicação e recriação dos saberes coletivos e do diálogo com a sociedade.

1.2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do curso: Ciências Sociais - Bacharelado

Modalidade: Presencial

Título ofertado: Bacharel em Ciências Sociais

Portaria de reconhecimento: Resolução nº 49-B/93 CEPE/UFAL em 09/08/1993

Ato de renovação de reconhecimento: Portaria Nº 286 de 21/12/2012 publicada em 27/12/2012.

Turno de funcionamento: Integral (vespertino/noturno)

Integralização do curso: Mínimo de 8 semestres (4 anos) à no máximo 12semestres (6 anos).

Vagas anuais: 40 divididas em duas entradas de 20 alunos em cada semestre.

Regime: Semestral

Formas de ingresso: O ingresso no curso de Ciências Sociais - Bacharelado é efetivado por meio de processo seletivo, sendo a prova do ENEM o meio de seleção e a plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada) o meio de inscrição, respeitados os critérios de cotas em vigor.

A UFAL poderá adotar outros processos de seleção, simplificados ou não, para o preenchimento de vagas ociosas ou em casos de convênios firmados no interesse público. Dentre outros, aqueles que dizem respeito à formação de professores que atuam na rede pública de ensino e à formação de gestores públicos. Em todos os casos, a igualdade de oportunidade de acesso é garantida por meio de editais.

A UFAL adota uma perspectiva de não produzir nenhuma vaga ociosa, utilizando, periodicamente, conforme o seu calendário acadêmico, editais de reopção, de transferência e de reingresso (nesse caso só para os cursos que possuem as duas modalidades: licenciatura e bacharelado). Carga horária (horas aulas): **3.398 h**

1.3. COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO

O Colegiado de Curso é um órgão consultivo para os assuntos relacionados à política de ensino, pesquisa e extensão do curso de graduação em conformidade como as diretrizes definidas no Regimento Geral da UFAL de 30/01/2006, Título II Capítulo V, Seção II, Art. 25 e 26 e a Portaria N° 559 de 28 de junho de 2001. O colegiado é renovado periodicamente, de dois em dois anos, sendo constituído por cinco professores do Instituto de Ciências Sociais, dentre eles o coordenador e o vice-coordenador, um funcionário e um representante discente.

A atual formação, conforme portaria n.1782 de 29 de setembro de 2017, conta com a distribuição conforme exposto a seguir.

1.3.1. Membros Titulares

Prof. Dr. Amaro Xavier Braga Junior – Coordenador

Prof.^a Dr.^a Silvia Aguiar Carneiro Martins – Vice-Coordenadora

Prof.^a Dr.^a Débora Allebrant

Prof.^a Dr.^a Fernanda Rechenberg

Prof. Dr. Siloé Soares De Amorim

1.3.2. Membros Suplentes

Prof. Dr. Arim Soares Do Bem

Prof.^a Dr.^a Alice Anabuki Plancherel

Prof. Dr. Elder Patrick Maia Alves

Prof.^a Dr.^a Marina Félix De Melo

Prof.^a Dr.^a Rachel Rocha De Almeida Barros

1.3.3. Representantes Dos Técnico-Administrativos

Titular: Arielle Darine Acioli Quirino

Suplente: Ana Paula Cavalcante De Lima

1.3.4. Representantes Dos Discentes

Titular: Maria Raniele Dos Santos

Suplente: Giovana Silva

1.4. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO

O Núcleo Docente Estruturante – NDE foi criado considerando as orientações contidas na Portaria MEC nº. 147/2007, de 02/02/2007, bem como a Resolução CONAES nº. 01/2010 e o Parecer nº. 04/2010, de 17/06/2012, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, que tratam de sua normatização, princípios, criação e sua finalidade e, por fim, a resolução nº 52/2012-CONSUNI/UFAL, de 05 de novembro de 2012, que institui o núcleo docente estruturante (NDE) no âmbito dos cursos de graduação da UFAL. Assim, o NDE do Curso de Ciências Sociais-Bacharelado é composto pelos professores (conforme Portaria n. 289 de 25 de fevereiro de 2016):

Prof. Dr. Amaro Xavier Braga Junior

Prof. Dr. Emerson Oliveira do Nascimento

Prof. Dr. Elder Patrick Maia Alves

Prof. Dr. João Batista de Menezes Bittencourt

Prof. Dr. José Alexandre da Silva Junior

Prof.^a Dr.^a Nádia Elisa Meinerz (presidente)

Prof.^a Dr.^a Sílvia Aguiar Carneiro Martins

1.5. CORPO DOCENTE DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO

O curso de Graduação em Ciências Sociais – Bacharelado da UFAL apresenta um corpo docente composto de 29 (vinte e nove) professores, em sua grande maioria, com doutorado e formação específica nas áreas de Ciências Sociais e com carga-horária de 40h e regime de Dedicção Exclusiva, conforme exposto nos quadros a seguir.

Quadro 2. Corpo Docente do Instituto de Ciências Sociais

DOCENTE	REGIME DE TRABALHO	GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
Alice Anabuki Plancherel	40 h D.E.	Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia
Amaro Xavier Braga Júnior	40 h D.E.	Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia
Arim Soares do Bem	40 h D.E.	Comunicação Social-Jornalismo	Ciências da Comunicação	Sociologia
Bruno César Cavalcanti	40 h D.E.	Ciências Sociais	Antropologia	-
Claudia Mura	40 h D.E.	Letras Modernas	Antropologia Social	Antropologia Social
Débora Allebrandt	40 h D.E.	Ciências Sociais	Antropologia Social	Antropologia
Élder Patrick Maia Alves	40 h D.E.	Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia
Emerson Oliveira do Nascimento	40 h D.E.	História	Ciência Política	Ciência Política
Evaldo Mendes da Silva	40 h D.E.	Geografia	Antropologia Social	Antropologia
Evelina Antunes de Oliveira	40 h D.E.	Ciências Sociais	Ciência Política	-
Fernando de Jesus Rodrigues	40 h D.E.	Direito	Sociologia	Sociologia
Fernanda Rechenberg	40 h D.E.	Jornalismo	Antropologia Social	Antropologia Social
Gabriel Augusto Miranda Setti	40 h D.E.	Ciências Sociais e Filosofia	Ciência Política	Ciências Sociais
João Batista de Menezes Bittencourt	40 h D.E.	Ciências Sociais	Ciências Sociais	Ciências Sociais
João Vicente Barroso da Costa Lima	40 h D.E.	Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia
Jordânia de Araújo Souza	20 h	Ciências Sociais	Ciências Sociais	Antropologia
José Alexandre da Silva Júnior	40 h D.E.	Ciências Sociais	Ciência Política	Ciência Política
Júlio Cezar Gaudêncio da Silva	40 h D.E.	Ciências Sociais	Ciência Política	Ciência Política
Luciana da Conceição Farias Santana	40 h D.E.	História	Ciência Política	Ciência Política
Marina Félix de Melo	40 h D.E.	Ciências Sociais	Sociologia	Sociologia
Nádia Elisa Meinerz	40 h D.E.	Ciências Sociais	Antropologia Social	Antropologia Social
Paolo Totaro	40 h D.E.	Sociologia	Ciências Sociais	Ciências Sociais
Rachel Rocha de Almeida Barros	40 h D.E.	Comunicação Social-Jornalismo	Antropologia	Antropologia
Ranulfo Paranhos dos Santos Filho	40 h D.E.	Ciências Sociais	Ciência Política	Ciência Política
Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira	40 h D.E.	Ciências Sociais	Ciência Política	Sociologia
Siloé Soares de Amorim	40 h D.E.	Antropologia	Multimeios	Antropologia Social
Sílvia Aguiar Carneiro Martins	40 h D.E.	Ciências Sociais	Antropologia	Antropologia
Wendell Ficher Teixeira Assis	40 h D.E.	Ciências Sociais	Sociologia	Planejamento Urbano e Regional
Welkson Pires da Silva	40 h D.E.	Comunicação Social-Jornalismo	Sociologia	Sociologia

Quadro 3. Distribuição dos Professores Conforme Titulação

		%
Professores Doutores	27	93,1
Professores Mestres	2	6,9
Total de Professores	29	100

Quadro 4. Distribuição dos Professores Conforme Regime de Trabalho

		%
Professores 40h D. E.	28	96,55
Professores 20h	1	3,44
Total de Professores	29	100

Quadro 5. Formação dos Professores Área/Área Afim

	Quant.	%
Graduação na área	20	69
Graduação em áreas afins	9	31
Mestrado na área	27	93
Mestrado em áreas afins	2	7
Doutorado na área	27	97
Doutorado em áreas afins	1	3
Pós-doutorado na área	7	24
Total de Professores	29	100

Quadro 6. Distribuição dos Professores por Setor

	Quant.	%
Antropologia	9	31
Ciência Política	7	24
Sociologia	13	45
Total de Professores	29	100

Apesar de contarmos com apenas 2 (dois) professores com mestrado, um deles é doutorando em processo de conclusão e defesa, o que nos fará atingir um percentual de 96,5% de doutores no curso (atualmente o percentual é de 93,1%).

A formação dos professores na graduação possui certa diversificação, haja vista a atuação do profissional de Ciências Sociais nos mais diversos campos da sociedade; Como uma parcela dos professores possui graduação em áreas afins (27,5%), nos permite oferecer um curso diversificado na capacidade de discutir questões sociais em diálogo com a História, com a Comunicação Social, Direito, Geografia, entre outras, apontando como o pesquisador em ciências sociais necessita tanto circular entre as outras áreas quanto se aprofundar em um dos três campos norteadores da atuação profissional (antropologia, ciência política e sociologia). Apesar de concentrarem a formação de pós-graduação nos campos das ciências sociais.

Apesar da diversidade, nosso corpo docente é bem concentrado nas áreas específicas de Ciências Sociais (sociologia, antropologia e ciência política) quando mapeada pelas pós-graduações (mestrado e doutorado).

Demais Funcionários: O Curso de Ciências Sociais – Bacharelado conta com um Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) e um técnico administrativo, o qual é compartilhado com o Curso de Ciências Sociais - Licenciatura.

1.6. GESTÃO ACADÊMICA NO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS BACHARELADO

O ensino de graduação terá como planejamento maior o Projeto Pedagógico do Curso em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional. O plano de ações para suportar a oferta semestral dos cursos será elaborado e/ou revisado semestralmente antes do início das aulas, através de uma Semana Pedagógica da Unidade. Essa atividade constará no calendário acadêmico e será coordenada pelo Colegiado de Curso e de responsabilidade de todos os docentes, tendo a supervisão da Direção da Unidade Acadêmica.

Alunos e docentes observarão os seus direitos e obrigações de acordo com as normas e resoluções acadêmicas vigentes, sendo a atividade de aula orientada pelo plano de aula. Ao final do semestre as Unidades e seus respectivos cursos deverão promover um processo de autoavaliação, a partir dos relatórios de retenção, aproveitamento e evasão discentes, além dos questionários utilizados pela CAA – Comissão de Autoavaliação, observando a atuação do

docente, a participação dos discentes, os pontos relevantes no processo de ensino aprendizagem e, não menos importantes, os indicadores de sucesso comumente conhecidos como evasão e retenção.

Caberá ao Colegiado de Curso coordenar o planejamento, a execução e o acompanhamento do semestre letivo, mantendo reuniões periódicas regulares. Fica por conta do Núcleo Docente Estruturante (NDE) o planejamento de médio e longo prazo dos cursos. O Fórum dos Colegiados dos Cursos será um espaço de discussão e proposição aos Conselhos Superiores de normativas, soluções tecnológicas e de sistemas, planos de capacitações, metodologias inovadoras e, principalmente, de trocas de experiências entre os gestores dos cursos.

2. APRESENTAÇÃO

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente 3.120.922 habitantes, sendo 73,64% em meio urbano.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polos consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESu//MEC.

O PIB per capita estadual era de R\$ 6.728,00 em 2009, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 72 %. Os restantes 28% estão distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata, além do turismo, aproveitando o grande potencial da costa litorânea, em especial destaque para a região metropolitana de Maceió e a Costa dos Corais, no litoral norte.

Vizinha a Recife e Salvador, dois dos principais polos de expansão econômica e tecnológica do Nordeste, a cidade de Maceió (capital de Alagoas), um dos quatro polos mencionados, cumpre uma função central na economia alagoana.

A cidade abriga 32% da população do Estado de Alagoas (pouco mais de um milhão de habitantes) e 47% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado (IBGE, 2014). Com a intensificação da crise do setor do sucroalcooleiro no Estado de Alagoas, nos últimos anos o setor de serviços, especialmente o turismo, tem se destacado no panorama da economia alagoana e de Maceió. Conforme os dados acumulados durante 2011, 2012 e 2013, o destino turístico Alagoas se fortaleceu, granjeando um aumento do seu fluxo turístico acima da média do Nordeste. Conforme a INFRAERO, durante o primeiro semestre de 2013 ocorreu um

aumento de 22% no fluxo de passageiros no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares (Maceió), cujo número alcançou o total de 957.319 passageiros. Durante o mesmo período, entraram em operação cinco novos voos, com novos horários para São Paulo e Brasília, dois dos principais centros emissores de turistas para Alagoas. Desde 2007 que o setor de turismo em Alagoas vem apresentando crescimento da mão de obra ocupada, notadamente por conta da abertura de restaurantes e da construção e instalação de novos hotéis, que, nos últimos 5 anos, alcançou o número de 20 novos empreendimentos, o que representou a adição de mais 8 mil leitos (SETUR-AL, 2014).

Mesmo diante do crescimento turístico e da consolidação do destino turístico Alagoas, Maceió e Maragogi – situada no litoral norte do Estado, localizada a 125 quilômetros da capital – possuem graves problemas ambientais, decorrentes da ausência de políticas integradas de desenvolvimento socioambiental. Embora essas duas cidades possuam notórias belezas naturais e equipamentos turísticos, os problemas ambientais (praias urbanas inapropriadas para o banho, falta de saneamento básico, violação das leis ambientais, entre outras) afastam os visitantes, produzindo estagnação em setores econômicos vitais e, com isso, desemprego e exclusão. Com efeito, nessas cidades a demanda pela formulação de políticas públicas integradas, resultado de múltiplas competências acadêmicas e representações da sociedade civil, torna a atividade do cientista social necessária, tanto no que se refere à transmissão do conhecimento crítico e reflexivo, quanto na sua atuação como técnico e membro dos processos de formulação de diagnósticos e tomada de decisão.

Além dos fatores econômicos e ambientais mencionados, dois outros aspectos também justificam a existência do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais na região. Trata-se do déficit educacional vivido pelo Estado de Alagoas e das suas profundas assimetrias socioeconômicas. De acordo com o IPEA, Alagoas apresentava a terceira menor renda per capita dos nove Estados nordestinos, cerca de R\$ 6.728, obtida mediante a divisão do total do PIB (R\$ 21,235 bilhões) pelo total da população do Estado (3,1 milhões de habitantes). A População Economicamente Ativa de Alagoas (PEA) correspondia, em 2011, a 1,3 milhões de pessoas. Destes, apenas 3% da população (cerca de 40 mil pessoas) recebiam mais de cinco salários mínimos; ficando 232 mil potenciais trabalhadores (cerca de 17% da PEA) sem qualquer renda; 574 mil pessoas (45% da PEA) recebiam até um salário mínimo; e 470 mil pessoas (38% da PEA) recebiam entre um e 5 salários mínimos. De acordo com o IBGE, em 2014, o Estado de Alagoas obteve a segunda menor renda per capita do país. De acordo com o índice de Gini (indicador que afere o grau de desigualdades social entre as regiões e países), Alagoas possui uma das maiores polaridades de distribuição da renda no

Brasil: 1% dos mais abastados (aproximadamente 35 mil pessoas) detém 12% da renda do Estado, enquanto os 50% mais pobres (por volta de 1,5 milhão de pessoas) ficam com apenas 14% da renda estadual.

Parte substancial da disparidade de renda atestada antes se acentua com o grande déficit educacional existente no Estado. Conforme a PNAD (Pesquisa Anual de Domicílios – IBGE, 2011), do total da População Economicamente Ativa (PEA) existente em Alagoas, 21% não possuíam qualquer instrução, e mais de 30% não detinha sequer o primeiro grau (primeiro ciclo do ensino fundamental). De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL), em 2012, 39% dos eleitores aptos a votar (798.461 eleitores) eram analfabetos; 32% (651.018 eleitores) detinham o primeiro grau incompleto; 13% (265.775 votantes) possuíam o segundo grau incompleto; apenas 8% dos votantes (160.309 eleitores) possuíam o segundo grau completo; por fim, somente 3% (68.585 eleitores) possuíam o ensino superior.

Certamente a disseminação de vagas de Bacharelado, como é o caso Curso supracitado, e a consolidação das competências profissionais que este Curso tem fomentado, pode atenuar o gigantesco déficit educacional do Estado de Alagoas, um dos grandes responsáveis pela distribuição desigual de oportunidades profissionais e manutenção estrutural da pobreza.

Apesar de ser um Estado pequeno, Alagoas tem participado do cenário da política nacional, e colaborado para o desenvolvimento social, intelectual e a compreensão etnológica do povo brasileiro através das obras de inúmeros conterrâneos: do antropólogo Arthur Ramos, o filólogo Aurélio Buarque de Holanda, do historiador Félix Lima Junior, dos escritores Graciliano Ramos e Lêdo Ivo, da psiquiatra Nise da Silveira, dos Antropólogos Folcloristas Pedro Teixeira, Ranilson França e Theo Brandão, entre diversos outros. Esta tradição revela a trajetória do Estado no estudo e atuação do campo social, étnico e político, mostrando a necessidade de oferecer à população uma formação em nível superior que atenda esta dimensão de compreensão no qual as Ciências Sociais oferecem capacitação, por vias da maior instituição pública de ensino do Estado: a Universidade Federal de Alagoas.

2.2. BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Universidade Federal de Alagoas – UFAL foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito, (1933) de

Medicina (1951), de Filosofia (1952), de Economia (1954), de Engenharia (1955) e de Odontologia (1957). Trata-se de instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Legislação Nacional correspondente e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Sua sede está localizada na cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, no Nordeste do Brasil. Desde a sua criação, em 1961, a UFAL teve doze gestões exercidas por oito Reitores e duas Reitoras, conforme apresentados no quadro abaixo¹.

Quadro 7: Gestão, Período e Reitores(as) da UFAL

GESTÃO	PERÍODO	REITOR(A)
1ª gestão	1961 – 1971	Aristóteles Calazans Simões
2ª gestão	1971 – 1975	Nabuco Lopes Tavares da Costa Santos
3ª gestão	1975 – 1979	Manoel Machado Ramalho de Azevedo
4ª gestão	1979 – 1983	João Ferreira Azevedo
5ª gestão	1983 – 1987	Fernando Cardoso Gama
6ª gestão	1987 – 1991	Delza Leite Gitai Goes
7ª gestão	1991 – 1995	Fernando Cardoso Gama
8ª gestão	1995 – 1999	Rogério Moura Pinheiro
9ª gestão	1999 – 2003	Rogério Moura Pinheiro
10ª gestão	2003 – 2007	Ana Dayse Rezende Dorea
11ª gestão	2007 – 2011	Ana Dayse Rezende Dorea
12ª gestão	2011 – 2015	Eurico Barros Lobo Filho
13ª gestão	2015 – 2019	Maria Valéria Costa Correia

Fonte: PROGINST, 2012

As características de cada um desses períodos gerenciais, ao longo de sua existência de pouco mais de cinco décadas, (cinquenta e dois anos), são relacionadas a grandes transformações internas, sejam acadêmicas, administrativas e/ou estruturais, que vieram reforçar o compromisso da instituição com a produção e disseminação do conhecimento, com a formação profissional e cidadã, enfim, com a sociedade regional e, alagoana em particular.

2.3. HISTÓRICO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - BACHARELADO

As origens do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado datam de meados da década de 1980, quando o Curso de Licenciatura em Estudos Sociais foi reconhecido pela Portaria Nº 176, de 10 de março de 1985, publicada no Diário Oficial de 11 de março de 1986. O curso

¹ Inserimos no quadro a 13ª gestão que está em andamento.

fazia parte do então Departamento de Estudos Sociais e conferia aos formandos a habilitação em Educação, Moral e Cívica.

Com a definição de uma nova política acadêmica na Universidade Federal de Alagoas – UFAL, em 1992, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação já existentes passaram por um processo de adaptação, visando, principalmente, a adoção do sistema seriado anual em substituição ao sistema de crédito semestral até então em vigor. Além disso, dirigiam-se ao antigo curso inúmeras críticas, tais como ao seu caráter generalizante, à dificuldade em configurar uma identidade mais precisa no espaço acadêmico da Universidade e ao desgaste sofrido pela disciplina Educação Moral e Cívica – foco da habilitação do Curso de Estudos Sociais - no contexto da sociedade brasileira do período. Nessa época, o referido curso já havia sido extinto em praticamente todas as universidades brasileiras.

Face à Lei 8.663, de 14 de junho de 1993, que revogou a obrigatoriedade das disciplinas Moral e Cívica, Organização Social e Política e Estudos Brasileiros no 1º, 2º e 3º graus, a Universidade Federal de Alagoas, através de seus Conselhos Superiores, suspendeu o vestibular para o Curso de Licenciatura em Estudos Sociais, com habilitação em Educação Moral e Cívica, tendo sido as 40 (quarenta) vagas do referido curso, remanejadas para o Curso de Ciências Sociais. Aos alunos já matriculados foi dada a opção preferencial de reopção nas vagas existentes nos demais cursos, em caráter de excepcionalidade, independentemente de área.

O Curso de Ciências Sociais teve a sua implantação autorizada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE/UFAL, em 09 de agosto de 1993, com a resolução N°. 49 – B/93. As atividades foram iniciadas em 1994, vinculadas ao recém-criado Departamento de Ciências Sociais, que na época integrava o Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes (ICHCA). Foram ofertadas, no mesmo curso, duas habilitações distintas, o bacharelado e a licenciatura em Ciências Sociais.

Em 2000, o Colegiado do Curso de Ciências Sociais enviou ao Ministério da Educação (MEC) a documentação necessária ao reconhecimento do Curso, de acordo com os novos padrões estabelecidos pela Portaria N° 877/97 daquele mesmo órgão. Em 10 de janeiro de 2002, o parecer conclusivo da Comissão de Especialistas de Ensino em Ciências Sociais enviado ao nosso curso recomendou o reconhecimento do curso através da Portaria N°. 475, de 22 de fevereiro de 2002 (DOU de 25.02.2002).

Ao lado do reconhecimento e da consolidação do Curso de Ciências Sociais, há que se ressaltar a implantação, em 2003, do Programa de Mestrado em Sociologia, como passos fundamentais para a consolidação do curso de Ciências Sociais. Com a criação do mestrado,

foram abertas novas possibilidades de desenvolvimento, com a criação de linhas de pesquisa para abrigar projetos de investigação específicos, investimento na qualificação do corpo docente e busca de um aprofundamento de estudos voltados à formação acadêmica dos alunos.

No ano de 2006, em virtude da reforma institucional da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, o antigo Departamento de Ciências Sociais transformou-se em Instituto de Ciências Sociais (ICS), conquistando, portanto, mais autonomia e demonstrando, com isso, tanto o crescimento do curso, como a consolidação de sua proposta. A oferta do curso em regime anual nas habilitações de bacharelado e licenciatura foi realizada até o ano de 2007.

A partir de 2008, com a adesão da Universidade Federal de Alagoas ao Programa REUNI do Ministério da Educação, o Instituto de Ciências Sociais deu um passo decisivo na particularização das habilitações oferecidas, através da criação de dois cursos independentes que passaram a funcionar em turnos distintos, (Bacharelado diurno e Licenciatura noturno) ambos em regime semestral. A criação dos dois cursos também representou um ganho significativo no que diz respeito à ampliação do corpo docente.

Diversas avaliações foram realizadas desde 2008 sobre os projetos pedagógicos de ambos os cursos, especificamente no que diz respeito às diferenças de perfil dos cursos, ao índice de repetência e dificuldades dos alunos em integralizarem as grades curriculares, à limitação numérica dos professores para atender os dois cursos (considerando o investimento na pós-graduação e nas atividades de pesquisa e extensão), a circunscrição da escolha do curso pelos alunos mais à sua disponibilidade para o turno do à vinculação ao perfil profissional. Ao longo dos anos de 2010 e 2011, especialmente nos espaços destinados ao planejamento acadêmico foi discutida a reformulação do projeto pedagógico do curso, considerando quatro eixos principais de mudança: racionalização do trabalho docente e da carga horária; a flexibilização do curso na direção de uma maior autonomia do aluno em relação à sua formação; ênfase na formação metodológica e na dedicação à inserção profissional dos alunos; a atualização dos conteúdos. A realização da reforma no ano de 2012 foi prevista do Projeto de Desenvolvido da Unidade (PDU), aprovado na plenária do ICS em 23 de dezembro de 2011.

Desta forma, em 2013, o PPC do curso sofreu um novo ajuste, fruto da dedicação dos professores, alunos e funcionários do ICS em debater conceitualmente aqueles eixos, em estudar os projetos pedagógicos de outros cursos de bacharelado oferecidos em outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), bem como da disposição da Pró-reitoria de Graduação da UFAL em subsidiar pedagógica e legalmente esse trabalho. As definições em

torno dessas alterações, bem como a elaboração do projeto propriamente dito, foram impulsionadas pela visita de Renovação do Reconhecimento do Curso, em maio de 2012. De modo geral, as alterações propostas visaram uma maior adequação do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais, especificamente à consolidação do perfil do egresso e das habilidades e competências a serem desenvolvidas. Em relação aos eixos mencionados, estão sumarizadas abaixo as principais modificações realizadas.

A oferta do curso em regime integral foi a primeira das iniciativas de racionalização do trabalho docente, tendo em vista as metas em curto prazo de incremento da oferta de pós-graduação, bem como da integração das atividades da graduação à pós-graduação. Ela incide diretamente na rotina dos professores possibilitando que as disciplinas comuns aos dois cursos sejam ofertadas no mesmo horário e espaço. Também com essa justificativa na necessidade de racionalização, alterou-se a carga horária de referência das disciplinas de 80 horas para 60 horas. Nesse caso, trata-se de uma medida de adequação do projeto pedagógico ao número de horas que efetivamente é cumprida ao longo do semestre e da garantia de espaço no calendário para reposição de aulas, em situações que o professor esteja afastado para fins de participação em atividades acadêmicas fora da instituição. Desse modo, o curso trabalhará com o calendário de 15 semanas, acrescidas das datas previstas para reavaliação e prova final.

O projeto pedagógico em vigor entre 2008 e 2012 previa uma formação obrigatória até a metade do curso, garantindo uma base teórica sólida nas três áreas que compõe as ciências sociais: antropologia, ciência política e sociologia. A partir da metade do curso o aluno deveria dirigir a sua formação a uma dessas ênfases, cursando disciplinas eletivas específicas de acordo com cada área. Havia um explícito desequilíbrio de carga horária entre as disciplinas obrigatórias e eletivas temáticas. As últimas eram ofertadas com a metade da carga horária das primeiras. Além disso, havia duas eletivas teóricas de 80 horas que se tornavam obrigatórias a partir da escolha da ênfase. A flexibilização proposta no presente projeto se expressa nos seguintes objetivos: a) aumentar a oferta de disciplinas eletivas por parte do copo docente e b) extinguir as ênfases com vistas à construção de uma trajetória acadêmica menos cerceada pelos limites disciplinares. A construção de uma autonomia dos alunos para escolher como será a sua formação a partir da segunda metade do curso está amparada pela manutenção nos primeiros dois anos da dedicação exclusiva dos alunos às disciplinas estruturantes do curso.

O terceiro eixo da reformulação é a ênfase na formação metodológica com vistas à capacitação dos alunos para a inserção profissional. Ele diz respeito tanto ao aumento no número de disciplinas (de duas no projeto antigo para seis na versão atual) quando na

construção de uma regulamentação interna para realização do estágio supervisionado. No primeiro aspecto destaca-se o incremento das estratégias didáticas voltadas à prática de pesquisa, considerando um estudo aprofundado das diferentes técnicas de investigação das ciências sociais, independente da área para qual o aluno dirija a sua formação. Essa opção se justifica pela compreensão de que além das afinidades particulares, há um grande peso da demanda do mercado no que diz respeito às possibilidades de empregabilidade dos egressos de ciências sociais. No segundo aspecto, há que se destacar que até o ano de 2012 o estágio obrigatório vem sendo realizado nos moldes clássicos de transmissão do conhecimento das ciências sociais, através da inserção dos alunos nas pesquisas em andamento dos docentes. Nesse sentido, o estágio opera mais nos moldes da iniciação científica do que da preparação para inserção profissional propriamente dita. Há que se compreender que essa prática espelha história do curso de ciências sociais, fortemente vinculado à academia. Nesse sentido, a regulamentação aqui elaborada tem como objetivo não apenas a transmissão do ofício do cientista social, mas a abertura de um campo profissional, através de um contato mais intenso do próprio curso com instituições públicas, empresas privadas, organizações não governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e demais entidades que nas quais as competências do cientista social possam ser desenvolvidas.

Durante o ano de 2016 e 2017, o colegiado do curso, em virtude da assinatura de um Protocolo de Compromisso junto ao MEC, em função da obtenção do conceito dois (2,0) no ENADE/2014, promoveu uma série de avaliações e procedimentos de revisão do PPC, visando sua melhoria pedagógica e administrativa e a sua adequação para a reestrutura curricular.

Nesse sentido, foram deliberadas ações diretamente junto ao colegiado de Curso, ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), à direção do Instituto de Ciências Sociais e à própria gestão central da Universidade Federal de Alagoas, na figura da Procuradoria Educacional Institucional (PEI) na revisão e ajustes do presente PPC.

Com base no desempenho dos nossos alunos na resolução das questões objetivas e discursivas da avaliação ENADE/2014, e nos resultados obtidos no Questionário de Impressões sobre a Prova e o Questionário do Estudante, respondidos pelos nossos egressos, aferimos uma percepção mais acurada do perfil do nosso quadro discente e das dificuldades que estes têm encontrado ao longo da graduação. É importante salientar que os egressos avaliados no ENADE são estudantes que vivenciaram a transição de planos pedagógicos. Desse modo, tomamos seu desempenho como um indicativo de melhores adequações, mas não podemos tomá-los como resultado do PPC de 2012.

Considerando os parâmetros da avaliação ENADE/CPC, a nossa média de Resultado Geral foi de 39,9 (2014), enquanto as médias regional e nacional foram de 46,5 e 45,9, respectivamente. Nosso desvio padrão também foi maior que os demais (20,1), enquanto o regional de foi de 16,1 e do nacional de 18,2. Abaixo podemos observar mais detalhadamente nossos percentuais comparados para os itens de Formação Geral e Formação Específica:

Quadro 8: Comparativo de médias

ENADE	IES/UFAL	REGIONAL	NACIONAL
Formação Geral			
Média	47,9	57,3	56,3
Mediana	52,3	60,0	60,3
Desvio padrão	20,1	20,2	22,4
Mínimo	00	00	00
Máximo	80,8	98,4	98,4
Formação Específica			
Média	37,0	42,9	42,4
Mediana	39,8	45,0	45,7
Desvio padrão	21,8	16,8	18,9
Mínimo	00	00	00
Máximo	74,2	80,7	86,5

A partir da avaliação dos itens do ENADE/2014, referentes à Formação Geral dos nossos alunos, podemos perceber que embora tenhamos um desvio padrão próximo ao que fora apresentado pelos percentuais regional e nacional, nossa nota média está sensivelmente abaixo dos demais. De maneira positiva, temos pouca oscilação entre a média dos valores do conjunto dos alunos e relativa homogeneidade, mas a média do desempenho foi baixa quando comparada aos parâmetros regional e nacional (-8,4). Ou seja, os dados apontam para a necessidade de maior investimento formativo destes conteúdos nos currículos formais e informais dos nossos discentes como atividade de saneamento desta deficiência.

Quanto à avaliação dos itens de Formação Específica do ENADE/2014, registramos que nossa média ficou abaixo das médias regional e nacional (-5,4) o nosso desvio padrão foi comparativamente elevado (5,0) em relação ao desempenho regional. Os percentuais apontam que precisamos investir na melhoria das condições pedagógicas de formação teórica e técnica destes alunos e em recursos que possibilitem uma maior homogeneização do desempenho geral, a exemplo de recursos de monitoria e/ou acompanhamento pedagógico especializado.

Quanto à atualização dos conteúdos, as principais mudanças se referem à inclusão no PPC das ênfases (já praticadas) em relação ao debate dos direitos humanos, da sustentabilidade, da acessibilidade, das questões étnicos raciais e afros descendentes e, por fim, do empreendedorismo. Também da reorganização das ementas, considerando a alteração

no número de disciplinas obrigatórias por área. Destaca-se também a inserção nas disciplinas teóricas dos principais debates contemporâneos em cada uma das áreas e a incorporação de novas referências tanto nas bibliografias básicas quanto complementares e a inserção de Atividades Curriculares de Extensão como Componentes Curriculares de Extensão conforme as novas diretrizes da Resolução Consuni 04/2018 que regulamentou as ações de extensão como componente curricular, visando à capacitação do aluno e sua aproximação com a comunidade. Nesse sentido, o curso procurou refletir a ampliação da carga-horária de extensão no desenvolvimento de ações extensionistas obrigatórias a partir da metade do curso com as atividades curriculares de extensão (ACEs), chamadas no nosso curso de **Práticas Extensionistas em Ciências Sociais**, com o objetivo de implementar o contato do aluno com as atividades de extensão desenvolvidas nos Programas de Extensão da Unidade Acadêmica (cujas atividades terão Resoluções e Programações específicas, publicizadas pelos meios apropriados do Instituto aos alunos). Além disso, as próprias alterações no quadro de docentes e de suas temáticas de interesse impulsionaram a criação de novas disciplinas eletivas, bem como da ampliação das bibliografias de referência.

As atividades acadêmicas desenvolvidas pelo curso de Ciências Sociais - Bacharelado estão, em sua integralidade, diretamente relacionadas com o atendimento de demandas, principalmente de populações regionais e locais. Os docentes desenvolvem pesquisas e atividades de extensão nas áreas de gênero, etnicidade, juventude, meio-ambiente, cultura popular, religião, política, relações de trabalho no campo, violência e criminalidade, entre outros temas. As pesquisas e os projetos de extensões são de grande importância para o desenvolvimento regional e local, tendo em vista que abordam questões importantes para o desenvolvimento do estado, como a: violência, cultura, a política, entre outros.

Além dos trabalhos de pesquisas e atividades de extensões nas diversas áreas, desenvolvidos pelos docentes, às quais mantém comunicação direta com discentes e com a comunidade regional e local, outros meios são utilizados como agentes difusores dos trabalhos desenvolvidos, como: o site da Unidade (www.ics.ufal.br); os eventos realizados no Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore; o congresso acadêmico, onde os cursos ofertados pelo Instituto são apresentados à comunidade; além dos trabalhos científicos também apresentados por alunos e professores, os quais refletem a produção do conhecimento desenvolvido pelo Instituto; os estágios supervisionados – licenciatura e bacharelado; assim como as atividades desenvolvidas pelos dois programas de pós-graduação mantidos pelo ICS:

um mestrado em Sociologia e um mestrado em Antropologia Social². Assim, constatamos que a Unidade consegue manter links de comunicação direta com a comunidade interna e externa, através dos veículos já mencionados. Conseguimos levar a imagem da Unidade a diversas realidades, e procuramos estar sempre conectados a dinâmica do surgimento de novos meios, para adequar o Instituto a essas novas demandas.

3. OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Bacharelado em Ciências Sociais - Bacharelado pretende formar profissionais aptos a desenvolver atividades de pesquisa em órgãos de gestão administrativa e, em geral, de serviço público, aferentes a instituições públicas ou privadas, voltados para analisar fenômenos e problemas de natureza social, cuja atuação envolva a coordenação e a supervisão de equipes de trabalho na elaboração de pareceres, projetos e laudos sobre assuntos sociais, políticos e culturais.

3.1. OBJETIVO GERAL

Formar pesquisadores na área das ciências sociais, numa visão integrada das três disciplinas que a compõem, a saber, antropologia, ciência política e sociologia.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Isso implica, como objetivos específicos, garantir ao aluno egresso:

- Dominar os conceitos fundamentais das ciências sociais;
- Conhecer as principais linhagens de pensamento nas três áreas de formação;
- Conviver com a literatura especializada contemporânea;
- Dominar o instrumental de pesquisa;
- Dominar os princípios éticos da atuação do cientista social;
- Desenvolver a capacidade de formular autonomamente projetos de investigação;

² O ICS já aprovou nas instâncias locais da UFAL a criação de seu terceiro mestrado acadêmico, desta vez, contemplando a área de Ciência Política. No momento, encontra-se em processo de aprovação nas instâncias superiores do MEC\CAPES. Com a consolidação desta ação, o ICS será uma unidade com três cursos de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrados) e três habilitações de graduação (Licenciatura, Licenciatura EAD e Bacharelado).

- Desenvolver a capacidade de formular análises retrospectivas e projetivas na área;
- Desenvolver a capacidade de aplicar os conhecimentos e as competências adquiridas a fenômenos empíricos.

3.3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O Curso de Ciências Sociais-Bacharelado, tem a função pedagógica de habilitar o seu egresso para que seja:

- Pesquisador na área acadêmica e não acadêmica;
- Elaborar e conduzir projetos de pesquisa de interesse social;
- Domine a bibliografia teórica e metodológica básica;
- Desenvolva a autonomia intelectual;
- Desenvolva a capacidade analítica;
- Apresente competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social;
- Desenvolva o compromisso social;
- Desenvolva o compromisso ético e social.

4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Os bacharéis em Ciências Sociais têm demonstrado na sua inserção no mercado de trabalho a amplitude de sua capacidade de atuação e alargado as possibilidades profissionais dos egressos desse curso. O cientista social, pela sua formação voltada para metodologias de pesquisa, poderá atuar na elaboração de projetos e diagnósticos sociais, no planejamento e execução de pesquisas, consultoria, assessoria a empresas públicas e privadas, órgãos da administração pública direta ou indireta, associações, organizações governamentais e não governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, entre outros.

O curso formará profissionais aptos para análise de uma multiplicidade de questões sociais. Essa capacidade de atuação será garantida pelo seu aprofundamento ético, capacidade analítica e compromisso social. A formação de bacharel possibilitará atuar em instituições públicas, especialmente em atividades relativas à gestão e planejamento de políticas públicas. Cada vez mais, cientistas sociais têm sido chamados a avaliar políticas públicas na qualidade

de consultores e essas experiências demonstram a importância da pesquisa para a elaboração, acompanhamento de qualquer política pública.

Esse profissional também encontra um campo fértil de atuação em empresas privadas, entidades filantrópicas e organizações não governamentais. Nesses espaços, ele está habilitado para elaborar, analisar e avaliar diferentes modalidades de projetos sociais, bem como avaliar o impacto de transformações históricas e culturais específicas. Também a serviço desse tipo de instituições, o bacharel em Ciências Sociais tem qualificação necessária para realizar levantamentos estatísticos e documentais, bem como pesquisas de mercado e opinião pública.

Considerando especificamente a interface com outros campos profissionais, o bacharel em Ciências Sociais pode atuar no planejamento e execução de ações de formação, nas quais o conhecimento antropológico, sociológico ou político venha ser empregado como incremento. Trata-se da utilização do conhecimento específico advindo da formação metodológica e do amplo conhecimento sobre mudanças sociais que permite aos cientistas sociais atuar como assessores nos processos de qualificação e formação continuada, como no preparo de trabalhadores sociais para o atendimento, análise e resposta às demandas sociais.

Além disso, o Curso de Ciências Sociais-Bacharelado prepara o egresso para atuar como pesquisador nas áreas de Antropologia, Ciência Política, Sociologia e Ciências Sociais. Assim, dependendo da trajetória acadêmica realizada pelo egresso, ele poderá se aproximar de uma dessas áreas ou atuar de forma versátil, articulando conhecimentos e habilidades específicas de cada uma delas. Desse modo, o perfil do egresso contempla uma formação suficientemente ampla, que lhe possibilite traçar uma trajetória acadêmica ou inserir-se profissionalmente em diferentes ramos.

Ainda que não exista um campo profissional bem delimitado em relação às competências do cientista social, a formação de bacharel lhe possibilita atuar em instituições públicas, especialmente em atividades relativas à gestão, além de empresas privadas, entidades filantrópicas e organizações não governamentais.

4.1. HABILITAÇÕES E ÊNFASES

O Curso de Ciências Sociais-Bacharelado tem a função pedagógica de habilitar o seu egresso para:

- Desenvolvimento de pesquisas na área acadêmica e não acadêmica;

- Conhecimento das possibilidades analíticas da teoria social;
- Amplo conhecimento das metodologias de pesquisa social (qualitativas e quantitativas);
- Construir ferramentas de coleta de dados;
- Analisar dados e interpretá-los em diálogo com diferentes vertentes da teoria social;
- Execução de atividades e competências com autonomia intelectual;
- Capacidade de diálogo interdisciplinar;
- Articulação entre teoria, pesquisa e prática social;
- Capacidade crítica;
- Discernimento ético;
- Compromisso social.

4.2. CAMPOS DE ATUAÇÃO

As Diretrizes Curriculares do Curso estabelecidas na Resolução CNE/CES nº. 17, de 13 de março de 2002, tratam como campo de atuação do o cientista social o trabalho na centrado na compreensão e intervenção de atividades que possuem seu campo de desenvolvimento em espaços sociais. Ao Bacharel em Ciências Sociais cabe atuar na análise, proposição e participação das mais diversos atividades relacionadas ao planejamento, construção e avaliação de políticas públicas na esfera pública, por iniciativa direta ou indireta. O cientista social atuará no planejamento e execução de pesquisa, elaboração de projetos e diagnósticos sociais, consultoria, assessoria a empresas públicas e privadas, órgãos da administração pública direta ou indireta, associações, organizações governamentais e não governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, entre outros.

Acreditamos que o profissional do Bacharel em Ciências Sociais é um sujeito cuja formação é crucial para elaboração de alternativas, novas formas de intervenção e procedimentos de análise e interpretação social em um contexto social mais complexo e diverso.

5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

5.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O ensino de graduação adotará políticas centradas em três grandes eixos, visando à melhoria contínua da oferta de seus cursos, a formação cidadã, o reconhecimento pela sociedade e a garantia de formação adequada ao perfil de egresso desejado. Isso passa necessariamente por inovação e qualificação, internacionalização, e gestão acadêmica.

5.1.1. INOVAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A universidade deve possibilitar uma revisão permanente dos seus projetos pedagógicos, incluindo nesse debate os novos desenhos curriculares, inclusive aqueles já implantados quando da interiorização, estando atenta a novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas. No nosso curso se promove o uso das ferramentas de Tecnologia da Informação e da Comunicação por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem; a Produção de material instrucional pelos docentes; a Implantação de sistemas de tutoria e reforço das monitorias, sejam elas via presencial ou a distância; a adoção de metodologias inovadoras como *Problem-Based Learning* (PBL); a ampliação dos seminários integradores, projetos integradores e/ou seminários temáticos; Formação de grupos de aprendizagem, coordenados por docentes e acompanhados por alunos dos anos finais, criando assim uma ampla rede de atendimento didático pedagógico; Fomentar demais estruturas didático-pedagógicas; Intensificar a mobilidade intra e interinstitucional como forma de ampliar conhecimentos, saberes e culturas. A universidade não deve perder de vista que uma formação completa deve também levar em consideração a inclusão dos estudos dos direitos humanos, da sustentabilidade, da acessibilidade, das questões étnicos raciais e afros descendentes e, por fim, do empreendedorismo.

A descrição destas ações pode ser consultada em suas respectivas seções descritiva neste documento.

5.1.2. INTERNACIONALIZAÇÃO

O ensino de graduação pensa a internacionalização como um caminho de possibilidades de formação, deixando os currículos locais efetivamente sem fronteiras. O que implica na criação de novas normas de aproveitamento de estudos e adequação curricular para permitir o ir e vir dos sujeitos da aprendizagem. A flexibilização curricular, assim, é peça fundamental nesse processo. A universidade deve se preocupar também em dar uma formação inicial e/ou complementar nas línguas estrangeiras, eliminando um dos grandes limitadores na concretização do sonho de muitos e para isso, oferece cursos de línguas gratuitos para alunos e professores, ligados às atividades de extensão. Por isso, nossos alunos são estimulados e têm participado dos editais de graduação-sanduíche ou de complementação de formação fora do país.

5.1.3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Universidade Federal de Alagoas não se considera proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, ao participar dessa sociedade, é sensível aos seus saberes, problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas próprias atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes em Alagoas, no Nordeste e no Brasil, a ação cidadã da UFAL não pode prescindir da efetiva difusão do conhecimento nela produzidos. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica são, também, consideradas sujeito desse conhecimento, o que lhes assegura pleno direito de acesso às informações e produtos então resultantes.

Neste sentido, a prestação de serviços é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e extensão, devendo ser a realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

Nosso Curso anseia contribuir para o desenvolvimento da responsabilidade social da UFAL, uma vez que as atividades de ensino, pesquisa e extensão se realizam em estreita

relação com a realidade social e política do estado de Alagoas e em diálogo com as demandas advindas de diversos grupos sociais.

O conjunto das atividades do Curso responde a atual abertura do leque de atuação profissional do cientista social nos diversos campos de intervenção e visa contribuir significativamente à formação de profissionais que atuem em processos sócio-políticos e culturais para além do universo acadêmico.

Para tal propósito, além dos temas e ações de pesquisa e extensão acima mencionados, outros ainda têm se tornado o foco das atividades do Curso, tais como as políticas públicas, a valorização da memória e do patrimônio cultural, a produção cultural e artística, as práticas e comportamentos políticos, os pleitos e características das comunidades tradicionais, rurais, quilombolas e indígenas.

O investimento do Curso na formação de profissionais eticamente comprometidos com a sociedade e cientes de sua responsabilidade social, bem como na produção e divulgação de conhecimentos resultantes de processos dialógicos junto aos diversos grupos e movimentos sociais, objetiva contribuir para dirimir as desigualdades sociais presentes no estado, e oferecer à sociedade instrumentos de investigação academicamente orientados para a ação social.

5.1.4. ACESSIBILIDADE

A UFAL possui um núcleo de estudos (Núcleo de Acessibilidade - NAC) voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: autodeclararão. Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades.

Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, junta-se agora o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação. Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, junta-se agora o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de

Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica do curso atenta para o que rege o art. 59 da Lei 12.764/2012, que afirma: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.

Assim, o Núcleo de Acessibilidade foi criado em outubro de 2013 e desde então tem consolidado suas ações na Instituição, e, de acordo com a Lei 13.146/2015 visa “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Em 17 de fevereiro de 2017 foi inaugurada a sua nova sede, no Centro de Interesse Comunitário (CIC), com 3 salas, as quais são utilizadas para reuniões com estudantes, professores, coordenadores e familiares, bem como há a produção de materiais demandados por discentes com deficiência atendidos.

Atualmente, o NAC conta com uma coordenação, um revisor em Braille, 12 (doze) bolsistas de apoio ao estudante com deficiência (selecionados por edital específico) e um psicólogo clínico. O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: a autodeclaração. Assim, professores e estudantes com deficiência, precisam solicitar atendimento educacional especializado e, este ocorre continuamente e de acordo com as suas necessidades. O NAC ainda disponibiliza o empréstimo de equipamentos de acessibilidade, como livros e máquina para escrita em Braile, por exemplo. Os acompanhamentos são avaliados ao final de cada semestre por professores dos estudantes com deficiência e pelos próprios estudantes, com a finalidade de aperfeiçoar os serviços oferecidos.

Além deste acompanhamento, o NAC tem investido na formação da comunidade universitária com a proposição de projetos, cursos e oficinas (Tecnologia Assistiva - Deficiência Visual e Deficiência Física, Estratégias de Ensino do Surdo cego, Práticas Inclusivas na Educação Superior, Sextas Inclusivas, entre outros).

Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades. Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, se junta, agora, o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação. A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para

o art. 59 da Lei 9394/96, que afirma: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. Neste sentido, a Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013, orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os “PPC contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido”.

Para tal atendimento a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos portadores de deficiência auditiva, visual, visual e auditiva e cognitiva sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso.

À luz do Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 – Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

A partir de 2016, o NAC ainda tem atuado na intermediação com os diferentes órgãos da UFAL, principalmente junto à SINFRA, PROGRAD e PROEST, para a minimização de possíveis barreiras (físicas e acadêmicas) à permanência do estudante com deficiência, como preconiza a Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Aqui, merece destaque a construção de calçadas táteis, rampas de acesso aos prédios, corrimãos, adaptações de banheiros e salas de aula, entre outras obras necessárias à permanência dos estudantes e professores com deficiência na universidade.

Com relação ao atendimento de discentes com **Transtorno do Espectro Autista**, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, incluso no instrumento de avaliação dos cursos de graduação do INEP de junho de 2015, a Universidade Federal de Alagoas, nesse momento fomenta estudos e debates no intuito de constituir uma política institucional que explicita ações neste âmbito e que fundamente os cursos de graduação desta instituição em metodologias e ações atitudinais que visem à inclusão de pessoas com este transtorno. Os discentes com transtorno do espectro autista também são atendidos pelo NAC.

Para ampliar o número de estudantes acompanhados, está em andamento visita às coordenações do curso para a distribuição de materiais de divulgação do NAC, bem como a elaboração de campanha institucional para difundir o Núcleo nas redes sociais, pela Assessoria de Comunicação (ASCOM).

No que tange ao curso de Bacharelado em Ciências Sociais, dentro de suas limitações e especificidades, tem-se incentivado docentes e técnicos a atender, sempre que houver necessidade, de forma especializada, àqueles que necessitam: disponibilizando material didático digital acessível - tanto na biblioteca setorial como por meio de plataformas educacionais (Plataforma Moodle), disponibilizando material didático em formato impresso e acessível, para aqueles que precisam, e, quando necessário, disponibilizando material em formato impresso em caráter ampliado (para alunos com baixa visão).

Ainda, do ponto de vista das estratégias relativas à organização didático-pedagógica, o curso conta com a inserção da disciplina eletiva de **Língua Brasileira de Sinais** (LIBRAS), em seu Projeto Pedagógico. Além do mais, o curso dispõe de Programa de Iniciação Científica (PIBIC), que visa auxiliar, tanto os alunos que buscam enriquecimento curricular, como aqueles que possuem algum tipo de dificuldade relativa à pesquisa científica.

Além disso, em respeito à diversidade inerente ao ser humano, e com intuito, na medida do possível, de assegurar a implementação da educação inclusiva, tentamos garantir, em nossas avaliações, praticas especializadas para aqueles que têm algum tipo de necessidade específica, como: estudantes com deficiência visual, e discentes com grau leve de deficiência/problema mental. Como exemplos de ações afirmativas de inclusão, poderíamos citar que nosso corpo docente é orientado a estender o tempo de avaliação para esses alunos, pois estes, naturalmente, necessitam de um período maior para desenvolverem as atividades. Também, caso haja um alto grau de deficiência visual, existe a possibilidade de aplicação da avaliação oral, ou de outros mecanismos inclusivos.

Ressaltamos que os casos, nos quais haja a impossibilidade de atendimento dentro do próprio Curso, seja por questões físicas, seja por questões de vulnerabilidades existentes, os mesmos são encaminhados para o Núcleo de Acessibilidade da UFAL.

5.1.5. INCLUSÃO E POLITICA DE COTAS

No ano de 2015 foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de

famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita e 50% (cinquenta por cento) foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita. Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgulas vinte e dois por cento). A meta da UFAL de destinar 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas públicas, foi atendida em 2016. Nesse momento, a instituição atende plenamente à Lei nº 12.711/2012, inclusive no que tange às cotas para pessoas com deficiência.

5.1.6. NÚCLEO DE APOIO AO DISCENTE - NAD

O NAD – Núcleo de Apoio ao Discente, é uma instância de apoio acadêmico voltada para otimizar a presença do aluno do curso de Ciências Sociais – Bacharelado, nas atividades universitárias, visando reduzir o índice de evasão, retenção e maximizar o processo de aprendizagem e vivência dentro do curso.

O NAD³ visa promover diversas ações através de programas de inserção e capacitação continuada do estudante no universo acadêmico. É pelo NAD que são desenvolvidas as ações de **Monitoria Institucional**; **Simulados** de Capacitação, visando o estabelecimento de ferramentas de avaliação de desempenho; **Tutoria**, onde alunos veteranos acompanham alunos novatos nas atividades acadêmicas e sociais do curso; **Publicação do Guia de Sobrevivência** para o aluno ingressante no curso, idealizado e redigido pelos alunos do curso visando instruir os recém-chegados com as principais informações, localizações e procedimentos de rotina no curso e na UFAL.

As ações do NAD serão desenvolvidas em consonância com o planejado de ações institucionais do curso que, em médio e longo prazo, impactem positivamente os índices de sucesso discente. Para isso, a cada ano letivo um cronograma de atividades será apresentado pelo NAD e aprovado em plenária do ICS, envolvendo as ações a serem desenvolvidas com o apoio dos setores de estudo do ICS e dos alunos veteranos na forma de palestras, minicursos instrumentais e simulados.

³ A coordenação das atividades do Núcleo de Apoio Discente será feita por dois docentes (titular e suplente) integrantes do colegiado.

No que se refere à **Monitoria**, o Núcleo de Apoio ao Discente conduzirá o processo seletivo dos monitores seguindo cronograma da Ufal, e acompanhará, através de encontros com os professores responsáveis pela(s) disciplina(s) e com os monitores, o desempenho discente. O cronograma de acompanhamento das atividades será apresentado pelo responsável pela atividade após conclusão de cada processo seletivo.

A **Tutoria** será uma indicação de acompanhamento entre alunos, gerenciada pelo NAD no qual alunos veteranos acompanharão alunos novatos no primeiro ano do curso, como auxiliares nas atividades acadêmicas, visando tirar dúvidas, esclarecer procedimentos de conduta e práticas eletivas associadas às ações do curso e a vivência acadêmica na UFAL. Esta ação será integrada a publicação anual de um **Guia de Sobrevivência** compilando as principais informações relevantes para estas ações e sendo redigida pelos alunos veteranos, acompanhada de Docente, especialmente designado para este fim.

As **Palestras** ou **Minicursos** visam à atualização discente e devem prioritariamente versar sobre temas (ou abordagens) contemporâneos, contemplando temáticas diversas e circulantes no mundo presente, em escalas local e global, não devendo se restringir apenas à área de formação. Por isso, outros docentes, alunos dos cursos de Pós-graduação do ICS e pesquisadores externos podem ser convidados para essa ação. Serão proferidas quatro palestras a cada semestre, na frequência de uma por mês. Prioritariamente, a atividade não deve ser realizada nos horários de aula e, na medida do possível, devem buscar contemplar conteúdos e temas diversificados e atuais, de formação geral e com impacto direto na atuação profissional.

Os **Aulões** consistem em momentos de revisão dos conteúdos preparatórios à realização de Provas de Avaliação. Para tanto, devem ser utilizadas as provas dos próprios concursos com temática aderente ao curso, como os de cargos públicos, exame nacional do Ensino Médio, do Enade, entre outras. A ação será realizada com a presença de docentes dos três setores da unidade acadêmica para esclarecer dúvidas durante a discussão das questões. Estas atividades também são gravadas e disponibilizadas por vias da plataforma Moodle e\ou das redes sociais, em grupos específicos da comunidade discente do curso de Ciências Sociais, visando a ampliação da ação e seu acesso assíncrono e intermitente.

Os **Simulados** reunirão questões elaboradas pelos próprios docentes a partir dos conteúdos por eles ministrados nas disciplinas. Essas questões buscarão se adequar ao formato sugerido pelas provas de concursos públicos e refletirão o esforço do corpo docente em busca do aperfeiçoamento das ferramentas de avaliação das disciplinas do curso. Os

simulados serão aplicados a cada final de semestre a partir do final do primeiro semestre do curso.

Além disso, o NAD também conta com a composição de um Centro Acadêmico – CA, gerido pelos discentes e com representação garantida nas reuniões de colegiado de curso e demais instâncias institucionais da Unidade Acadêmica (ICS), com sala fixa específica garantindo a ampla participação dos alunos. No curso de Ciências Sociais – Bacharelado o Centro Acadêmico se chama Centro Acadêmico Florestan Fernandes - CAFF e tem gestão colegiada formada por alunos de vários semestres.

O NAD com o apoio do CAFF e do colegiado do curso busca orientar os alunos sobre as políticas de intercâmbios, nacionais e internacionais, existentes na UFAL e estimular sua participação. Como também intermediar, em parceria com as ações do Núcleo de Acessibilidade da UFAL e da PROEST - Pro-reitoria Estudantil, as necessidades específicas dos alunos em torno da acessibilidade, conforme as demandas, visando garantir a inclusão social e a acessibilidade plena.

5.1.7. POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Universidade Federal de Alagoas, orientada pela base legal da Extensão Universitária Nacional, como preceitua a Constituição (1988), a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (1996), o Plano Nacional de Educação (2001-2011) e a Resolução Consuni-UFAL 04/2018 que estabelecem em seus objetivos institucionais consolidar e expandir os programas de extensão das unidades acadêmicas, articulando-os às demandas sociais. A consolidação dessa finalidade passa, obrigatoriamente, pela formação do estudante, sujeito da construção do conhecimento.

A UFAL assume o compromisso, legitimado por seu Estatuto (2003), e dimensiona a extensão como a vivência do processo ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade acadêmica e de toda a sociedade, utilizando como meio, os Programas e os Projetos que são elaborados e executados pelas Unidades Acadêmicas.

A política de extensão da UFAL, alinhada ao cumprimento dos propósitos e missão da universidade pública fundamenta-se em Dimensões, Princípios e Metodologias gerais norteadoras, no sentido da consolidação da institucionalização em suas dimensões processual e acadêmica, envolvendo setores da sociedade e a universidade, sobretudo todos os estudantes como corporação obrigatória na execução e no protagonismo da ação extensionista.

Cumprir destacar que tais diretrizes se associam à premissa da educação continuada, a qual afirma que a graduação superior é apenas uma etapa do processo de ensino e aprendizagem e não o seu término. Deve-se salientar também que, como contrapeso à tendência de diversificar e flexibilizar, o aparato normativo define a necessidade de existirem processos de avaliação permanentes para identificar desvios e propor correções de rumo.

A Universidade Federal de Alagoas atua em todas as oito áreas temáticas de extensão classificadas pelo Plano Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.

5.1.7.1. DIMENSÕES DA EXTENSÃO

As Dimensões da extensão são compromissos prioritários ou elementos estruturantes que devem funcionar como diretrizes gerais da extensão orientando o planejamento, a execução e a avaliação das ações extensionistas. Assim, a UFAL instituiu quatro dimensões estratégicas como seguem: a) formação acadêmica; b) produção de conhecimento; c) interação com a sociedade e d) produção, preservação e difusão cultural.

5.1.7.1.1. DIMENSÃO 1. FORMAÇÃO ACADÊMICA

A formação acadêmica entendida como uma das dimensões da Extensão Universitária, em consonância com a realidade contemporânea, deve acompanhar as transformações sociais e as oportunidades. Nesse sentido, devem-se buscar mecanismos para uma formação generalista, humanística, crítica e reflexiva como definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (Parecer CNE/CES n.º 67/2003). A UFAL tem o compromisso com a formação, não só teórica, mas profissional de perfil versátil. Espera-se também que o cidadão formado pela UFAL, além da robusta formação científica e filosófica possua habilidades comunicativas, empreendedoras, contextualizado com a

realidade local, regional e do mundo. Que seja fluente em idiomas estrangeiros e comprometidos com a preservação ambiental e respeito aos direitos humanos.

5.1.7.1.2. DIMENSÃO 2. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

A extensão transcende a sala de aula tradicional e promove a interação com os diversos setores da sociedade, favorecendo a produção, inovação e a difusão do conhecimento, permitindo a ampliação do acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico e social do país. Cabe à extensão vincular a pesquisa e ao ensino, as necessidades da sociedade e, ao mesmo tempo, buscar a construção e produção de conhecimento, visando à transformação da sociedade em que está inserida. Dentro desse balizamento, a produção de conhecimento, via extensão, se dá na troca de saberes sistematizados - acadêmico e popular, tendo a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade com a consequente produção resultante do confronto com a realidade. Vale salientar que a pesquisa é parte indissociável da extensão. Contudo, essa pesquisa deve ser concebida como método investigativo de trabalho voltado às transformações sociais e à produção de conhecimentos. Caracteriza-se, efetivamente, como um processo educativo, reafirmando o compromisso da UFAL com a sociedade.

5.1.7.1.3. DIMENSÃO 3. INTERAÇÃO COM OS SETORES DA SOCIEDADE

A extensão como espaço de vivência com as problemáticas sociais deve assegurar a relação bidirecional entre a universidade e os setores da sociedade, de tal modo que os problemas sociais emergentes recebam atenção produtiva por parte da UFAL. A participação da universidade na elaboração, acompanhamento, avaliação e implantação das políticas públicas voltadas para a maioria da população se constituem em diretriz importante na interação com a sociedade.

5.1.7.1.4. DIMENSÃO 4. VALORIZAÇÃO DA CULTURA LOCAL

As atividades voltadas para o desenvolvimento, produção, preservação e difusão cultural e artística devem permear a práxis acadêmica como elemento transversal no respeito à

diversidade cultural e para a elevação do nível cultural da população. O estímulo à formação técnica deve ser referenciado pelas ações extensionistas que valorizem a cultura local.

5.1.7.2. PRINCÍPIOS DA EXTENSÃO

As ações de extensão na UFAL, desenvolvidas como processo educativo, visa, sobretudo, colaborar como parte indissociável na formação de profissionais éticos que possam contribuir na elevação das condições de vida da comunidade local e para o progresso e desenvolvimento regional. Essas ações se consubstanciam em forma de programas, projetos, cursos de extensão, eventos, prestação de serviço, produções e produtos acadêmicos. Assim, para cumprimento dos propósitos e missão, a UFAL deve seguir os seguintes princípios gerais:

Princípio I – Ação a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;

Princípio II - a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;

Princípio III - a universidade deve estar atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;

Princípio IV - a ação cidadã da universidade não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nela produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;

Princípio V - a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, como ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;

Princípio VI - a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de

contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

5.1.7.3. METODOLOGIAS GERAIS NORTEADORAS

A participação do aluno é um dos pilares das ações que viabiliza a extensão como momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo ser obrigatória para todos os cursos, desde o primeiro semestre, se possível, e estar integrada a programas decorrentes das Unidades Acadêmicas e à temática curricular, sendo computada para a integralização do currículo dos discentes. Assim, as atividades (AÇÕES) de extensão devem ser parte integrante dos currículos dos cursos de graduação, assegurando, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos na forma de programas e projetos de extensão universitária como preconiza a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014 a 2024.

No caso do curso de Ciências Sociais – Bacharelado este percentual supera os 10%. Dessa forma, no contexto deste curso, as atividades curriculares de extensão estarão inseridas na Matriz Curricular na forma de três componentes curriculares, denominados Práticas de Extensão em Ciências Sociais I, II e III, os quais se localizam, respectivamente, nos 5º, 6º e 7º períodos. Em tais componentes curriculares serão desenvolvidos prioritariamente projetos de extensão, podendo outras atividades extensionistas serem desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, cursos, eventos, produtos, etc.

Para além do cumprimento da carga horária mínima de extensão através dos três componentes curriculares citados acima, o estudante poderá desenvolver outras ações de extensão, devidamente registradas junto à Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, contabilizando esse excedente como carga horária complementar.

Importa ressaltar que todas as atividades curriculares de extensão estarão articuladas ao Programa de Extensão da Unidade, denominado “Ciências Sociais e Sociedade: produções dialógicas”, o qual será melhor descrito a seguir.

5.1.7.4. POLÍTICA DE EXTENSÃO NO CURSO

O Programa de Extensão do Instituto de Ciências Sociais se denomina “Ciências Sociais e Sociedade: produções dialógicas” (Vide Anexo A PROGRAMA DE EXTENSÃO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, p.112) e foi criado no sentido de reunir os

projetos e demais ações de extensão desta unidade acadêmica de modo a torná-los um todo orgânico. Seu principal objetivo é articular os conhecimentos produzidos no campo das Ciências Sociais com as diversas demandas sociais, especificamente no que diz respeito à luta e garantia de direitos e à preservação e desenvolvimento culturais. Objetiva ainda incentivar e consolidar ações com abordagens interdisciplinares e interprofissionais, conforme as orientações pautadas tanto no Plano Nacional de Extensão Universitária (1999), quanto na Política Nacional de Extensão Universitária (2012).

Nesse sentido, o referido programa de extensão atua em três áreas temáticas, a saber: Direitos humanos e Justiça; Cultura; Educação. As atividades de extensão, que nele estão congregadas, vinculam-se a alguma das seguintes linhas de extensão: Direitos Individuais e Coletivos; Patrimônio Cultural, Histórico e Natural; Grupos Sociais Vulneráveis; Segurança Pública e Defesa Social; Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais e Populares; Formação de Professores; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Humano.

Em relação à formação discente, o programa de extensão aqui exposto visa levar o estudante a relacionar pesquisa e ação social na atuação do cientista social, tendo sempre em vista o atendimento das demandas sociais.

Abaixo, seguem os objetivos específicos do presente programa de extensão:

- Sensibilizar o estudante de Ciências Sociais para intervenções orientadas na sociedade e para as causas dos movimentos sociais;
- Consolidar o campo do cientista social a partir de experiências concretas de troca de conhecimentos e intervenção que possibilitem ao estudante vislumbrar o alcance de sua prática;
- Estimular debates e ações de extensão que enfatizem a construção de conhecimento através de um processo dialógico junto aos grupos sociais;
- Aprimorar técnico-metodologicamente, a partir de intervenções diretas e orientadas, as ferramentas de diagnóstico apresentadas e discutidas em sala de aula;
- Possibilitar a organização de ações de extensão que possam ser desenvolvidas no âmbito dos componentes curriculares obrigatórios de extensão, garantindo a efetiva participação e, conseqüente formação, dos estudantes em atividades extensionistas;
- Estabelecer maior organicidade entre as esferas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão universitária.

As ações de extensão, desenvolvidas no âmbito do presente programa de extensão, envolvem diferentes grupos sociais, órgãos e agentes públicos, movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais, tanto no município de Maceió como em

outras localidades do estado de Alagoas, e se voltam para temas de grande relevância social, tais como violência, educação, saúde, cultura e religiosidade popular, patrimônio, trabalho, direitos humanos, relações étnico-raciais, conflitos territoriais e ambientais.

O contato com grupos e fenômenos sociais que constituem o próprio substrato das Ciências Sociais pretende proporcionar ao discente tanto um espaço de experimentação e crítica dos referenciais teórico-metodológicos, quanto oportunizar a vivência de um saber fazer sócio-antropológico-político, mas sempre tendo a preocupação fundamental com a prática docente, além de ampliar a percepção da abrangência do próprio campo de atuação e reconhecer-se como agente de transformação social.

5.1.8. POLÍTICAS DE PESQUISA

Dado o caráter pluri e multidisciplinar que lhe é inerente, a Universidade Federal de Alagoas promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudo que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq.

O incentivo à produção científica, tecnológica e cultural qualificada, se dará através mecanismos que visem o aumento da produção do conhecimento produzido na UFAL. Entre eles vale salientar a política de apoio prioritário à publicação em periódicos de alto fator de impacto, através de lançamento de edital de concessão de recursos para a tradução e pagamento de taxas de publicação. Além disso, o incentivo à vinda de pesquisadores e docentes estrangeiros para colaboração científica ampliará as parcerias para elaboração conjunta de projetos de pesquisa com instituições e/ou pesquisadores estrangeiros. Todas as ações de pesquisa desenvolvidas na UFAL são registradas e institucionalizadas, no âmbito da PROPEP, através da sua inclusão no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Os grupos existentes na UFAL e suas linhas de pesquisa podem ser consultados, sempre de forma atualizada, no link <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>. É imprescindível a existência de uma política de utilização e manutenção de equipamentos multiusuários de pesquisa adquiridos via projetos institucionais. Para tal, deve-se ampliar a divulgação da lista dos equipamentos adquiridos em projetos institucionais e o estabelecimento de regras e critérios de sua utilização. Além disso, serão criados programas de manutenção de equipamentos multiusuários de uso institucional.

O ICS também conta com um Coordenador de Pesquisa, na figura de um professor, que gerencia as atividades visando um maior aproveitamento e direcionamento na relação com a comunidade acadêmica atendida pelo curso.

5.1.8.1. POLÍTICAS DE PESQUISA NO CURSO

Quadro 9: Grupos de Pesquisa da Unidade Registrados no CNPq⁴

Área/Setor	Quant.	%	Nome	Sigla
Antropologia	4	27	Antropologia Visual em Alagoas	AVAL
			Grupo de Pesquisa em Etnologia Indígena	
			Laboratório da Cidade e do Contemporâneo	LACC
			Núcleo de Pesquisa em Gênero, Saúde e Direitos Humanos	Mandacaru
Ciência Política	3	20	Cidadania e Políticas Públicas	
			Laboratório de Estudos de Segurança Pública	LESP
			Núcleo de Pesquisa: Instituições, comportamento político e Democracia	DEMOCRACIA
Sociologia	8	53	Grupo de Estudos Transdisciplinares Sobre Autoritarismo, Violência e Criminalidade	
			Grupo de Pesquisa: Trabalho e Capitalismo Contemporâneo	
			Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas	NEVIAL
			Núcleo de Memória das Ciências Sociais	
			Laboratório de Investigação Sociológica	SocioLab
			Laboratório Interdisciplinar de Estudo das Religiões	LIER
			Núcleo de Estudo e Pesquisa em Ensino de Ciências Sociais	XINGÓ
			Grupo de Pesquisa: Periferia, Afetos e Economia das Simbolizações	GRUPPAES

⁴ O setor de sociologia possui um grupo maior de grupos de pesquisa devido à promoção do Programa de Pós-graduação em Sociologia que terminou estimulando o surgimento de novos grupos, devido à própria dinâmica do Mestrado. Com a abertura do Mestrado em Antropologia nos últimos anos e a futura implementação do Mestrado em Ciência Política, a tendência é de crescimento e equalização dos grupos associados a estes dois últimos setores.

As pesquisas realizadas no curso de Ciências Sociais - Bacharelado estão ambientadas nos diferentes grupos ou núcleos de pesquisa vinculados a Unidade. Os professores, individualmente ou em parceria, coordenam esses grupos de pesquisa que normalmente estão registrados no CNPq. Apesar de haver certa concentração temática e por setor (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), a participação dos professores e alunos é multisetorializada, isto é, cada grupo\laboratório\núcleo comporta professores de diferentes setores, inclusive com a participação de professores de outras unidades acadêmicas e de outras universidades. Isso permite ao aluno vivenciar a diversidade de atuação do pesquisador em ciências sociais.

Os alunos são selecionados para participar de pesquisa nas três áreas de conhecimento do curso de acordo com uma demanda momentânea. Sempre que possível, as pesquisas contam com financiamento público ou privado, sendo uma política da unidade oferecer estrutura física e recursos humanos como principais contrapartidas. Também é uma prática da unidade motivar os professores a desenvolverem pesquisas com presença de alunos bolsistas ou voluntários vinculados ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq. A orientação geral é que sejam incorporadas as atividades de pesquisa alunos de disciplinas ofertadas a partir do 2º período.

A unidade, na revisão de seu PDU, em 2017, prevê, inclusive, uma Coordenação de Pesquisa, visando à promoção das atividades de pesquisa na Unidade de forma mais institucionalizada.

Nas atividades de estágio, estão previstas modalidades que contemplam a participação dos alunos nas ações dos grupos de pesquisa, visando tanto a iniciação científica, quanto à capacitação na aprendizagem da prática de pesquisa relacionada à atuação profissional do aluno.

6. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O Curso trabalha com uma concepção de ensino-aprendizagem orientada para a mediação entre teoria e prática, entre o desenvolvimento da capacidade intelectual, da sensibilidade social e de habilidades técnicas. Cientes de que a formação do cientista social demanda uma intensa imersão teórica, fundamentada principalmente na leitura de referências clássicas e contemporâneas, o Curso procura orientar suas práticas de ensino, na sala de aula

como fora dela, para as possibilidades de aplicação desses conhecimentos no desenvolvimento de pesquisas de distintas naturezas e de atividades de intervenção. Nesse sentido, se preconiza tanto uma aproximação dos professores em relação à realidade social experimentada pelo corpo discente, considerando as potencialidades locais no que se refere à investigação do cientista social e o estreitamento das relações entre graduação e pós-graduação (especificamente o mestrado em sociologia) quanto à aproximação dos alunos com as atividades de pesquisa dos professores e dos núcleos de pós-graduação, aos quais estes se encontram vinculados.

A proposta metodológica do curso de Ciências Sociais – Bacharelado – articula as diferentes propostas teórico-metodológicas da matriz curricular, no sentido de contribuir com a formação do cientista social enquanto pesquisador. O Curso de Ciências Sociais – Bacharelado – oferece disciplinas orientadas à formação do profissional pesquisador, fazendo imersão teórica nos conteúdos propostos, associando esse conhecimento às atividades práticas de pesquisa e análise do meio social, intelectual, cultural, político e econômico. Essa formação requer atualização continuado do conhecimento, associado à perspectiva histórica.

Metodologicamente falando, o Curso de Ciências Sociais - Bacharelado visa à análise, diagnóstico, sistematização e conjectura de propostas às questões sociais, bem como, questões de cunho intelectual e teórico. Nesse sentido, a matriz curricular do Curso prevê que o ensino/aprendizagem seja desenvolvido através da interdisciplinaridade, associando conteúdos teóricos a atividades práticas, sem deixar de lado os princípios éticos e o compromisso com o desenvolvimento da sociedade.

Podemos definir, metodologicamente, a forma de ensino/aprendizagem do Curso de Ciências Sociais-Bacharelado em duas formas básicas:

a) Aulas teóricas: desenvolvido a partir de aulas expositivas, com apresentação dos conteúdos previstos na matriz curricular. Cabe ao docente conduzir as aulas e optar pelo método de avaliação a exposição dos conteúdos, cujos níveis de intensidade e graus de dificuldades e aprofundamento são definidos pela especificidade de cada disciplina estudada.

b) Aulas práticas: à medida que o discente vai avançando nos semestres do Curso, aumenta a carga de disciplinas que versem sobre conteúdos de métodos e técnicas de pesquisa e com isso aumenta a necessidade associar conhecimento teórico à prática de pesquisa. Além do que, as atividades de estágio obrigatório forçam o discente a lidar diretamente com a prática de realização de levantamentos, diagnósticos e pesquisas, em função dos seus objetos de estudos.

7. AS TECNOLÓGICAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO – TICs

O Curso de Ciências Sociais – Bacharelado – congrega docentes e discentes a uma série de recursos tecnológicos na conexão do trinômio universitário ensino-pesquisa-extensão. O uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs – ocorre em estudos coletivos, individuais, em apoios de monitoria e formação etc. Os estudantes acessam tais tecnologias como ferramenta de inclusão digital indispensável à formação do bacharel em ciências sociais.

Os professores podem usar plataformas digitais de interação e informação, tais como blogs e sites no qual disponibilizam material de consulta e oferecem espaço para procedimentos de interação assíncronos. As unidades do curso usam, inclusive, as plataformas das redes sociais para manter a comunicação com os alunos, por via de perfil próprio e grupos de debate exclusivos dos alunos.

Tanto pelo Moodle, quanto pelos perfis das redes sociais (página oficial do curso no Facebook e Grupo Fechado do Instituto e dos cursos), são disponibilizados avisos, ações, aulas gravadas, agilizando o relacionamento e a troca de informações de forma assíncrona e intermitente entre a comunidade atendida pelo curso. Inclusive, o curso está em processo de implementação de um banco de dados virtual com os TCCs produzidos pelos alunos do curso, visando à ampliação do acesso à pesquisa.

As aulas são mediadas por recursos tecnológicos como o uso de Projetores de Multimídia e computadores interligadas com a rede de internet wi-fi gratuita com acesso liberado aos alunos, permitindo uma troca de informações e acesso às plataformas de exibição de vídeos e materiais de consulta durante as aulas. Os professores têm acesso também a uma rede de wi-fi fechada, exclusiva do departamento, visando uma troca mais segura e uma banda larga mais adequada para exibição de vídeos e outros materiais de apoio pedagógico durante as aulas e atividades diversas relacionadas a ensino, pesquisa e extensão.

Na estrutura física, os educandos têm acesso a um laboratório de Informática com computadores que possuem acesso à internet e softwares apropriados para as atividades de formação educacional, bem como outros específicos da atuação profissional, além de contarem com rede wi-fi gratuita em todo o campus. Tal estrutura permite que disciplinas obrigatórias como Introdução à Estatística, Pesquisa Quantitativa, Pesquisa Qualitativa, Organização do Trabalho Acadêmico, ou eletivas, como Metodologia Quantitativa em

Ciência Política e Antropologia Visual, entre outras, sejam desenvolvidas em conexão prática com seus conteúdos ministrados.

O Prédio do ICS tem acesso livre à internet wi-fi, em rede aberta. Nos hall de circulação há tomadas para carregar celulares e computadores que possibilitem o acesso livre à internet dos alunos. Também foi disponibilizado aos alunos o Sistema *Eduroam*. O *Eduroam* (*education roaming*) é um serviço desenvolvido para a comunidade internacional de educação e pesquisa que oferece acesso sem fio à internet sem a necessidade de múltiplos *logins* e senhas, de forma simples, rápida e segura. Este sistema permite que o aluno acesse sites das universidades estrangeiras, com seus computadores e celulares pessoais e sejam reconhecidos como membros da comunidade acadêmica da UFAL e tenham acesso aos periódicos e espaços de interação exclusivos à pesquisa internacional - com liberação gratuita e com maior velocidade de conexão.

O ICS dispõe de 10 aparelhos de Datashow, 3 Notebooks portáteis e Caixa de Som que permitem ao professor inserir estes recursos tecnológicos como aporte para compor suas aulas e dinâmicas em sala de aula. Além de outros equipamentos: 2 câmeras de vídeo/fotografia e TV e sistema de som integrado para a exibição de vídeos.

Tanto no campo da pesquisa, como no da extensão, o uso das TICs ocorre de forma relacionada a saberes interconectados com experiências de sala de aula e execuções práticas fomentadas por atividades didáticas diversas. Os estudantes participam de programas como o PIBIC que lhes possibilitam articular tecnologias e o uso de softwares na medida em que executam os projetos demandados às capacidades do futuro bacharel em ciências sociais.

O curso de Bacharelado também implementou a utilização das Redes de Relacionamento e mídias digitais na relação de comunicação com a comunidade e os discentes. Há um perfil público, tipo “página” do curso, chamada “Bacharelado em Ciências Sociais na UFAL” ([facebook.com/bcs.ufal](https://www.facebook.com/bcs.ufal)) com o objetivo de estreitar a relação com os alunos e facilitar a comunicação das atividades e propor ações de debate, diálogo e orientação mediada pelo ciberespaço. Como também um blog específico do curso de bacharelado (<http://bcsufal.blogspot.com.br>), que conta com a participação de alunos e professores na alimentação constante com notícias do curso, documentos relativos à vida acadêmica, notícias gerais relativas ao mundo das ciências sociais, resenhas, comentários, post pessoais e quaisquer outras informações que visem ampliar a participação dos discentes e fixar sua vida acadêmica, diminuindo a evasão escolar. Tanto o perfil do facebook quanto o Blog são interligados e concomitantes nas informações, garantindo um bom acesso, síncrono e assíncrono com os discentes.

8. PROCESSOS E SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um fator de gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os projetos pedagógicos, delimitar os obstáculos administrativos. Deste modo, ela precisa estar definida, de forma clara e objetiva, no Projeto Pedagógico que, deverá prever tempo amplo para o processo de auto-avaliação pedagógica. A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica e deve ser entendida como um processo amplo e co-participativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos cursos de graduação. O acompanhamento e a avaliação do processo ensino-aprendizagem deverão estar em consonância com a própria dinâmica curricular.

A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa; e, manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do curso. Ela transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e é integrada ao PPC como dado que interfere consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL.

A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano político-pedagógico e das atividades curriculares.

8.1. AVALIAÇÃO DISCENTE

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é

uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa; e, manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do curso.

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na Lei de DBEN no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% de presença às atividades de ensino previstas pela carga horária de cada disciplina e no total da carga horária do curso e qualitativa em relação ao total de pontos obtidos pelo aluno em cada disciplina.

No plano interno, a avaliação da aprendizagem atende ao Art. 9º. da Resolução 25/05 – CEPE que determina que o regime de aprovação do aluno em cada disciplina será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do rendimento escolar.

Neste entendimento, o Art. 10 afirma que: “Será considerado reprovado por falta o aluno que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo.

Parágrafo Único - O abono, compensação de faltas ou dispensa de frequência, só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei no 1.044 (21/10/1969), Decreto-Lei no 6.202 (17/04/1975) e no Regimento Geral da UFAL.

A mesma resolução apresenta um capítulo detalhando como se efetiva a apuração do rendimento escolar.

Ao nível do PPC do curso de Ciências Sociais – Bacharelado, a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino aprendizagem que norteia a metodologia adotada para a consecução da proposta curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos alunos respeitando a diversidade e a pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais.

O docente opta pelos métodos de avaliação (provas abertas, fechadas, atividades práticas, seminários, relatórios, participação nas discussões, etc.), cujos níveis de intensidade e graus de dificuldades e aprofundamento são definidos pela especificidade de cada disciplina estudada. O sistema de avaliação da aprendizagem em cada uma das disciplinas irá observar o que normatiza a resolução no 25/2005 do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) da Universidade Federal de Alagoas, que estabelece:

Art. 11 - A avaliação do rendimento escolar se dará através de:

- (a) Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;
- (b) Prova Final (PF), quando for o caso;

(c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

§ 1º – Somente poderão ser realizadas atividades de avaliação, inclusive prova final, após a divulgação antecipada de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, das notas obtidas pelo aluno em avaliações anteriores.

§ 2º - O aluno terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão da correção de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso.

Art. 12 - Será também considerado, para efeito de avaliação, o Estágio Curricular Obrigatório, quando previsto no PPC.

Art. 13 - Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante de mais de 01 (um) instrumento de avaliação, tais como: provas escritas e provas práticas, além de outras opções como provas orais, seminários, experiências clínicas, estudos de caso, atividades práticas em qualquer campo utilizado no processo de aprendizagem.

§ 1º - Em cada bimestre, o aluno que tiver deixado de cumprir 01 (um) ou mais dos instrumentos de avaliação terá a sua nota, na Avaliação Bimestral (AB) respectiva, calculada considerando-se a média das avaliações programadas e efetivadas pela disciplina.

§ 2º - Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) Avaliações Bimestrais, terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior nota.

Art. 14 - A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) Avaliações Bimestrais.

§ 1º - Será aprovado, livre de prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).

§ 2º - Estará automaticamente reprovado o aluno cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco).

Art. 15 - O aluno que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único - A Prova Final (PF) abrangerá todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em

época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da UFAL.

Art. 16 - Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o aluno que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único - O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

Art. 17 - Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado do Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

Parágrafo Único - A Prova Final, em segunda chamada, realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada, onde prevalecerá o mesmo critério disposto no Parágrafo único do Art. 16.

Visando diminuir o índice de retenção e maximizar a possibilidade de recuperação acadêmica dos alunos, o sistema de avaliação prevê, como supracitado, a realização de uma **Reavaliação de Aprendizagem** que substituirá a menor de suas notas obtidas entre as duas avaliações bimensais. Esta ação acontece antes da avaliação final, possibilitando o aluno não apenas recuperar a nota e melhorará sua média, como ter um melhor aproveitamento acadêmico.

8.2. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação permanente do Projeto Pedagógico do Curso é importante para aferir a adequação do novo currículo, como também para certificar-se da necessidade de alterações futuras que possam contribuir para a otimização do mesmo, considerando-se tanto a sua dinamicidade como a dinamicidade histórica, exterior a ele. Esta avaliação é feita pelo colegiado do curso e pelo NDE, tomando como instrumento base os relatórios da CAA – Comissão de Autoavaliação e os relatórios acadêmicos relativos à evasão, retenção e aproveitamento escolar dos discentes.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir tanto uma avaliação institucional como uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as

normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do projeto. Deverão ser utilizadas estratégias que possam garantir uma discussão ampla do projeto, mediante um conjunto de questionamentos organicamente ordenados que facilitem a identificação de possíveis deficiências e/ou de mudanças históricas que atuem dinamicamente sobre a estrutura curricular, forçando a sua adequação.

O Curso será também avaliado pela sociedade, através da ação/intervenção docente/discente expressa na produção e nas atividades concretizadas no âmbito da extensão universitária, em parceria com instituições e empreendimentos alagoanos, assim como com estágios curriculares não obrigatórios, a partir do momento que suas ações e procedimentos serão divulgados por vias do blog, do site e do perfil público do facebook.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições de ensino, em atendimento ao artigo 9, inciso IX, da lei n 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), servirá de instrumento para avaliação, sendo o mesmo constituído pelos seguintes tópicos:

- I. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação;
- II. Corpo docente: formação profissional, condições de trabalho, atuação e desempenho acadêmico e profissional;
- III. Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

8.3. COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) instituiu a criação de comissões internas de autoavaliação. Respeitando essas orientações o CONSUNI – UFAL afere através da RESOLUÇÃO Nº 52/2013, a criação das CAA's.

O instrumento elaborado pela comissão do ICS teve formato digital, ancorado na plataforma *Google Forms*⁵. Foram elaborados formulários específicos para docentes, técnicos e discentes. Esses formulários são anônimos, mas foram configurados para não receber respostas múltiplas. Desse modo, o formulário solicita que o respondente esteja logado na plataforma.

⁵ O Núcleo de Tecnologia da Informação da UFAL trabalha para unificar o sistema de autoavaliação de cada instituto à avaliação institucional realizada pela Comissão Permanente de Autoavaliação da universidade.

O formulário para docentes foi construído para a avaliação e autoavaliação das atividades exercidas e infraestrutura do ICS. Os docentes avaliaram as atividades, estímulos e promoção de atividades de cunho didático pedagógico realizadas pelo Instituto. Além disso, avaliaram o atendimento na secretaria, coordenação de curso e disponibilidade dos colegiados. A infraestrutura, o acesso à informação e a segurança também foram avaliados. O docente autoavalia sua dedicação às atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, o cumprimento de prazos, sua pontualidade e assiduidade, bem como satisfação em fazer parte o ICS.

No formulário específico para técnicos há perguntas que pautam se há orientações por parte da chefia e se as atividades desenvolvidas são de competência de seu cargo. Esses servidores avaliam se há estrutura e equipamentos para o desenvolvimento de suas atividades e se os canais de comunicação são eficientes. Os técnicos também autoavaliam seu atendimento, dedicação e iniciativa para realização de suas atividades, bem como o cumprimento de prazos e satisfação em relação às funções que vem desempenhando.

O formulário para discentes é composto da seleção de disciplinas cursadas. A partir dessa seleção o aluno responde a um formulário específico para cada disciplina. Esse formulário consiste em apontar a disponibilização da ementa da disciplina e a coerência do plano de curso. Em seguida os alunos avaliam o curso em relação ao cumprimento das atividades propostas, didática empregada, utilização e disponibilização de recursos de T&I, assiduidade e pontualidade do docente. O discente também realiza a autoavaliação de seu desempenho em cada disciplina cursada, pontuando seu empenho e dedicação as atividades propostas. Após a avaliação de cada disciplina cursada no semestre o discente avalia o Instituto, sua infraestrutura, canais de comunicação e atendimento nas coordenações de curso e secretarias. O discente também autoavalia sua utilização da infraestrutura disponível e engajamento em atividades extracurriculares de pesquisa e extensão, por exemplo.

Os formulários são disponibilizados ao final de cada semestre na página institucional do sistema acadêmico de discentes e docentes. Há ainda a divulgação do formulário na página do Instituto e na aba que contém informações sobre a CAA (<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/ics/institucional/comissao-de-autoavaliacao-do-ics-cao>). As coordenações de curso ainda enviam um e-mail para todos os alunos solicitando sua participação na autoavaliação. Os docentes e técnicos também recebem um e-mail reforçando o convite à participação.

Até o presente momento a maior dificuldade da CAA tem sido a baixa participação dos discentes. O plano de atividades da CAA está centrado em melhorar a adesão e, portanto,

conseguir produzir uma avaliação válida, com ações adequadas para sanar as fragilidades desveladas.

9. INFRAESTRUTURA E RECURSOS MATERIAIS

As atividades pedagógicas e técnico-administrativas do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado são realizadas no espaço do Instituto de Ciências Sociais (ICS), no Campus A. C. Simões, num prédio independente, recém-inaugurado (2018). O Curso conta com salas para funcionamento das Coordenações de Curso, Direção e Secretaria, compartilhada com os demais cursos da Unidade (Bloco de Salas 2 – BSA2) com 16 (dezesesseis) salas de aulas equipadas com carteiras escolares, quadros e mesa; 16 (dezesesseis) salas/gabinetes nas quais estão situados os núcleos de pesquisas e salas de professores; Sala de reunião de Professores; uma Sala de acervo bibliográfico; um auditório com cerca de 40 lugares; uma sala multimídia com equipamento fixo de exibição de imagem e som; e um laboratório de informática equipado com dez computadores.

O prédio específico para as aulas, “Bloco de Salas 2” ou BSA2, fica interligado com o prédio administrativo do ICS, a poucos metros e com rampa de acesso direto, seguindo os princípios de acessibilidade, facilitando o deslocamento os alunos e professores para as atividades. Este prédio conta com 17 Salas de aulas, 2 banheiros (masculino e feminino), 2 salas administrativas e de almoxarifado, segurança patrimonial e zelador nos três turnos de funcionamento; além de estrutura de apoio para quiosque de alimentação e para empresa de serviços gráficos de reprodução de documentos (ambos ainda em processo de licitação).

O Bloco de Salas 2 fica atrás do novo prédio administrativo do Instituto de Ciências Sociais, onde será instalada a secretaria e coordenação do curso, ambas com espaço próprio de atendimento aos alunos. O referido prédio se localiza logo à frente do BSA2, com rampa de acesso, facilitando o deslocamento dos alunos entre as atividades de aula e eventuais contatos com a administração do curso.

Quanto aos recursos técnicos, o Curso dispõe de equipamento de TV com *home theater*, equipamento de som, data-shows e retroprojetores.

QUADRO 10: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO PRÉDIO ADMINISTRATIVO DO ICS

QUANT.	ESPAÇO	CARACTERÍSTICAS
--------	--------	-----------------

04	Sala de Aula	Cada sala de aula possui 40 carteiras, 04 ventiladores em funcionamento e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessárias à atividade desenvolvida.
03	Salas de Aula	Cada sala possui 30 carteiras escolares, 02 aparelhos de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessárias à atividade desenvolvida (estas salas são de uso compartilhado com a pós-graduação em turnos diferentes).
01	Sala de Multimídia	A sala possui 40 carteiras escolares, 01 aparelho de ar condicionado, 01 aparelho de Home Theater e 01 TV de LED 40 polegadas e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessárias à atividade desenvolvida.
01	Auditório	A sala possui 40 cadeiras e 03 aparelhos de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessárias à atividade desenvolvida.
01	Sala de Reuniões	Sala dispõe de mesa para reuniões, refrigeração adequada e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessárias à atividade desenvolvida.
01	Biblioteca Setorial	A sala acomoda um acervo da área de ciências sociais e conta com estantes, mesas de apoio e 01 computador com 01 impressora jato de tinta, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação adequada.
02	Laboratórios de Informática	Os laboratórios dispõem cada um de 10 computadores conectados em rede e com <i>softwares</i> de área devidamente instalados, mesas e estantes de apoio e um aparelho de ar condicionado cada, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessárias à atividade desenvolvida. Os laboratórios destinam-se à realização de aulas práticas e atendem às demandas dos cursos.
01	Sala de Coordenações	A sala abriga as coordenações de 03 cursos (bacharelado, licenciatura (presencial e à distância) em ciências sociais) e dispõe de mesas de apoio, estantes e 05 computadores conectados em rede, 01 impressora a laser, 01 aparelho de ar condicionado e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessárias à atividade desenvolvida.
01	Secretaria Geral	A sala abriga 03 computadores conectados em rede, 01 máquina de Xerox, 02 impressoras a laser, mesas de apoio, 03 armários, 01 escaninho, 01 fichário, 08 aparelhos de data show, 02 notebooks, 02 gravadores e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessárias à atividade desenvolvida.
16	Gabinetes de Professores	Os gabinetes são utilizados coletivamente por no máximo 02 professores e dispõem de refrigeração e atende aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessárias à atividade desenvolvida.

01	Sala de Centro Acadêmico Estudantil	Sala dispõe de mesas de apoio, 02 armários, 01 fichário, 01 computador e 01 aparelho de ar condicionado, além de atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, conservação e ventilação necessárias à atividade desenvolvida.
----	-------------------------------------	--

10. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Lei do Estágio define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”. Na Ufal os estágios curriculares supervisionados são regulamentados a partir da Lei do Estágio em conjunto com a Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, ficando definido como componente curricular, presente nos cursos de graduação, sendo dividido em estágios curriculares supervisionados, obrigatório e não obrigatório, desde que previstos nos projetos pedagógicos dos cursos.

O estágio curricular obrigatório do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado, como explicitado, será obrigatório e desenvolvido em instituições públicas, empresas privadas e organizações não governamentais através de convênios previamente estabelecidos com a Universidade Federal de Alagoas. A atividade será coordenada por um professor efetivo vinculado Curso de Ciências Sociais que ficará encarregado de supervisionar os convênios firmados pela PROGRAD para o estágio do aluno e de compatibilizar as demandas as entidades às competências previstas no Projeto Político Pedagógico. Além de ser supervisionada cotidianamente por um profissional com curso superior em Ciências Sociais ou em áreas afins, a atividade será orientada pelos professores do curso.

Fica também a cargo do Coordenador de Estágio submeter à entidade conveniada com antecedência o plano de estágio, formulado pelo supervisor acadêmico e pelo aluno. Esse plano deve conter as informações sobre o período de realização do mesmo, os objetivos, justificativa e um plano de atividades detalhado e cronograma de trabalho. Deverão ser especificadas, ainda, as condições nas quais se realizará o acompanhamento e a orientação do estágio, bem como especificada a apresentação regular de registro das atividades.

Em relação às condições de exequibilidade, ressalta-se que as atividades do estágio serão desenvolvidas de forma teórico/prática, podendo ser nas dependências da Ufal, como prevê o §3º do Art. 2º da Lei do Estágio, além de empresas públicas, privadas ou junto a profissionais liberais de nível superior, desde que devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, cadastrados e/ou conveniados de acordo com a legislação vigente, sob a supervisão de um funcionário da empresa (supervisor) e de um professor da UFAL (orientador).

A estruturação do estágio formaliza-se através de atividades compreendendo, obrigatoriamente, as seguintes etapas:

- **Apresentação de termo de compromisso:** o estágio só será válido a partir do preenchimento e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), celebrado entre o estudante, o docente orientador e a instituição concedente de estágio. Esse termo é um documento institucional, contendo os dados gerais do estágio em questão, o número da apólice de seguros que o discente tem direito, disponibilizado, anualmente, pela Gerência de Estágio (GEST).
- **Elaboração do plano de trabalho:** o estágio deve estar no contexto da formação acadêmica e ser apresentado para registro pelo Colegiado e devidamente aprovado e acompanhado por um docente orientador.
- **Desenvolvimento das ações programadas:** o estágio deve ressaltar o lado da qualidade formal, no aprimoramento das condições instrumentais do exercício profissional.
- **A avaliação final do estágio:** deverá ser apresentado um relatório completo das atividades ao Coordenador de Estágio e ao Colegiado do Curso, avaliado e assinado pelo orientador e pelo supervisor do estágio.

Sobre o Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório é atividade opcional integrante do conjunto de possibilidades previstas para as atividades complementares. A carga horária será de no máximo 30 horas semanais, desde que não haja prejuízo nas atividades acadêmicas obrigatórias. Nos períodos de férias escolares poderão ocorrer atividades de estágios não obrigatórios, sendo a jornada de trabalho estabelecida entre o estagiário e a parte concedente, com interveniência da UFAL, através da Coordenação de Estágios Curriculares do curso.

O Estágio Não-Obrigatório poderá, respeitada a Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, ser transformado em Estágio Obrigatório, mediante parecer favorável do Colegiado de Curso, a depender da análise e apreciação da coordenação do curso, aprovado no Colegiado do respectivo curso.

As demais providências e orientações estão previstas no manual e nas normatizações internas de estágios do curso. A resolução de estágio do Curso de Ciências Sociais - Bacharelado, foi elaborada em complemento à Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006 e na Lei Federal de Estágios, nº 11788 de 25 de setembro de 2008.

10.1. EMPRESA JUNIOR

O curso promove, estimula e incentiva o desenvolvimento de uma Empresa Junior, capitaneada pelos discentes do curso e com consultoria dos docentes afiliados aos departamentos na promoção de atividades profissionais relacionadas à atuação dos alunos enquanto prestação de serviços à comunidade.

Atualmente, a Empresa Junior encontra-se regulamentada, com CNPJ e se chama “FOCUS Consultoria”. Realiza ações de pesquisa social, pesquisa de opinião e pesquisa de intenção de votos para empresas contratantes.

A existência da Empresa Junior visa propiciar ao aluno o espaço de intersecção entre a Pesquisa, a Extensão e o Estágio, promovendo a capacidade de empreendedorismo e atuação no mercado de trabalho.

11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A Resolução Nº 02, de 18 de junho de 2007, em seu Art. 1º, estabelece um percentual de 20% da carga horária total do curso destinado ao estágio curricular e atividades complementares e/ou práticas. Estas atividades não podem exceder 20%, salvo determinações legais específicas. As atividades que ultrapassem 80 horas ficam limitadas a elas de modo que garanta uma maior diversidade da atividade complementar. Com exceção das atividades de monitoria com e sem bolsa, já regulamentadas pela UFAL, todas as outras precisam ser submetidas à aprovação do Colegiado do Curso de Ciências Sociais - Bacharelado.

Além das atividades obrigatórias o aluno deverá realizar uma série de outras atividades que o insiram de forma mais ampla na comunidade acadêmica e científica, tais

como atividades de (a) monitoria, (b) de iniciação científica, (c) participação em congressos ou seminários científicos, (d) de extensão e (e) inserção profissional através do estágio supervisionado não obrigatório.

Para garantir que o aluno busque inserção em mais de uma dessas atividades, o aproveitamento da carga horária como Atividade Complementar será sempre proporcional a no máximo 34% do total previsto (cujo total é de 240h), ou seja, o máximo de aproveitamento em cada tipo de atividade será de no máximo 80 horas por segmento. A seguir, estão descritas as atividades (segmentos), acompanhadas das respectivas cargas horárias semanais.

Cada uma das atividades será registrada mediante apresentação do plano de atividades e de certificação assinada pelo orientador, supervisor ou organizador do evento.

(a) **Monitoria em disciplinas do Curso de Ciências Sociais.** A atividade prevê a dedicação de 12 horas semanais. O aluno poderá atuar como monitor em até duas disciplinas sequencialmente.

(b) **Iniciação Científica:** Atividades de iniciação científica, desenvolvidas junto a um ou mais professores, com ou sem financiamento das agências de fomento à pesquisa (FAPEAL, CNPq, etc.). A atividade deve envolver o aluno em pelo menos 12 horas de atividades semanais.

(c) **Participação em Congressos, Seminários Científicos e Minicursos:** Congressos, Seminários e Minicursos de reconhecido valor científico, desde que na área de formação do(a) aluno(a) ou em áreas afins. Um total de horas equivalente àquelas frequentadas na atividade;

(d) **Atividades de Extensão:** Atividades que envolvam a aproximação e o diálogo entre a UFAL e os diferentes setores da sociedade. Atualmente o Instituto de Ciências Sociais desenvolve um programa específico de extensão chamado Ciência na Prática que articula um conjunto de ações voltadas aos temas da cultura e dos direitos humanos. Tais atividades podem estar vinculadas a projetos disponibilizados pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex) ou serem desenvolvidos por iniciativa da própria Coordenação de Extensão do Instituto de Ciências Sociais, desde que referendados pelo Conselho do ICS e devidamente registrados junto àquela Pró-Reitoria. A carga horária deve variar entre no mínimo 04 e no máximo 12 horas semanais. As atividades de extensão que ultrapassarem os 10% da carga horária do curso destinada à extensão, poderão ainda assim, serem contabilizadas como atividades de extensão.

(e) **Estágio Não Obrigatório:** Essa prática também poderá ser aproveitada como atividade complementar, desde que esteja em conformidade com a regulamentação de estágio.

12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório para a integralização curricular do Curso de Ciências Sociais - Bacharelado e será realizado no oitavo semestre, sendo computado como 110 horas, mas não será ministrado como disciplina. É tarefa do aluno e do orientador conduzi-lo. O TCC é um trabalho de caráter monográfico, artigo científico ou relatório de pesquisa, e individual, apresentado e defendido perante uma banca composta por três professores (incluindo obrigatoriamente o orientador), em dia e hora previamente estabelecidos. Trata-se de um exercício acadêmico e científico que articula a teoria e a prática no processo de conhecimento (o que não exclui trabalhos “teóricos”, desde que eles tenham justificativas práticas sobre sua existência e importância).

Em anexo (Anexo B, p.115) a esse documento segue uma normatização referente ao Trabalho de Conclusão de Curso, que prevê, inclusive, a implementação de um Banco de Dados Virtuais com os TCCs apresentados e defendidos pelos alunos do curso.

12.1. A INSCRIÇÃO DO TCC NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP/UFAL).

Como previsto em Lei, não são os cursos que têm Comitê de Ética, mas a universidade. A UFAL tem um Comitê de Ética (CEP) implementado e atuante, com reuniões consecutivas com toda a estrutura exigida pela CONEPE. O que fizemos foi deixar claro a existência deste comitê e a necessidade de todas as ações de pesquisa passem pelo comitê, via inscrição na plataforma online nacional.

Há a inserção da discussão de ética em pesquisa em várias das ementas das disciplinas metodológicas do curso, enfatizando uma dimensão já existente e desenvolvendo uma estratégia de sensibilização dos discentes para a importância de uma responsabilização do CEP pelas pesquisas realizadas. Todas as pesquisas PIBIC, desenvolvidas no curso, já são obrigadas a se inscreverem no CEP. Inclusive, sinalizamos a participação dos professores do curso de ciências sociais – Bacharelado no comitê de ética da UFAL, de forma que o ICS promove a representação docente no comitê de ética em pesquisa da universidade.

A formação ética é um dos pilares da pesquisa social. Durante a integralização do curso os estudantes são introduzidos à reflexão das implicações éticas de suas escolhas metodológicas e campos de atuação social, sobretudo, durante disciplinas metodológicas e práticas. Para além de se adequarem as resoluções e normativas vigentes, nossos estudantes devem adquirir o discernimento ético que é produzido a partir da consolidação da autonomia teórica e um olhar crítico sobre as metodologias e problemas sociais com os quais poderá se deparar na sua prática profissional.

Atualmente, toda pesquisa que envolver seres humanos deve tramitar junto ao Comitê de ética em pesquisa (CEP). Quando a pesquisa, para a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) envolver, por exemplo, coleta de dados por meio de entrevistas, questionários, arquivos pessoais, etc., deverão ser observadas as Normas para a Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (Resolução CNS nº 466/2012 e Resolução CNS nº 510/2016). Para a submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa na UFAL – CEP, os discentes deverão respeitar os prazos estipulados para registro da pesquisa e início da implantação do projeto. O detalhamento deste procedimento encontra-se disponível na página institucional do CEP-UFAL (<http://www.ufal.edu.br/comite-de-etica-em-pesquisa/>).

Todo pesquisador que submeter um projeto de pesquisa ao CEP deverá, primeiramente, cadastrar-se na Plataforma Brasil disponível em: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf> e apresentar toda a documentação exigida pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP. Realizar esses procedimentos necessita uma familiaridade com termos técnicos e princípios éticos que são trabalhados ao longo o curso, especialmente nas disciplinas obrigatórias de formação em métodos de pesquisa.

13. MATRIZ CURRICULAR

As Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo MEC, através de seu PARECER CNE/CES Nº 492, DE 3 DE ABRIL DE 2001, estabelecem que os Cursos de Ciências Sociais devem se organizar em torno de três eixos: Formação Específica, Formação Complementar e Formação Livre.

De acordo com a RESOLUÇÃO MEC Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007, fica estabelecido que o Curso de Ciências Sociais – Bacharelado possui carga horária mínima

exigida de **3.398** horas, sua integralização prevista deve ser feita em oito semestres e no máximo doze semestres.

Como requisito obrigatório, a carga horária exigida está subdividida em: 1.656 horas de disciplinas obrigatórias; 792 horas de disciplinas eletivas; 240 horas de Estágio Supervisionado; 110 horas para Trabalho de Conclusão de Curso; 360h de Atividades de Extensão⁶ e mais 240 horas de Atividades Complementares.

As disciplinas de Formação Específica são aquelas fornecidas no âmbito do próprio Instituto de Ciências Sociais, compostas por disciplinas obrigatórias e eletivas ligadas às áreas de Antropologia, Ciência Política e Sociologia. São disciplinas teóricas, metodológicas ou que contemplam os desdobramentos temáticos no interior das referidas áreas ou estimulando o diálogo entre elas. Essa formação compreende 2756 horas, sendo 1656 horas de disciplinas obrigatórias, 792 horas de disciplinas eletivas e 360 horas de atividades de extensão.

As disciplinas obrigatórias que compõem o eixo de formação específico podem ser divididas por formação disciplinar, temáticas de discussão específica nos campos da sociologia, antropologia e da ciência política, como também de campos de intersecção entre os três campos sem uma natureza específica e com objetivos de promoção do diálogo interdisciplinar e transdisciplinar entre os campos das ciências sociais; e que ocorre já com as disciplinas de cunho metodológico e que são reforçados com um conjunto de eletivas comuns às três áreas.

É com as disciplinas eletivas que conseguimos ajustar e atualizar a formação do aluno para aliar a formação técnica estrutural necessária para a atuação profissional e as vicissitudes das mudanças da contemporaneidade, tanto na pesquisa científica, quanto na formação do profissional atualizado para o mercado de trabalho em ciências sociais. Para tanto, as disciplinas eletivas são reavaliadas a cada ciclo de 04 (quatro) anos e, considerando-se a frequência da oferta, aquelas que não foram ofertadas durante esse período, poderão ser substituídas por novas disciplinas, definidas a partir de deliberação feita pelos setores de área do Instituto de Ciências Sociais – Antropologia, Sociologia e Ciência Política –, bem como pelo Colegiado do Curso, com foco sempre nas necessidades formativas discentes.

Quadro 11: Disciplinas Obrigatórias do Eixo de Formação Específico

Formação Metodológica E Prática	Formação Disciplinar Antropologia	Formação Disciplinar Ciência Política	Formação Disciplinar Sociologia	Formação Teórica e Prática Comum às três áreas
---------------------------------	-----------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------	--

⁶ Não contabilizadas na C.H. Total de integralização.

Organização do Trabalho Acadêmico	Introdução à Antropologia	Introdução à Ciência Política	Introdução à Sociologia	Pensamento Social Brasileiro
Metodologia das Ciências Sociais	Antropologia I	Ciência Política I	Sociologia I	
Pesquisa Quantitativa	Antropologia II	Ciência Política II	Sociologia II	
Pesquisa Qualitativa	Antropologia III	Ciência Política III	Sociologia III	
Seminário de TCC				
Projeto de Pesquisa				

As disciplinas eletivas distribuídas por área disciplinar e transdisciplinares podem ser visualizadas na tabela a seguir:

Quadro 12: Disciplinas Eletivas dos Eixos de Formação

Eletivas de Antropologia	Eletivas de Ciência Política	Eletivas de Sociologia	Eletivas Comuns aos três Setores
Pesquisa e Escrita Etnográfica	Instituições Políticas Brasileiras	Sociologia da Juventude	Democracia e Movimentos Sociais
Relações Interétnicas	Estado e Políticas Públicas	Sociologia Econômica e do Desenvolvimento	Política e Educação
Etnologia Indígena	Instituições Políticas Comparadas	Estrutura de Classe e Estratificação Social	Segurança Pública e Criminalidade
Memória, Culturas Populares e Patrimônio	Partidos Políticos e Eleições	Sociologia do Trabalho	Cultura e Consumo
Gênero, Família e Parentesco	Representação e Estudos Legislativos	Sociologia da Comunicação	Estudos Sociais da Ciência
Corpo, Saúde e Sexualidade	Política Brasileira	Sociologia dos Conflitos	Estudos das Populações Afro-brasileiras
Antropologia Audiovisual	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	Sociologia Latino-Americana	Meio Ambiente e Sociedade
Laudos, Perícias e Consultorias	Democracia, Cidadania e Justiça	Sociologia Pós-colonial e Decolonial	Estudos Urbanos
Tópicos Especiais em Antropologia I	Tópicos Especiais em Ciência Política I	Tópicos Especiais em Sociologia I	Religião, Ritual e Performance
Tópicos Especiais em Antropologia II	Tópicos Especiais em Ciência Política II	Tópicos Especiais em Sociologia II	Sociologia da Educação

Além das disciplinas eletivas de formação específica, o Curso promove a oferta de disciplinas eletivas de formação geral: Língua Brasileira de Sinais, pensando na formação inclusiva para a acessibilidade do profissional de ciências sociais. Além disso, prevê, com o objetivo de garantir uma formação pautada nos princípios da autonomia, flexibilidade e interdisciplinaridade do futuro profissional, uma lista de disciplinas ofertadas por outros cursos que podem entrar na matriz curricular como Eletivas, isto é, podendo vir a serem

cursadas pelos/as estudantes de Ciências Sociais - Bacharelado, com peso equivalente às disciplinas eletivas ofertadas pelo próprio curso de Ciências Sociais - Bacharelado, isto é, devendo apenas, serem observadas as devidas adequações em termos de carga horária, equivalente ou superior, assim com as normas da Universidade quanto à matrícula em Vagas Remanescentes.

Nesses casos, antes mesmo da solicitação de matrícula, os/as estudantes contarão com a orientação do Colegiado de Curso, de modo a garantir o melhor aproveitamento dos estudos.

Quadro 13: Disciplinas de Formação Complementar - Eletivas Ofertadas por Outros Cursos

Disciplina	Área\Curso
Educação e Diversidade	Ciências Sociais - Licenciatura
Pesquisa Educacional	Ciências Sociais - Licenciatura
Geo-História	História
Introdução à Filosofia	História
Geografia Urbana	Geografia
Geografia Econômica	Geografia
Geografia de Alagoas	Geografia
Tópicos de Filosofia da Arte	Filosofia
Filosofia e Literatura	Filosofia
História Econômica Geral	Economia
História do Pensamento Econômico	Economia
Formação Econômica do Brasil	Economia
Economia Política	Economia
Economia Regional e Urbana	Economia
Economia e Meio Ambiente	Economia
Libras*	Letras

As disciplinas de Formação Complementar são aquelas fornecidas por outras unidades acadêmicas, e que possibilitam ao aluno conhecer algumas das diferentes interfaces do Curso de Ciências Sociais-Bacharelado, bem como explorar as possibilidades de diálogo com outras áreas. Uma particularidade ocorre com a disciplina de “Língua Estrangeira” que será escolhida qual a língua estrangeira que o aluno preferir entre duas opções oferecidas pela Faculdade de Letras: Língua Inglesa e/ou Língua Espanhola. A carga horária destas disciplinas de formação complementar é constituída por disciplinas de caráter obrigatório, referidas nas competências básicas direcionadas pelo Curso. Essa formação compreende 288 horas de disciplinas obrigatórias.

Quadro 14: Disciplinas de Formação Complementar

Disciplina	Área	Período
Formação Social de Alagoas	História	1
Psicologia Social	Psicologia	2
Língua Estrangeira (Língua Inglesa e/ou Língua Espanhola)	Letras	2
Introdução à Estatística	Matemática	3

Além do conjunto das disciplinas obrigatórias, como componente curricular, compõe-se ainda pelas atividades de Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares. Nessas o aluno aprofundará o conhecimento disciplinar adquirido através do contato com a prática no campo profissional e na pesquisa acadêmica. Essas atividades possibilitam ao aluno o contato mais direto com as atividades relacionadas às diferentes áreas das Ciências Sociais. Na mesma linha da valorização da autonomia na formação acadêmica, elas pressupõem um engajamento ativo do aluno no desenvolvimento das diferentes áreas, na escolha de temáticas de investigação e da apropriação dos conhecimentos adquiridos para realização de interfaces profissionais. Essa formação compreende 590 horas, sendo 240 horas de Estágio Supervisionado, 110 horas de Trabalho de Conclusão de Curso e 240 horas de Atividades Complementares.

De acordo com o art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº. 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de graduação, bacharelados, os estágios e atividades complementares não deverão exceder a 20% da carga horária total do curso. Desse modo poderíamos ter até 640,4 horas em atividades complementares e estágios. Nossa carga horária para essas atividades é de 480 horas.

13.1. TRANSVERSALIDADE

A matriz pretende combinar uma formação de sólida base teórico-metodológica e humanista às especializações necessárias ao exercício de atividades no mercado de trabalho. Dessa forma o eixo de formação específica procura conjugar um núcleo de conhecimento teórico e humanista a especializações que permitam a construção de trajetórias alternativas e individualizadas. Desse modo, além da possibilidade de ter uma formação geral em Ciências Sociais, o curso de Bacharelado possibilita ao aluno orientar seus estudos para uma das três áreas que estruturam o curso, quais sejam: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Essa ênfase será construída pelo próprio aluno através dos investimentos de estudo e das escolhas

no quadro das eletivas. Ela será comprovada mediante o histórico escolar do aluno e pode auxiliá-lo a posicionar-se de forma mais clara, nas situações em que a inserção profissional distingue o perfil de antropólogo, cientista político ou sociólogo.

13.1.1. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Educação em Direitos Humanos na UFAL adéqua-se à Resolução CNE/CP n. 01/2012. Sua inserção nos PPC dos cursos deve ocorrer pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

De acordo com o PNEDH (2006), a educação em Direitos Humanos pode ser executada no ensino superior de várias maneiras. O curso de Ciências Sociais em suas disciplinas formadoras de Antropologia, Ciência Política e Sociologia possui uma aproximação histórica com esse tema, uma vez que aborda em diferentes contextos a compreensão da diversidade e a luta por uma sociedade democrática e igualitária. Desse modo não é raro que dentre as linhas de pesquisa desenvolvidas pelo curso, existam algumas que contemplem o debate de Direitos Humanos. Diante de tal familiaridade, optou-se pela transversalização da Educação em Direitos Humanos. Isso significa que esse tema formativo será abordado transversal e interdisciplinarmente em diversas disciplinas do quadro obrigatório e eletivo do curso.

A temática de direitos humanos antes mesmo de sua curricularização já fazia parte das preocupações das Ciências Sociais. Entendemos que, para além da definição do termo direitos humanos, essa é uma frente discursiva que abarca o interesse de debater e assegurar o interesse de grupos minoritários tais como crianças, mulheres, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência entre outros.

Ao debater os direitos que concernem tais grupos estamos debatendo modos como políticas hegemônicas e globais pretendem dar conta da especificidade de relações étnicas, ambientais e promover a dignidade humana e a diversidade.

As ciências sociais têm se preocupado em contextualizar o debate da promoção dos direitos humanos e de uma sociedade diversa e plural. O debate da diversidade é tema de reflexões teóricas que datam do início do século XX. Cientistas sociais têm questionado a própria construção da categoria “direitos humanos” como uma frente discursiva. Trata-se da contextualização da elaboração da declaração de direitos humanos da ONU e o modo como

uma interpretação sobre o que são direitos e como devem ser promovidos se tornou hegemônica. Nader (1999) chama atenção para o fato de que somente uma versão da carta não foi escrita em Inglês. Pontuar tal aspecto nos remete a noções de justiça e sensibilidades jurídicas que estão arraigadas a nossa cultura e contam com nossa língua para expressá-las. O fato de uma declaração que se pretende universal não dar conta sequer em sua elaboração dessas especificidades demonstra os limites da produção de um universalismo para os direitos humanos.

É justamente nesse aspecto que debate o universalismo versus o particularismo que se debruçaram autores como Fonseca e Cardarello (1999), Santos (2004) e Ribeiro (2004). Para esses autores os direitos humanos precisam estar ligados a uma prática. De modo geral, isso significa dizer que para a aplicação dos direitos humanos é necessário mobilizar uma frente discursiva. As frentes discursivas têm se constituído enquanto direitos específicos, fugindo, assim, do debate mais amplo de direitos humanos universais. Nesse sentido, os autores nos provocam a pensar quem são os sujeitos das políticas de direitos humanos: estaríamos falando de direitos dos mais e menos humanos ou estaríamos promovendo uma distribuição de direitos para humanos direitos.

Dentre as propostas que os autores elaboram para solucionar o dilema da aplicação dos direitos humanos está o conceito de universalismo heteroglóssico (RIBEIRO, 2004). Através desse conceito o autor propõe manter o universalismo como base dos direitos humanos, desde que este compreenda uma multiplicidade de vozes.

A seguir, listamos as disciplinas que abordam esse tema:

A) Disciplinas Obrigatórias: Antropologia I, Antropologia II, Antropologia III, Ciência Política I, Ciência Política III, Sociologia III e Pensamento Social Brasileiro;

B) Disciplinas Eletivas: Antropologia Urbana, Corpo, Saúde e Sexualidade, Gênero, Família e Parentesco, Etnologia Indígena, Relações Interétnicas, Antropologia da Religião e dos Rituais, Política e Educação, Instituições Políticas Comparadas, Democracia e Movimentos Sociais, Violência Urbana e Segurança Pública.

Desse modo, enquanto instituição de ensino comprometida com o desenvolvimento de uma formação não só para a promoção de direitos humanos enquanto uma frente discursiva para a igualdade, liberdade e justiça, propomos problematizar e contextualizar histórico e politicamente a criação e manutenção de direitos humanos como promotor de tais ideais. O curso de Ciências Sociais - Bacharelado promove uma educação em direitos humanos atenta para a valorização da diversidade e do entendimento que a educação é o veículo para a transformação social da sociedade.

Toma-se a educação em Direitos Humanos como responsável para uma formação ética, crítica e política. Por essa razão, aplica-se a educação em Direitos Humanos de forma global no curso de ciências sociais uma vez que os princípios que regem tais conceitos perpassam aspectos teóricos da formação dos estudantes e são preceitos da sociedade democrática, regida pela igualdade, liberdade e justiça. Desse modo, o PPC é a afirmação do compromisso do Instituto de Ciências Sociais e da Universidade Federal de Alagoas em promover a consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos.

13.1.2. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Em atenção à Lei 10.639/2003, à Lei 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, os PPC da UFAL vem tratando a temática de forma transversal.

Além de cumprir com as exigências normativas educacionais brasileiras, a proposta de uma Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), incorporada aos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado desta instituição de ensino superior, por meio dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), estimula a integração entre saberes étnicos constitutivos de nossa cultura brasileira (branco, indígena, negro e cigano), em destaque a nossa cultura alagoana, além de possibilitar a produção de novos conhecimentos científico, cultural, tecnológico e artístico, ou a revisão dos conhecimentos existentes, de modo a promover condutas e políticas de formação profissional que valorizem as diversidades étnico-raciais. Em decorrência dessa proposta, referendar-se-á o compromisso firmado pela UFAL, dentre outros, de aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas, dos cursos de graduação à pós-graduação, implementadas, oficialmente, desde 11 de novembro de 2003, por meio da Resolução CONSUNI/UFAL nº 33, que aprovou o Programa Ações Afirmativas para Afro-descendentes (PAAF) nesta instituição, com o empenho do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UFAL), criado em 1981, inicialmente Centro de Estudos Afro-brasileiros (CEAB), que atua tanto internamente à UFAL, com o papel de promover cursos de formação/capacitação, debates, disponibilização de acervo (documental e bibliográfico) para

consulta e coordenação geral de editais sobre ERER; quanto externamente, em parceria com outras instituições educacionais do estado, do país e/ou outros países, e com os movimentos sociais.

Nesse sentido, o curso de Ciências Sociais – Bacharelado, de acordo com as referidas leis e resoluções, além de abordar essa temática em suas pesquisas e na extensão, tem problematizado tal discussão em disciplinas obrigatórias e eletivas, especialmente: A) Disciplinas Obrigatórias: Antropologia I, Antropologia II, Antropologia III, Pensamento Social Brasileiro; B) Disciplinas Eletivas: Antropologia Urbana, Antropologia da Religião e dos Rituais, Etnologia Indígena, Sociologia dos Conflitos e da Violência, Sociologia da Religião e Sociologia do Pensamento Racial Brasileiro.

É possível, ainda, identificar nas referências bibliográficas que compõem a descrição destas disciplinas a identificação com essa temática transversal.

Ainda faz-se importante destacar que o conhecimento e aprendizado da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena, bem como das relações étnico raciais tem sido valorizado no nosso Instituto, uma vez que alguns docentes atuam junto a grupos de estudos/pesquisa ligados a esta temática, a exemplo do Grupo de Pesquisa em Etnologia Indígena; do Grupo em Antropologia Visual em Alagoas (AVAL); do Laboratório da Cidade e do Contemporâneo (LACC), o que tem permitido que a mesma fosse objeto de estudo de vários Trabalhos de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. O que demonstra nosso compromisso não só com as exigências oriundas do Ministério da educação, como também com a problematização de questões tão presentes no cenário alagoano.

Para além do acesso a tais discussões nas disciplinas acima citadas, temos, no nosso curso, o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão relacionados às demandas de grupos étnicos: Identidade, território e tradição do conhecimento entre os índios Xukuru-Kariri/AL; levantamentos de dados para caracterizar a ocupação territorial das famílias Xukuru-Kariri da Fazenda Nóia em Taquarana-AL; Cidade, Mobilidade e transformações indígenas: os Kariri-Xokó e os Wassu-Cocal em Alagoas; Identificação, Análise e Catalogação de fontes histórico-documentais sobre grupos Indígenas em Alagoas; Monitoramento Socioambiental dos grupos indígenas no Estado de Alagoas; Curso de Capacitação de professores Indígenas; Mapeamento das Casas de Cultura Afro-Brasileiro em Maceió-AL; Genealogia das Lideranças religiosas Afro-Alagoanas; Atlas das Terras Indígenas em Alagoas.

13.1.3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Com o intuito de impulsionar o desenvolvimento de uma consciência crítico-transformadora que enfrente os desafios impostos pela crescente disseminação de problemas ambientais, o Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas tem empreendido esforços para dotar seus discentes de ferramentas analíticas que subsidiem uma interpretação sociopolítica das múltiplas dimensões que compõem a questão ambiental. Para criar uma compreensão integrada da temática ambiental, dando ênfase ao estabelecimento de uma educação ambiental não disciplinar, o Curso dirigiu esforços no sentido de estabelecer um tratamento transversal para os conteúdos relacionados à exploração econômica da natureza, e, conseqüentemente, para os conflitos e problemas relacionados aos usos e apropriações dos recursos naturais.

Desde os anos de 1970, estamos envolvidos em transformações sem precedentes nas esferas econômica, política, sociocultural e ambiental. Essas transformações, configuradas pela reestruturação produtiva do processo capitalista, encerradas no pensamento neoliberal e do processo de globalização, desestruturam conquistas sociais importantes e tornam ainda mais evidentes quão frágeis são a economia, a política e a organização social da maioria dos estados nacionais do Planeta.

Resgata-se de Carvalho (2002), a ideia de que toda educação é ambiental, pois se a Educação não vier acompanhada pela dimensão ambiental, “perde sua essência e pouco pode contribuir para a continuidade da vida humana” (CARVALHO, 2002 p. 36). Assim, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. As DCNs de Educação Ambiental (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº2/2012) destacam que “o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social”.

Isso posto, nota-se a necessidade de inserir no processo educativo do curso de Ciências Sociais - Bacharelado as discussões de educação ambiental, na visão da interdisciplinaridade. O trabalho interdisciplinar de educação ambiental se caracteriza pela ampliação do espaço social e visa à disseminação crítica dos conhecimentos socioambientais,

culturais e políticos, articulando-os à realidade local, nacional e global, com a formação cidadã e ética.

Busca-se superar a mera ideia de ecologizar o processo educativo, pois o trabalho de educação ambiental não se limita ao acúmulo de conceitos de ecologia ou ao trabalho com problemas ambientais, por isso, as disciplinas de sociologia ambiental e sociologia das políticas públicas, discutem as questões socioambientais, articulando com a formação do perfil profissional do curso. Além destas disciplinas, temos projetos de pesquisa e extensão relacionados ao meio ambiente (Campo socioambiental de poder: tensões políticas, epistêmicas e conflitos nos estudos de impactos ambientais relativos ao Projeto de Integração do Rio São Francisco; Avaliação de Impactos Sociais – Agroflorestal; Sociedade, Floresta e Sustentabilidade); e Monitoramento Socioambiental dos grupos indígenas no Estado de Alagoas;

Nesse sentido, o Curso visa possibilitar ao discente o conhecimento que lhe permita ter uma compreensão panorâmica de diferentes dimensões da vida urbana/rural e de dinâmicas de conflitos do passado e do presente, dando-lhe instrumentos para reflexão sobre desigualdades étnico-raciais, acesso a bens de mobilidade urbana e rural como um direito fundamental, urbanização e impacto ambiental.

Em uma direção complementar há disciplinas diretamente enfocadas na compreensão dos problemas ambientais da contemporaneidade, com é o caso da eletiva intitulada Meio Ambiente e Sociedade: Conflitos, desenvolvimento e Justiça Ambiental cuja tarefa primordial é realçar os elementos conceituais que permitem compreender a construção do campo ambiental, como um lugar de disputas, tensões e conflitos entre, não raro, diferentes atores e distintas lógicas de uso, significação e apropriação do meio ambiente. O tratamento da questão ambiental é balizado por uma bibliografia que procura contemplar autores de diferentes campos do saber e com variada inserção geográfica, sendo uma tentativa do Bacharelado em Ciências Sociais impulsionar a reflexão acadêmica a partir do olhar de pesquisadores e militantes situados em distintas regiões do globo.

Pode-se citar a seguinte lista de disciplinas em que essa temática é abordada transversalmente: Antropologia Urbana, Corpo, Saúde e Sexualidade, Antropologia do Consumo e da Cultura Material, Etnologia Indígena, Relações Interétnicas, Democracia e Movimentos Sociais, Sociologia do Meio Ambiente.

Isso posto, destaca-se ainda que a Ufal possui um Núcleo de Educação Ambiental (NEA), ligado ao Centro de Educação, mas que está aberto a apoiar o trabalho de educação ambiental em diversos cursos. O NEA desenvolve atividades com o Coletivo Jovem, cursos

de formação para professores e estudantes sobre Educação Ambiental, curso de especialização em Educação Ambiental (2012).

14. ORDENAMENTO CURRICULAR

ORDENAMENTO CURRICULAR DE CIÊNCIAS SOCIAIS-BACHARELADO REGIME SEMESTRAL

Período	Código	Disciplina	Obrigatória	Carga Horária				
				Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Semestral Total

1º		Introdução À Antropologia	Sim	4	60	12	-	72
		Introdução À Ciência Política	Sim	4	60	12	-	72
		Introdução À Sociologia	Sim	4	60	12	-	72
		Organização Do Trabalho Acadêmico	Sim	4	52	20	-	72
		Formação Social De Alagoas	Sim	4	72	-	-	72

Total de C.H. no Semestre 360

2º	CSOB167	Antropologia I	Sim	4	72	-	-	72
	CSOB168	Ciência Política I	Sim	4	72	-	-	72
	CSOB169	Sociologia I	Sim	4	72	-	-	72
	CSOB176	Psicologia Social	Sim	4	60	12	-	72
		Língua Estrangeira (Língua Inglesa e/ou Língua Espanhola)	Sim	4	50	22	-	72

Total de C.H. no Semestre 360

3º	CSOB172	Antropologia II	Sim	4	72	-	-	72
	CSOB173	Ciência Política II	Sim	4	72	-	-	72
	CSOB174	Sociologia II	Sim	4	72	-	-	72
	CSOB175	Introdução à Estatística	Sim	4	60	12	-	72
	CSOB170	Metodologia das Ciências Sociais	Sim	4	50	22	-	72

Total de C.H. no Semestre 360

4º	CSOB177	Antropologia III	Sim	4	72	-	-	72
	CSOB178	Ciência Política III	Sim	4	72	-	-	72
	CSOB179	Sociologia III	Sim	4	72	-	-	72
	CSOB180	Pesquisa Quantitativa	Sim	4	50	22	-	72
		Eletiva 1	Não	4	72	-	-	72

Total de C.H. no Semestre								360
5º	CSOB201	Pesquisa Qualitativa	Sim	4	50	22	-	72
	CSOB198	Pensamento Social Brasileiro	Sim	4	72	-	-	72
		Eletiva 2	Não	4	72	-	-	72
		Eletiva 3	Não	4	72	-	-	72
	-	Práticas de Extensão em Ciências Sociais 1	Sim	-	-	-	120	120

Total de C.H. no Semestre 408

6º	CSOB202	Projeto de Pesquisa	Sim	4	52	20	-	72
		Eletiva 4	Não	4	72	-	-	72
		Eletiva 5	Não	4	72	-	-	72
		Eletiva 6	Não	4	72	-	-	72
	-	Práticas de Extensão em Ciências Sociais 2	Sim	-	-	-	120	120

Total de C.H. no Semestre 408

7º		Estágio Curricular Supervisionado	Sim	4	-	240	-	240
		Seminário de Pesquisa	Sim	4	52	20	-	72
		Eletiva 7	Não	4	72	-	-	72
		Eletiva 8	Não	4	72	-	-	72
	-	Práticas de Extensão em Ciências Sociais 3	Sim	-	-	-	120	120

Total de C.H. no Semestre 576

8º		Trabalho de Conclusão de Curso	Sim	-	-	110	-	110
		Eletiva 9	Não	4	72	-	-	72
		Eletiva 10	Não	4	72	-	-	72
		Eletiva 11	Não	4	72	-	-	72

Total de C.H. no Semestre 326

Atividades Complementares								240
Carga Horária Total								3.398
Carga Horária em Atividades de Extensão								360

Quadro 15. Distribuição e Percentual da Carga Horária

	Quantidade	C.H.	%
Carga Horária das Disciplinas Obrigatórias	23	1656	54,5
Carga Horária das Disciplinas Eletivas	11	792	26,1
Estágio Curricular Supervisionado	1	240	7,9
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	1	110	3,6
Atividades Complementares (Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais)	-	240	7,9
Carga Horária de Integralização do Curso	-	3.398	100
Atividades de Extensão	-	360	11,9

15. EMENTAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DE FORMAÇÃO GERAL

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO	Carga-horária Total: 72h
<p>EMENTA: As Ciências e o Conhecimento Científico: sua natureza e o modo de construção nas Ciências Humanas e Sociais. Diferentes formas de conhecimento da realidade. A construção do conhecimento científico e a pesquisa em educação. Aspectos técnicos do trabalho científico. Diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <p>ALVES – MAZOTTI, A. J.e GWANDSZNAJDER, F. O método nas Ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998. BRANDÃO, Z. (org.) A crise dos paradigmas e educação. São Paulo: Cortez, 1994. CARVALHO, M. C. M. de (Org.) Construindo o Saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas. Campinas/SP: Papyrus, 1994. CHIZZOTTI, A. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. São Paulo: Cortez, 1995. CRUZ, A. da C.; MENDES, M.T.R. Trabalhos Acadêmicos, dissertações e teses: estrutura e apresentação. 2ª ed. Niterói/RJ: Intertexto, 2004. DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1987. DEMO, P. Educar pela pesquisa. São Paulo: Autores Associados, 2000. DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. São Paulo: Cortez, 1991.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p> <p>FAZENDA, I. (Org.) Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1994. LAVILLE, C. e DIONNE, J. Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. PÁDUA, E. M. M. de. Metodologia da pesquisa. Campinas/SP: Papyrus, 2000. TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. RAMPAZZO, L. Metodologia Científica. São Paulo: Loyola, 2002.</p>	

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO	Carga-horária Total: 72h
<p>EMENTA: Aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos da sociedade brasileira. Introdução ao desenvolvimento histórico do pensamento político e social brasileiro. Clássicos do pensamento político e social brasileiro.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p>	
<p>FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Globo, 2008. 2v FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 51. ed. São Paulo: Global, 2006. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 17a ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, c 2011.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p>	
<p>VILLAS BÔAS, Gláucia. Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2006. MOTA, Lourenço Dantas (Org). Introdução ao Brasil 2: um banquete no trópico. 2. ed. São Paulo: Senac-SP, 2002. MOTA, Lourenço Dantas (Org). Introdução ao Brasil 1: um banquete no trópico. 4. ed. Senac-SP, 2004.</p>	

METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	Carga-horária Total: 72h
<p>EMENTA: Epistemologia e fundamentos de sociologia do conhecimento. Envolvimento e distanciamento do pesquisador e as condições de objetividade do conhecimento sociológico. Condicionantes sociais e biográficos da ciência. Articulação entre formulação/reflexão de um problema de pesquisa, manuseio dos métodos e escolhas de técnicas.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p>	
<p>POPPER, Karl Raimund. Lógica das ciências sociais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Rio de Janeiro: Ed. da UnB, 1978. WEBER, Max; COHN, Gabriel. A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais. 1. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, c2000.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p>	
<p>POPPER, Karl Raimund. Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1999. BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. Una Invitación a la sociología reflexiva. 2. ed. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2008. BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis (RJ): Vozes, 2004. DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000. WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais. Campinas, SP – Cortez, 2001. GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. RINGER, Fritz K. A metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais. São Paulo: EDUSP, c1997.</p>	

PESQUISA QUANTITATIVA	Carga-horária Total: 72h
<p>EMENTA: A constituição das ciências sociais enquanto ciências empíricas. Métodos e técnicas quantitativas de pesquisa nas ciências sociais. Limites disciplinares e potencial interdisciplinar do método de quantificação nas ciências sociais.</p>	

Bibliografia Básica

BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisas em Survey. Belo Horizonte – MG: Editora UFMG, 2005.
 LEVIN, Jack & FOX, James Alan. Estatística para Ciências Humanas. São Paulo: Pearson Brasil, 2012.
 BOUDON, R. Métodos Quantitativos em Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1971 (Coleção Métodos Quantitativos em Ciências Sociais).
 AGRESTI, Alan & FINLAY, Bárbara. Métodos Estatísticos para as Ciências Sociais. São Paulo: Penso-Artmed, 2012.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Alberto Carlos. Como são feitas as pesquisas eleitorais e de opinião. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
 ROSENTAL, Claude. & FRÉMONTIER-MURPHY, Camille. Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Sociais. Editora Instituto Piaget. Lisboa – Portugal, 2001.

PESQUISA QUALITATIVA**Carga-horária Total: 72h**

EMENTA: Princípios, conceitos, métodos e técnicas da pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais. Interpretação e análise de dados qualitativos nas Ciências Sociais.

Bibliografia Básica

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
 GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre, Bookman, 2009.
 HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. 10ª edição, Petrópolis, Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

CHARMAZ, Kathy. Construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
 FLICK, Uwe. Qualidade na pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
 FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. tradução Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2004.
 PEREIRA, Júlio Cesar. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3. ed. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2001.

PROJETO DE PESQUISA**Carga-horária Total: 72h**

EMENTA: Elaboração prática de um projeto de pesquisa. Discussão de todas as etapas de uma proposta investigação em ciências sociais: o recorte de uma temática de interesse; a construção de um problema de pesquisa, a exploração bibliográfica e empírica do tema, a adequação das técnicas de pesquisa e a reflexão sobre as implicações éticas.

Bibliografia Básica

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
 GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre, Bookman, 2009.
 HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. 10ª edição, Petrópolis, Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

CHARMAZ, Kathy. Construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLICK, Uwe. Qualidade na pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
 FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. tradução Sandra Netz. Porto Alegre : Bookman , 2004.
 PEREIRA, Júlio Cesar. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. 3. ed. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2001.

SEMINÁRIO DE PESQUISA

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Acompanhamento das investigações de Trabalho de Conclusão de Curso. Apresentação por parte dos alunos das estratégias metodológicas em curso; discussão das dificuldades encontradas pelos mesmos na execução dos projetos; exposição dos resultados obtidos e das projeções em torno da estruturação do texto/produto final.

INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Introdução às noções básicas de estatística e às técnicas quantitativas no âmbito das Ciências Sociais. Desenvolvimento de exercícios aplicados visando a elaboração de pesquisa de campo ou estudo de caso, com ênfase na interpretação estatística dos resultados relacionada a parâmetros qualitativos vinculados ao objeto de trabalho. Noções e uso do SPSS.

Bibliografia Básica

ROSENAL, Claude. & FRÉMONTIER-MURPHY, Camille. Introdução aos Métodos Quantitativos em Ciências Sociais. Editora Instituto Piaget. Lisboa – Portugal, 2001.
 TRIOLA, M. F. Introdução à Estatística. São Paulo: LTC, 2009.
 BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística Aplicada às Ciências Sociais (5a edição revisada). Editora da UFSC. Florianópolis (SC), 2003.
 BISQUERRA, Rafael. SARRIERA, Jorge Castellá & MARTÍNEZ, F. Introdução à Estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Editora Artmed. Porto Alegre (RS), 2004.
 MARTINS, G.A. & DONAIRE, D. Princípios de estatística. São Paulo: Atlas, 1987.

Bibliografia Complementar

TORRES, N.R. & SCHIFFER, S.R. Notas de aula. Apostila FAUUSP: São Paulo, 1987, mimeo. VIEIRA, S. & HOFFMANN, R. Elementos de estatística. São Paulo: Atlas, 1986.
 DAVIS, J. A. Levantamento de Dados em Sociologia: uma análise estatística elementar. Rio de Janeiro – RJ: Zahar
 GUJARATI, Damodar. Econometria Básica. Rio de Janeiro – RJ: Editora Campus, Estatística Geral e Aplicada. Apostila.

PSICOLOGIA SOCIAL

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da Psicologia Social. A relação entre as áreas de conhecimento da Sociologia, Antropologia e a da Psicologia. Psicologia Social Psicológica e a Sociológica. A pesquisa em Psicologia Social. Temáticas contemporâneas de interesse psicossocial.

Bibliografia Básica

ALVARO, J E GARRIDO, A. Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas. Mc-Graw-Hill: São Paulo. 2006.
 CAMPOO, L.F.L. Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia. Campinas: Editora Alínea, 2008.
 FARR. R. M. As raízes da psicologia social moderna. 2. Petrópolis: Vozes, 1999. 246p.

JACQUES, M. G. C. ET all. Psicologia social contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1998.
 MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

Bibliografia Complementar

MOSCOVICI, S. A invenção da sociedade. Sociologia e Psicologia. Petrópolis: Vozes, 2011.
 QUEIROZ BUNGE, M. & ARDILA, R. Filosofia de la psicologia. México: Siglo Veintiuno Editores Doise. 2002.

LÍNGUA INGLESA

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Desenvolvimento da competência de leitura de textos acadêmicos em inglês. Subsídios para o desenvolvimento de estratégias que incentivem a construção de sentido em inglês – língua estrangeira, adequando o ensino com fins específicos às necessidades do âmbito de Ciências Sociais.

Bibliografia Básica

MILANI, E. M. [et al.] Listo: español a través de textos. São Paulo: Moderna, 2005.
 MILANI, Esther Maria. Gramática de espanhol para brasileiros. Ed. Saraiva, 2ª ed., 2000.
 SEÑAS: Diccionario para la Enseñanza de la Lengua Española para Brasileños / Universidad Alcalá de Henares. Tradução: Eduardo Brandão e Claudia Berliner. 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 2001..

Bibliografia Complementar

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. Conjugar es Fácil en Español. Madrid, ed. Edelsa, 1997.
 MINIDICIONÁRIO Saraiva Espanhol-Português, Português-Espanhol. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 2003.
 VILELA, Antônio Carlos. Espanhol: conversação para viagem. São Paulo: Melhoramentos, 1996.
<http://www.aprendaespanhol.com.br>

LÍNGUA ESPANHOLA

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Desenvolvimento da competência de leitura de textos acadêmicos em espanhol. Subsídios para o desenvolvimento de estratégias que incentivem a construção de sentido em espanhol – língua estrangeira, adequando o ensino com fins específicos às necessidades do âmbito de Ciências Sociais.

Bibliografia Básica

ALLIANDRO, H. Dicionário Escolar Inglês Português. Rio: Ao Livro Técnico, 1995.
 INFORMATION TECHNOLOGY. Oxford: Factfiles, 2002.
 MICHAELIS/Dicionário inglês-português e português-inglês. São Paulo: Melhoramentos, 1989.
 MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. São Paulo: Textonovo, 2000.
 MURPHY, R. Essential grammar in use: a self-study reference and practice book for elementary students of English. Great Britain: Cambridge, 1990.
 NUTTALL, C. Teaching reading skills in a foreign language. London: Heinemann Educational Books, 1982.
 OLIVEIRA, S. Reading strategies for Computing. Brasília: UnB, 1998.
 PINTO, D. et al. Compreensão inteligente de textos. Rio: Ao livro técnico, 1991.
 SILVA, J. A. de C., GARRIDO, M. L., BARRETO, T. P. Inglês Instrumental: leitura e compreensão de textos. Salvador: UFBA, 1994.
 SOUZA, A. G. F. et al. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: Disal, 2005.

Bibliografia Complementar

Sites de Consulta:

<https://dictionary.cambridge.org/> (Cambridge Dictionary)
<https://en.oxforddictionaries.com> (Oxford Dictionary)
<https://www.theguardian.com/international> (The Guardian UK)
<http://journals.sagepub.com/home/soc> (Sage Publications: Sociology)
<https://culanth.org/> (Journal: Cultural Anthropology)
<https://www.haujournal.org/index.php/hau/> (Journal of Ethnographic Theory)
<http://www.asanet.org/research-and-publications/journals> (American Sociological Association: Journals)
<http://www.annualreviews.org/journal/soc> (Annual Review of Sociology)
<https://www.britisoc.co.uk/publications/sociology-journal/> (British Sociological Association)
<http://www.sk.com.br/sk.html>

FORMAÇÃO SOCIAL DE ALAGOAS

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: A formação histórica do Estado de Alagoas e suas peculiares enquanto localidade pertencente à Capitania de Pernambuco. A emancipação de 1817. Os embates e problemas econômico-sociais da Província no século XIX. O lugar político, econômico e social de Alagoas no cenário nacional na Contemporaneidade.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, Moreno. História de Alagoas. Maceió: SERGASA, 1981.
 DIEGUES JR., Manuel. O Bangüê nas Alagoas – traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: EDUFAL, 2006.
 LINDOSO, Dirceu. Formação da Alagoas Boreal. Maceió: Cataventos, 2000.
 SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Contribuição à história do açúcar em Alagoas. Recife: Museu do Açúcar/IAA, 1970.
 TENÓRIO, Douglas Apratto. A metamorfose das oligarquias. Curitiba: Hdlivros, 1997.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Luis Sávio de. Crônicas alagoanas (vol.II) - notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 2006.
 CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.). Alagoas e o Império Colonial Português: Ensaio sobre Poder e Administração. Maceió: Cepal, 2010.
 LINDOSO, Dirceu. A Interpretação da Província. Maceió: Edufal, 2009.
 VERÇOSA, Elcio de Gusmão. Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 1997.
 MACIEL, Osvaldo (org.) Operários em movimento: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960). Maceió: Edufal, 2007.

PRÁTICA DE EXTENSÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS I

Carga-horária Total: 120h

EMENTA: Realização de projetos de extensão que estejam vinculados ao Programa de Extensão do Instituto de Ciências Sociais. Outras ações extensionistas podem ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, eventos, cursos e produtos.

Bibliografia Básica

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em:
 <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.
 FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em:
 <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.
 CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

PRÁTICA DE EXTENSÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS 2**Carga-horária Total: 120h**

EMENTA: Realização de projetos de extensão que estejam vinculados ao Programa de Extensão do Instituto de Ciências Sociais. Outras ações extensionistas podem ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como, eventos, cursos e produtos.

Bibliografia Básica

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

PRÁTICA DE EXTENSÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS 3**Carga-horária Total: 120h**

EMENTA: Realização de projetos de extensão que estejam vinculados ao Programa de Extensão do Instituto de Ciências Sociais. Outras ações extensionistas podem ser desenvolvidas em articulação ao projeto principal, tais como,

eventos, cursos e produtos.

Bibliografia Básica

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CONSUNI/UFAL. Resolução n. 65, de 03 nov. 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>>. Acesso em 06 nov. 2017.

Bibliografia Complementar

CASTRO, Jorge Orlando. Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Los-caminos-de-la-extension-en-america-latina-y-el-caribe.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

CORREIA, Ovídio Valois; CRUZ, Marta Vieira; CRUZ, Maria Elisa da. A extensão universitária no Brasil: um resgate histórico. São Cristóvão: Ed. UFS: Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. FORPROEX. Avaliação nacional da extensão universitária. Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2017.

15.1. EMENTAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

15.1.1. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SETOR DE ANTROPOLOGIA

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Objeto, divisões e subdivisões da Antropologia. Natureza e cultura. Alteridade, etnocentrismo e relativismo cultural. O trabalho do antropólogo: método etnográfico. Antropologia e colonialismo. Determinismos biológico e geográfico. A formação da Antropologia científica: evolucionismo cultural do século XIX e seus limites. Diversidade e direitos humanos.

Bibliografia Básica

CASTRO, Celso (org). Franz Boas. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

CASTRO, Celso (org). Evolucionismo Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. 2ª edição. Bauru: Edusc, 2002.

LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ERIKSEN, Thomas Hylland. e NIELSEN, Finn Severt. História da antropologia. Trad. Euclides Luiz Calloni. Petrópolis: Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar

DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
 KUPER, Adam. *Cultura – a Visão dos Antropólogos*. Bauru: EDUSC, 2002.
 LEVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.
 OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo, UNESP/Paralelo 15, 2000.
 FONSECA, C.; CARDARELLO, A. D. L. Direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes Antropológicos*, v. 10, n. 1, 1999, p. 83–122.,
 LARAIA, Roque. *Cultura, um Conceito Antropológico*. 24ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
 ROCHA, Everardo. *O que é o etnocentrismo?* São Paulo: Brasiliense, 1994.
 TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América: A Questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 VARELA, M. Helena e LUCAS, Antônio Rollo (Orgs.) *Antropologia – paisagens, sábios e selvagens*. Porto: Porto Editora, 1982.

ANTROPOLOGIA I**Carga-horária Total: 72h**

EMENTA: A perspectiva funcionalista a partir da tradição francesa e da tradição britânica. Desenvolvimento metodológico da disciplina e a prática da observação participante. Debates sobre colonialismo, raça e etnia. Particularismo histórico e a escola cultura e personalidade.

Bibliografia Básica

BENEDICT, R.. *O Crisântemo e a Espada* (3rd ed.). São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
 BOAS, F.. *Antropologia cultural*. (C. Castro, Ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
 DURKHEIM, Emile. 1990. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1990
 MAUSS, M.. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
 EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
 MALINOWSKI, B.. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Victor Civita, 1976.
 MEAD, M. *Sexo e Temperamento* (4th ed.). São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

Bibliografia Complementar

BENEDICT, R. (2013). *Padrões de Cultura*. Petrópolis: Vozes.
 BOAS, F. (2011). *A mente do ser humano primitivo* (2nd ed.). Petrópolis: Vozes
 EVANS-PRITCHARD, E. E. (2005). *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
 FIRTH, Raymond. 1988. *Nós, os Tikopia*. São Paulo: Edusp.
 LEACH, Edmund Ronald; MATTA, Roberto da. Edmund Leach: antropologia. : *Ática*, 1983. 206p. (Coleção grandes cientistas sociais ;38)
 MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. 213p.
 RADCLIFFE-BROWN, A. R. (1978). *Radcliffe-Brown: Antropologia*. (J. C. Melatti, Ed.). São Paulo: Editora Ática
 SAPIR, Edward. 1970 (1924). *Cultura autêntica e espúria*. In: Pierson, Donald (org.) *Estudos de organização social*. São Paulo: Martins.
 STOCKING JR., George W. (org.). *Franz Boas. A Formação da Antropologia Americana, 1883-1911*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ.

ANTROPOLOGIA II**Carga-horária Total: 72h**

EMENTA: A Antropologia e o processo de descolonização. Do estrutural-funcionalismo às escolas de Manchester e de Cambridge. Novas tendências do culturalismo norte-americano. Antropologia simbólica. O estruturalismo de Claude Lévi-Strauss. O interpretativismo de Clifford Geertz.

Bibliografia Básica

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário 83: Tempo Brasileiro, MCT, CNPq., 1988.
 DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org). Antropologia das Sociedades Contemporâneas - métodos. São Paulo: editora da UNESP, 2010, p. 19-56.
 GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Trad. de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. Trad. Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires. 5ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, p.45-70.

Bibliografia Complementar

BALANDIER, Georges. Antropo-logicas. São Paulo : Cultrix: EDUSP, 1977.
 CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Trad. Bauru: EDUSC, 2002.
 ERIKSEN,, Thomas Hylland. e NIELSEN, Finn Severt. História da antropologia. Trad. Euclides Luiz Calloni. Petrópolis: Vozes, 2007.
 KUPER, Adam. Cultura – a visão dos antropólogos. Trad. Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru: EDUSC, 2002.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. 2ª ed. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. Lévi-Strauss – Col. Os Pensadores. Trad. Eduardo P. Graeff et al. São Paulo: Editora Abril, 1980.
 NEVES, Walter. Antropologia Ecológica – um olhar materialista sobre as sociedades humanas. 2ª Edição. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

ANTROPOLOGIA III

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Estrutura e história. Revisão dos conceitos de sociedade, cultura, natureza e indivíduo na produção antropológica. A crítica pós-moderna. Contribuições da antropologia feminista. Estudos pós-coloniais e decoloniais. Debates contemporâneos em antropologia.

Bibliografia Básica

DUMONT, Louis. Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1997.
 SAHLINS, Marshall. Metáforas históricas e realidades míticas: Estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich. Rio de Janeiro: Zahar. 2008
 STRATHERN, Marilyn. 2006. O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas, SP: Editora Unicamp.
 WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
 WOLF, Eric. Europa e os povos sem história. São Paulo: EDUSP, 2005.

Bibliografia Complementar

AGIER, Michel. 2015. Migrações, Descentramento e Cosmopolitismo: uma antropologia das fronteiras. Maceió: EDUFAL, UNESP.
 BARTH, Fredrik. O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Organização Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000
 BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
 CLIFFORD, James e MARCUS, George (Orgs.). A escrita da cultura: poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: EDEURJ, 2016.
 CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX. José Reginaldo Santos Gonçalves (Org.). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.
 COMAROFF, Jean and COMAROFF, John L.. Naturalizando a nação: estrangeiros, apocalipse e o Estado pós-colonial. Horiz. antropol. [online]. 2001, vol.7, n.15. DUMONT, Louis. 1985. O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
 FELDMAN-BIANCO, Bela e LINS, Gustavo Ribeiro (Orgs) Antropologia do Poder: Contribuições de Eric R. Wolf. São Paulo: E. Unicamp, 2003.
 HANNERZ, Ulf. “Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional”. In Mana 3 (1): 7-39, 1997.
 INGOLD, Tim (Editor). Key debates in anthropology. London: Routledge, 1996. New York: 302 p.
 LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011.
 SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
 SAID, Edward W. Orientalismo: Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
 SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial.

Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan.-abr. 2014.
 STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (org). Cultura, percepção e ambiente. Diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Editora Terceiro Nome: 2012.
 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

15.1.2. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SETOR DE SOCIOLOGIA

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	Carga-horária Total: 72h
<p>EMENTA: A emergência da sociedade moderna e a institucionalização da Sociologia como ciência. A imaginação sociológica. Perspectivas sociológicas centrais. A pesquisa sociológica: principais métodos da sociologia. Conceitos sociológicos básicos. Temas da sociologia.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p>	
<p>BOUDON, Raymond (org.). Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. BRYM, Robert J. (... [et al.]). Sociologia: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Cengage Learning, 2006. GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. MILLS, C. Wright. A imaginação sociológica. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p>	
<p>BERGER, Peter L. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. 28. ed. Petrópolis: Vozes, c1986. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: de Parsons aos contemporâneos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. RIUTORT, Philippe. Compêndio de sociologia. São Paulo: Paulus, 2008.</p>	

SOCIOLOGIA I	Carga-horária Total: 72h
<p>EMENTA: Referências histórico-filosóficas, perspectivas teórico-metodológicas e o aparato conceitual de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Utilização desses clássicos da sociologia para interpretação das sociedades modernas e contemporâneas.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p>	
<p>DURKHEIM, Émile, 1858-1917. Da divisão do trabalho social. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996. DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. DURKHEIM, Émile. Lições de sociologia. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2002 DURKHEIM, Émile. Sociologia e filosofia. São Paulo: Ícone, 2004. DURKHEIM, Émile. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000. MARX, Karl. Contribuição a crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. MARX, Karl. Crítica da filosofia do direito de Hegel: 1843. São Paulo: Boitempo, c2005. MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Lisboa: Ed. 70, 1993. MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2014. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Cortez, 1998.</p>	

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, [19-]. 3v.
 MARX, Karl; SANT'ANNA, Reginaldo. O capital: crítica da economia política. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 2011. 2 v.
 WEBER, Max. A ética protestante e o "espírito" do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
 WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972. 2v.
 WEBER, Max. História geral da economia. São Paulo: Centauro, 2006.
 WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992. 2v.
 WEBER, Max; COHN, Gabriel. A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais. São Paulo, SP: Ática, 2006.
 WEBER, Max; GERTH, Hans Heinrich; MILLS, C. Wright. Ensaio de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
 COHN, Gabriel. Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 DOMINGUES, Ivan. Epistemologia das ciências humanas. Tomo I: positivismo e hermenêutica: Durkheim e Weber. São Paulo: Loyola, c2004.
 FILIPE, Rafael Gomes. De Nietzsche a Weber: hermenêutica de uma afinidade electiva. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
 HARVEY, David. Para entender O capital: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
 HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Fenomenologia do Espírito. Petrópolis: Vozes, 2005.
 MASSELLA, Alexandre Braga. O naturalismo metodológico de Émile Durkheim. São Paulo: Goiania: Editora UFG, Humanitas; 2006.
 MÉSZÁROS, István. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2006.
 RINGER, Fritz K. A metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais. São Paulo: EDUSP, c1997.
 WHEEN, Francis. O Capital de Marx: uma biografia. Rio de Janeiro: J. Zahar, c2006.

SOCIOLOGIA II

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Teorias sociológicas da primeira metade do século XX. Funcionalismo estadunidense. Fenomenologia. Escola de Chicago. Interacionismo Simbólico. Teoria Crítica e Escola de Frankfurt da primeira geração.

Bibliografia Básica

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, c 1944.
 ALEXANDER, Jeffrey C. Las teorías sociológicas desde la segunda guerra mundial: análisis multidimensional. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.
 GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan H (org.). Teoria social hoje. São Paulo, SP: UNESP, 1996.
 MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1973.
 MARCUSE, Herbert. Idéias sobre uma teoria crítica da sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
 MERTON, Robert King. Teoría y estructura sociales. 4. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
 MERTON, Robert King; DEUS, Jorge Dias de. A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
 PARSONS, Talcott. A estrutura da ação social: um estudo de teoria social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes. Petrópolis: Vozes, 2010. 2 v.
 SCHUTZ, Alfred. Sobre fenomenologia e relações sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
 VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1967

Bibliografia Complementar

FREITAG, Barbara. A teoria crítica: ontem e hoje. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
 MEAD, George H. Espiritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social. Barcelona: Paidós, c1973.
 RIUTORT, Philippe. Compêndio de sociologia. São Paulo: Paulus, 2008.

SOCIOLOGIA III

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Teorias de síntese. Agência e Estrutura. A praxiologia de Pierre Bourdieu. A sociologia configuracional de Norbert Elias. A teoria da estruturação de Anthony Giddens. Perspectivas teóricas da virada do sec. XX e início do XXI.

Bibliografia Básica

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2008.
 BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
 BOURDIEU, Pierre. O senso prático. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.
 BOURDIEU, Pierre; ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu: sociologia. Ática, 1983. 191p. (Grandes cientistas sociais: 39)
 ELIAS, Norbert. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70,
 ELIAS, Norbert. O processo civilizador. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 2v.
 ELIAS, Norbert. Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, c1997.
 ELIAS, Norbert; SCHRÖTER, Michael (Org.). A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.
 GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
 GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo, SP: Unesp, c1991.

Bibliografia Complementar

ALEXANDER, Jeffrey C. Las teorías sociológicas desde la segunda guerra mundial: análisis multidimensional. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.
 GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social: encontro com o pensamento social, clássico e contemporâneo. Universidade Estadual Paulista - Campus Marília, 1998.
 GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan H (org.). Teoria social hoje. São Paulo, SP: UNESP, 1996.
 LAHIRE, Bernard. O homem plural: as molas da acção. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

15.1.3. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO SETOR DE CIÊNCIA POLÍTICA

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Definição de "política". Noções básicas: Estado e instituições políticas; poder e autoridade; processo decisório; representação política e participação política; a "função" da política e da democracia. A distinção entre filosofia política e teoria política. A constituição da ciência política como campo científico. O objeto e o método da ciência política.

Bibliografia Básica

AVELAR, L. e CINTRA, A. O. (Orgs.). Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung. São Paulo: Fundação UNESP Ed, 2004.
 BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Vol. I e II, Ed. UnB, 1983.
 DAHL, Robert. A Moderna Análise Política. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
 SARTORI, Giovanni. A Política: Lógica e Método nas Ciências Sociais. Brasília, Ed. UnB, 1981.

Bibliografia Complementar

ARISTÓTELES. A Política. Ed. Unb, 1997.
 BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.
 DAHL, Robert. Sobre a Democracia. Brasília: Ed. UnB, 2001.
 DUVERGER, M. Ciência Política: Teoria e Método. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
 LIPSET, Seymour M. Política e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

PLATÃO. A República. Fundação Caloust Gulbenkian, 2010.
WEBER, Max. Ciência e Política - Duas Vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.

CIÊNCIA POLÍTICA I

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Estudo analítico dos princípios teóricos da modernidade. Contribuições clássicas da teoria política moderna. Contratualismo clássico. Teoria da partição dos poderes. Federalismo.

Bibliografia Básica

HOBBS, Thomas. Leviatã ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Ícone, 2003.
LOCKE, John. Dois tratados sobre o governo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
MACHIAVELLI, Niccolo. O Príncipe. 13. São Paulo: Centauro, 2008.
MONTESQUIEU, Charles de Secondat. Do espírito das leis: Abril Cultural, 1973.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social. Porto Alegre: L&PM, 2007.

Bibliografia Complementar

PAINÉ, Thomas; HAMILTON, Alexander; TOCQUEVILLE, Alexis de. Escritos políticos. 2.ed. : Abril, 1979.
WEFFORT, Francisco C (Org.). Os clássicos da política. 10. ed. São Paulo: Ática, 2005. 1v.

CIÊNCIA POLÍTICA II

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Estudo das principais correntes de pensamento e autores situados entre as primeiras décadas do século 19 e as primeiras décadas do século 20. Liberalismo e utilitarismo. Marxismo. Conservadorismo. Elitismo.

Bibliografia Básica

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. 2. ed. São Paulo, SP: Martin Claret, 2008.
MILL, John Stuart. O governo representativo. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1995.
PIO, C. & PORTO, M. (1998). "Teoria Política Contemporânea: política e economia segundo os argumentos elitistas, pluralistas e marxistas". In: RUA, M. G. & CARVALHO, M. I. V. (orgs.). O Estudo da Política. Tópicos Seleccionados. Brasília: Paralelo 15.
SCHUMPETER, Joseph Alois. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
TOCQUEVILLE, Alexis de. A Democracia na América. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
WEBER, Max. Economia e sociedade. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 11ª ed., Brasília : Ed. UNB, 1998.
BURKE, Edmund. Reflexões sobre a revolução na França. Tradução José Miguel Nanni Soares. São Paulo: Edipro, 2014.
DAHL, Robert Alan. Um prefácio a democracia econômica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
MICHELSONS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília: Ed. da UnB, 1989.
MOSCA, G. (1954). "A Classe Dirigente". In: SOUZA, A. (org.). Sociologia Política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp. 51-69
PARETO, V. (1954). "As Elites e o uso da Força na Sociedade". In: SOUZA, A. (org.). Sociologia Política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp. 70-88.
WEBER, Max. Ciência e política. São Paulo: Martin Claret, 2001.

WEFFORT, Francisco C (Org.). Os clássicos da política. 10. ed. São Paulo: Ática, 2005. 2v.

CIÊNCIA POLÍTICA III

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Estudo das principais correntes de pensamento e autores da teoria política contemporânea a partir do segundo pós-guerra. Pluralismo. Neorrepublicanismo. Cultura Política. Institucionalismo. Escola Racional. Teorias da democracia.

Bibliografia Básica

DAHL, Robert Alan. Um prefácio a teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
 HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
 HALL, P. A. & TAYLOR, R. C. R. “As Três Versões do Neo-Institucionalismo”. Revista Lua Nova, n. 58, 2003.
 LIJPHART, Arend. Modelos de Democracia: Desempenho e Padrões de Governo em 36 Países. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
 PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Bibliografia Complementar

DOWNS, Anthony. Uma Teoria Econômica da Democracia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
 HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2004.
 OLSON, Mancur. A Lógica da Ação Coletiva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
 SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1994.
 SOUZA, Jesse (Org.) Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UnB, 2001.

15.2. EMENTAS DAS DISCIPLINAS ELETIVAS

15.2.1. DISCIPLINAS ELETIVAS DE FORMAÇÃO GERAL

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: A Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais com noções práticas de sinais e interpretação, destinado às práticas pedagógicas na educação inclusiva.

Bibliografia Básica

BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.
 COUTNHO, Denise. Libras e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.
 FELIPE, Tanya A. Libras em contexto: curso básico, livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, MEC, SEESP, 2001.
 LOPES FILHO, Otacílio (org.) Tratado de fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 1997.
 QUADROS, Ronice M., KARNOPP, Lodernir Becker. Línguas de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem a mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
 SALLES, Heloísa M. M. Lima et. al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para uma prática. 2 v. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília, MEC, SEESP, 2005.

15.2.2. DISCIPLINAS ELETIVAS DO SETOR DE ANTROPOLOGIA**PESQUISA E ESCRITA ETNOGRÁFICA****Carga-horária Total: 72h**

EMENTA: A construção do conhecimento em Antropologia a partir da pesquisa e escrita etnográfica. Visa à explorar as estratégias metodológicas e contextos da pesquisa etnográfica. Abordagem da experiência etnográfica: trabalho de campo, diário de campo, técnicas de coleta e sistematização de dados de pesquisa. Problemática da escrita etnográfica, seus estilos e suas implicações teóricas, políticas e éticas. Prática de pesquisa de cunho etnográfico.

Bibliografia Básica

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Os diários e suas margens. Brasília: Editora da UNB, 2002.
 CLIFFORD, J. A experiência etnográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
 GEERTZ, C. Obras e vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
 PEIRANO, Mariza G. S. A teoria vivida e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.
 MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. Horizontes Antropológicos. 2009, vol.15, n.32, p. 129-156.

Bibliografia Complementar

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do Antropólogo. São Paulo, UNESP, 2000.
 CLIFFORD, James; MARCUS, George (orgs). A escrita da cultura. Poética e Política da etnografia. EDUERJ: Papéis Selvagens, 2016.
 EVANS-PRITCHARD, E.E. 2004[1937]. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. "Apêndice 4: Reflexões sobre o trabalho de campo". RJ: Jorge Zahar, pp. 243-255.
 MINTZ, Sidney. 1984. "Encontrando Taso, me descobrindo". Dados 27(1): 45-58.
 PEIRANO, M. A favor da etnografia. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995, p.31-59.
 SCHUCH, P.; PETERS, R.; VIEIRA, M. S. (Org.). Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
 SILVA, Vagner Gonçalves da. O antropólogo e sua magia. São Paulo: EDUSP, 2006.

CORPO, SAÚDE E SEXUALIDADE**Carga-horária Total: 72h**

EMENTA: Antropologia médica norte-americana e o paradigma do Embodiment; tradição francesa de antropologia da doença e representações sociais; estudos ciência e tecnologia no campo da saúde. A sexualidade como subcampo da pesquisa antropológica. Teorias sobre a diferenciação sexual. Contextos de relações socioculturais entre indivíduos marcados por gênero e sexualidade.

Bibliografia Básica

ALVES, Paulo C. e RABELO, Miriam C. (orgs). Antropologia da Saúde: traçando identidade e explorando fronteiras. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; Relume Dumará. 1998.
 CSORDAS, Thomas J. Corpo/significado/cura. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008
 DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva. 1976.

FOUCAULT, M. O dispositivo da sexualidade. In: História da Sexualidade I. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007p. 85-143.
 HELMAN, Cecil G. Cultura, saúde e doença. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2003.
 LAPLANTINE, François. Antropologia da Doença. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
 MAUSS, Marcel. As Técnicas do corpo. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 401-42.

Bibliografia Complementar

FASSIN, D. entre las políticas de lo viviente y las políticas de la vida. hacia una antropología de la salud. Revista Colombiana de Antropología, v. 40, p. 283-318, 2001.
 LANGDON, E. J.; FOLLER, M.-L.; MALUF, S. Um balanço da antropologia da saúde no Brasil e seus diálogos com as antropologias mundiais. Anuário Antropológico, n. 1, 2012.
 VICTORA, C. Sofrimento social e a corporificação do mundo: contribuições a partir da Antropologia. Reciiis, v. 5, p. 3-13, 2011.
 ROHDEN, Fabíola. Capturados pelo sexo : a medicalização da sexualidade masculina em dois momentos Ciências & Saúde Coletiva v. 10, n. 17, p. 2645-2654 , 2012
 PETRYNA, Adriana. Experimentalidade : ciência , capital e poder no mundo dos Ensaio Clínicos. Horizontes Antropológicos v. 17, n. 35, p. 127-160 , 2011.

MEMÓRIA, CULTURAS POPULARES E PATRIMÔNIO

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: As categorias de cultura popular e patrimônio em suas diferentes abordagens. Antropologia, formas de colecionamento e museus etnográficos. Os estudos de memória social e suas relações com as práticas e as políticas de patrimonialização: abordagens etnográficas.

Bibliografia Básica

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e Patrimônio. – ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. (disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf)
 BURKE, Peter. A Cultura Popular na Idade Moderna – Europa, 1500-1800. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. (disponível em: <http://www.portalconservador.com/livros/Peter-Burke-Cultura-Popular-na-Idade-Moderna.pdf>)
 HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. (disponível em: http://minhateca.com.br/LuisFAPERetti/Documentos+variados/DOCUMENTOS+DE+TEXTO+EM+GERAL/Livros+de+Hist*c3*b3ria+A+Mem*c3*b3ria+Coletiva-+Maurice+Halbwachs,354732463.pdf).

Bibliografia Complementar

ABREU, Regina, CHAGAS, Mário e SANTOS, Myrian (orgs.). Museus, Coleções e Patrimônios: narrativas polifônicas. Col. Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. (disponível em: http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/21-museus-colecoes_e_patrimonios-narrativas_polifonicas.pdf)
 INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidade. Nº 23. Brasília: IPHAN, 1994, pp. 94-115. (disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat23_m.pdf)
 CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Ed. Unesp, 2001. (disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/19887197/a-alegoria-do-patrimonio---francoise-choay>)
 MACIEL, Maria Eunice e ALVES, Caleb Faria (orgs.). Horizontes Antropológicos – Patrimônio Cultural. Vol. 11. Nº 23. Porto Alegre: UFRGS, 2005. (disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0104-718320050001&script=sci_issuetoc)

GÊNERO, FAMÍLIA E PARENTESCO

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Conceitos e problemas-chave da produção antropológica acerca do tema da família e do parentesco.

Configuração histórica das relações de gênero e poder. Transformações teórico-metodológicas e problematização da crítica aos estudos de parentesco, a pluralidade de organizações familiares desde uma perspectiva clássica até discussões contemporâneas. Análise de experiências etnográficas a partir da especificidade do contexto brasileiro.

Bibliografia Básica

ARIES, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
 BUTLER, Judith. Problemas de Gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
 FONSECA, Claudia. Família, Fofoca e Honra. Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
 LÉVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha, & VILAÇA, Aparecida. Antropologia do parentesco : estudos ameríndios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

Bibliografia Complementar

AUGÉ, M. Os domínios do parentesco (filiação, aliança matrimonial, residência). Lisboa: Edições 70, 1975.
 BUTLER, J. Regulações de Gênero. Cadernos Pagu, n. 42, p. 249–274, 2014.
 COSTA, R. G. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 2, p. 339–356, jul. 2002.
 DONZELOT, J. A polícia das famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
 GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; LOSSO, Juliana Cavilha Mendes. Gênero e violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2006.
 KROEBER, A. L. Sistemas classificatórios de parentesco. In: ROQUE DE BARROS LARAIA (Org.). Organização social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 15–25.
 LÉVI-STRAUSS, C. “O universo das regras”; “Endogamia e Exogamia” e “O princípio de reciprocidade”. In: As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, 2009, p.67-107
 LUNA, N. Natureza humana criada em laboratório: biologização e genetização do parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. Manguinhos, 2005. v. 12, n. 2, p. 395–417.
 RADCLIFFE-BROWN, A. R. O estudo dos sistemas de parentesco. In: ROQUE DE BARROS LARAIA (Org.). Organização social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 50–87.
 SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
 SCHNEIDER, D. M. Parentesco americano: uma exposição cultural. Petrópolis: Vozes, 2016.

ETNOLOGIA INDÍGENA

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Panorama histórico e contemporâneo do campo de estudos em etnologia indígena. Abordagens e perspectivas teórico-metodológicas no estudo das coletividades indígenas. Contribuições da etnologia indígena nas seguintes temáticas: história indígena, cosmologia, organização social e política, ritual e xamanismo, processos identitários, dinâmicas territoriais.

Bibliografia Básica

CUNHA, Manuela Carneiro. História dos índios no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras: Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
 OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O índio e o mundo dos brancos. Brasília, 3. ed., : Ed. da UnB, 1981.
 OLIVEIRA FILHO, Pacheco de (org.) Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil. Estudos críticos e propositivos para abordagem as sociedades indígenas e ao indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro, Marco Zero, UFRJ, 1987.
 SANTILLI, Márcio. Os brasileiros e os índios. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2000.
 VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, M. A. Direito antropológico e terras indígenas no Brasil. Plêide:, Fapesp, 2001.
 BALDUS, Herbert. Ensaio de etnologia brasileira. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, DF:INL, 1979. xvi, 214p. (Brasiliana, v.101).
 FERNANDES, Florestan. A Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios. São Paulo: Global, 2009.

GALVÃO, Eduardo. 1979. Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
 MOTA, Clarice Novaes da. Os filhos de Jurema na floresta dos espíritos: ritual e cura entre dois grupos indígenas do nordeste brasileiro. Maceió: EDUFAL, 2007. 273 p.
 OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (Org.) A presença indígena no Nordeste. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
 OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976.
 OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A sociologia do Brasil Indígena. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.
 RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
 SCHADEN, Egon. Leituras da etnologia brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LAUDOS, PERÍCIAS E CONSULTORIAS

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: A formação do campo da perícia antropológica no Brasil. Legislações específicas e rotinas administrativas. Questões teórico-metodológicas e éticas. Leitura e discussão de laudos e perícias.

Bibliografia Básica

LEITE, Ilke B. (org.). Laudos periciais antropológicos em debate. Florianópolis: Nuer/ ABA, 2005.
 FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (org.). Ética e regulamentação na pesquisa antropológica. Brasília: Letras Livres/Editora UnB, 2010.
 LIMA, Antonio C. S. (org.). Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977- 2002. Rio de Janeiro: Contra Capa/Laced/CNPq/Faperj/IEEB, 2005.
 OLIVEIRA, João P. et al (Orgs.) Laudos antropológicos em perspectiva. Brasília: ABA, 2015.
 SILVA, Orlando S. et al. (org.). A perícia antropológica em processos judiciais. Florianópolis: Edufsc, 1994.

Bibliografia Complementar

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O mal estar da ética na antropologia prática. In: VÍCTORA, Ceres et al. (org.). Antropologia e ética: o debate atual no Brasil. Niterói: ABA/Eduff, 2004
 DUPRAT, D. Comentário jurídico. In: LIMA, A. C. S. (org.). Antropologia & Direito. Temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro: ABA/Laced/Contra Capa, 2012.
 FERREIRA, R. C. Laudos antropológicos, situações de perícia e interfaces de saberes: dilemas a partir do caso dos remanescentes de quilombos. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 5 - no 4 - OUT/NOV/DEZ 2012 - pp. 681-704
 FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2008 [1979].
 GROSSI, M., TASSINARI, A.; RIAL, C. (org.). Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras. Florianópolis: ABA/Nova Letra, 2006.
 MURA, F.; PALITOT, E.; MARQUES, A. Relatório Tabajara: um estudo sobre a ocupação indígena no litoral sul da Paraíba. João Pessoa: Ed. UFPB, 2015.
 O'DWYER, E. C. (org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: ABA/Editora FGV, 2002
 O'DWYER, Eliane C. O papel social do antropólogo: a aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Laced/E-papers, 2010
 O'DWYER, Eliane C. (org.). O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais: o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.
 OLIVEIRA, J. P.; SANTOS, A. F. M. Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os caxixó. Rio de Janeiro: Contracapa/Laced/MN/UFRJ, 2003.
 OLIVEIRA, J. P.; SANTOS, A. F. M. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal estar na Antropologia. In: LANGDON, J.; GARNELO, L. Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre Antropologia Participativa. Rio de Janeiro: ABA/Contra Capa, 2004.
 SAMPAIO, J. A. L. Sob o signo da Cruz. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de Terra Indígena Pataxó da Coroa Vermelha. Cadernos do leme, Campina Grande, v. 2, n. 1, p. 95-176. jan./jun. 2010.
 VALLE, C. G. O. Identidades em Caucaia: etnografia e vicissitudes de uma perícia antropológica. Anthropologias, Recife, v. 14, n.1-2, p. 235-262, 2004.

ANTROPOLOGIA AUDIOVISUAL

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: O contexto de formação e desenvolvimento da Antropologia Visual. Os usos da imagem e seus significados na

prática dos estudos antropológicos. As diferentes inter-relações entre o uso de registros etnográficos imagísticos (fílmicos, fotográficos e sonoros) e a produção de conhecimento antropológico. Antropologia audiovisual e metodologia da pesquisa etnográfica.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Andréa; CUNHA, Edgar Teodoro da. Antropologia e imagem. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.
 MACHADO, Arlindo. Pré-cinemas & pós-cinemas. 5.ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.
 MARTINS, J. S.; ECKERT, C.; NOVAES, S. C. O imaginário e o poético nas Ciências Sociais. Bauru, SP: Edusc, 2005.
 PESSIS, Anne-Marie. Registro visual na pesquisa em ciências humanas. Recife: Ed. da UFPE, 2000.
 SAMAIN, Etienne. O fotográfico. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

Bibliografia Complementar

ALVES, André G. e SAMAIN, Etienne; Os Argonautas do Manguê / André Gustavo Alves Nunes. Precedido de Balinese Character (re)Visitado / Etienne Samain. Campinas-SP: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
 ACHUTTI, L. E. R. Fotoetnografia da Biblioteca Jardim. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Tomo Editorial, 2004,
 ANDRADE, Rosane de. Fotografia e antropologia: olhares fora-dentro. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC FAPESP, 2005
 COLLIER J. J. Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa. Coleção antropologia e sociologia. São Paulo 1973. EPU EUSP.. P 113 a 154
 ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza C. “Etnografia na rua e câmera na mão”. Revista Studium, Instituto de Artes Campinas SP, v. 8, p. 1-10, 2002 [disponível em <http://www.studium.iar.unicamp.br/oito/2.htm>]
 GONÇALVES, Marco Antônio. O real imaginado. Etnografia, Cinema e Surrealismo em Jean Rouch. Rio de Janeiro: TopBooks Editora, 2008.
 KOSSOY, Boris. Realidades e ficções na trama fotográfica. São Paulo, Atelier Editorial, 2002.
 LEITE, Míriam Moreira. Retratos de família: leitura da fotografia histórica. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.
 MARTINS, José de Souza. Sociologia da Fotografia e da Imagem. São Paulo: Contexto, 2011.
 MACDOUGALL, David. The Corporeal image: film, ethnography, and the senses. New Jersey, US: Princeton University Press, 2006
 ROCHA, Ana Luiza C. da. Antropologia visual, um convite à exploração de encruzilhadas conceituais. In: ECKERT, Cornelia e MONTE-MOR, Patrícia (Org). Imagem em foco, novas perspectivas em antropologia. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999. 55 a 84.
 SAMAIN, Etienne. “Ver” e “Dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. In: Horizontes Antropológicos n°2, Antropologia Visual. PPGAS/UFRGS, 1995.
 VEDANA, Viviane, ROCHA, Ana Luiza C. “A representação imaginal, os dados sensíveis e os jogos da memória: os desafios do campo de uma etnografia sonora”. Revista Chilena de Antropologia Visual v. 13, p. 37-60, 2009.

RELAÇÕES INTERÉTNICAS

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Teorias da etnicidade; dimensões políticas e culturais da etnicidade; grupos étnicos e processos históricos; etnicidade e religião; etnicidade e processos rituais; etnicidade e memória; etnicidade e nacionalismo; etnicidade e território; a contribuição da antropologia brasileira ao estudo dos processos identitários étnicos.

Bibliografia Básica

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.
 GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”. In Feldman Bianco (editor), Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global, 1987.
 OLIVEIRA Filho, João Pacheco (org.). A viagem da Volta. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
 POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
 WEBER, Max. “Comunidades Etnicas”. In: Economia y Sociedad. Vol. 1. Brasília: Mexico: Fundo de Cultura Económica. 1944 [1922]. Pp. 315-327.

Bibliografia Complementar

AMSELLE, Jeean-Loup & M'BOKOLO, Elikia. Pelos Meandros da Etnia: etnia tribalismo e estado em África. Edições Mulemba e Pedago. 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Caminhos da Identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

HANNERZ, Ulf. "Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional". Mana 3(1), 1997.

GRUZINSKI, Serge. O Pensamento Mestiço. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LASK, Tomke (org.), O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000

O'DWYER, Eliane Cantarino (org). Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade. Rio de Janeiro: ABA – FGV, 2002

OLIVEIRA Filho, João Pacheco de. 'O nosso Governo': os Ticuna e o Regime Tutelar. São Paulo/Brasília: Marco Zero/MCT-CNPq, 1988.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Etnicidade e nacionalismo religioso entre os Curdos da Síria. In: Revista Antropolítica 19. Niterói: EdUFF, 2005.

WOLF, Eric. "Etnicidade e nacionalidade", in Antropologia e poder, Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro (org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora Unicamp, 2003.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA I**Carga-horária Total: 72h**

EMENTA: (A ser definida). Visa proporcionar o aprofundamento de estudos ligados aos temas de pesquisa dos professores do setor de Antropologia do ICS. Pesquisas contemporâneas e recentes sobre o campo da Antropologia.

Bibliografia Básica

(A ser Definida)
Portal de Periódicos da CAPES.

Bibliografia Complementar

(A ser Definida)
Portal de Periódicos da CAPES.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ANTROPOLOGIA II**Carga-horária Total: 72h**

EMENTA: (A ser definida). Visa proporcionar o aprofundamento de estudos ligados aos temas de pesquisa dos professores do setor de Antropologia do ICS. Pesquisas contemporâneas e recentes sobre o campo da Antropologia.

Bibliografia Básica

(A ser Definida)
Portal de Periódicos da CAPES.

Bibliografia Complementar

(A ser Definida)
Portal de Periódicos da CAPES.

15.2.3. DISCIPLINAS ELETIVAS DO SETOR DE CIÊNCIA POLÍTICA

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS	Carga-horária Total: 72h
<p>EMENTA: Instituições políticas e Democracia no Brasil. A experiência institucional 1946- 1964. A Constituição de 1988. Análise dos sistemas partidários e eleitoral. Poder Executivo. Comportamento legislativo. Relação entre os poderes. Presidencialismo de Coalizão. Reformas recentes do Estado brasileiro.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p>	
<p>AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio (Org.). Sistema Político Brasileiro: Uma introdução. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer/Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2004. AVRITZER, Leonardo; Milani, Carlos R.S. & Braga, Maria do Socorro Sousa (eds.). (2016). A ciência política no Brasil (1960-2015). Rio de Janeiro: Ed. FGV. INÁCIO, Magna & RENNÓ, Lúcio (Orgs.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. NICOLAU, Jairo Marconi; POWER, Timothy. Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p>	
<p>AMES, Barry. Entraves à democracia no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2003. AMORIM NETO, Otávio. Presidencialismo e Governabilidade nas Américas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer/FGV, 2006. BENEVIDES, Maria Victoria & VANNUCHI, Paulo (Org.). Reforma política e cidadania. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. CARVALHO, Maria Alice; ARAÚJO, Cícero & SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). A Constituição de 1988: passado e futuro. São Paulo: Editora Hucitec/ANPOCS, 2009. FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: FGV, 1999. LAVAREDA, Antônio. A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991. MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/FGV, 2001. MELO, Carlos Ranulfo. Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. MELO, C. R. & SAEZ, M. A. A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1986), Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise. Rio de Janeiro: Vértice. SANTOS, Fabiano. O poder legislativo no Presidencialismo de Coalizão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1976). Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Editora Alfa-Omega.</p>	

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga-horária Total: 72h
<p>EMENTA: As políticas públicas na ciência política. A noção de público, privado, esfera pública e estado. O processo de formação de políticas: temas, agenda setting; implementação e avaliação: aspectos conceituais e metodológicos. Agentes, racionalidades e instâncias decisórias. Federalismo e desenho constitucional. Poderes de Agenda. As políticas públicas de corte social: princípios, mecanismos e sua trajetória e desenvolvimento em nível internacional e do Brasil.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p>	
<p></p>	

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev. 2003, vol.18, no. 51, p. 7-10. ISSN 0102-6909. Disponível na World Wide Web em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69092003000100001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>
 MARQUES, E. (1997). Notas críticas a literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais, No 43. Disponível em: (<http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-antiores/bib-43>)
 SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 24, n. 24, p. 105-122, 2005. Disponível em: (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)
 SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev. 2003, vol.18, no. 51, p.15-20. ISSN 0102-6909. Disponível na World Wide Web em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69092003000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

Bibliografia Complementar

ARRETCHE, M. (2001). "Federalismo e Relações Intergovernamentais no Brasil: A Reforma dos Programas Sociais". In: Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 431-457.
 CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, no. 61, p. 25-52, 2006. Disponível em <http://bit.ly/16BtpkD>
 CAVALCANTE, Pedro. Descentralização das políticas públicas sob a ótica neoinstitucional: uma revisão da literatura. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, vol. 45, no. 6, p. 1781-1804, nov./dez. 2011. <http://bit.ly/xJs269>
 FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev. 2003, vol.18, no. 51, p. 21-30. ISSN 0102-6909. Disponível na World Wide Web em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-69092003000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>
 FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização In: Estudos Avançados. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 6(14): 7-22, jan.-abr, 1992.
 HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta, MARQUES, Eduardo. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
 IANNI, Octávio. A ideia de Brasil moderno. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
 MARQUES, E. (2013). As políticas públicas na ciência política. Marques, E. e Faria, C. (org.) A Política Pública como campo multidisciplinar. São Paulo: Ed. Unesp/CEM.
 PRZEWORSKY, Adam. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
 ROCHA, Carlos Vasconcelos. Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as políticas públicas – algumas observações. Civitas, Porto Alegre, vol. 5, no. 1, jan.-jun. 2005, p. 11-28. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/32>.

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS COMPARADAS

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Método comparativo de análise, análise comparada em nível mundial de regimes de governo, modelos de democracia consensual e majoritário, partidos políticos em perspectiva comparada, sistemas partidários e sistemas eleitorais comparados, bem como instituições de controle. Paralelamente serão abordadas as teorias do Neo-Institucionalismo, Teoria da Escolha Racional, Teoria dos Jogos e accountability.

Bibliografia Básica

ALMOND, G. e POWELL, G. Uma Teoria de Política Comparada. São Paulo: Zahar, 1972.
 AMORIM NETO, Octavio. (2010). A política comparada no Brasil: a política dos outros. In Lessa, Renato (ed.). Horizontes das ciências sociais: ciência política. São Paulo: Anpocs, p. 321-340.
 LIJPHART, A. Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
 PRZEWORSKI, A.; ALVAREZ, M.; CHEIBUB, J. A. & LIMONGI, F. O que mantém as democracias?. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, (40-41), 113-135, 1997.
 SARTORI, G. Engenharia Constitucional: como mudam as constituições. Brasília: Ed. UnB, 1996.
 TSEBELIS, G. Atores com poder de veto: como funcionam as instituições políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Bibliografia Complementar

ALMOND, G. e POWELL, G. Uma Teoria de Política Comparada. São Paulo: Zahar, 1972.
 AMORIM-NETO, O. Presidencialismo e governabilidade nas Américas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
 FUKUYAMA, F. Construção de Estados. São Paulo: Rocco, 2006.

LINZ, J. "Presidencialismo ou parlamentarismo. Faz alguma diferença?" In: LAMOUNIER, B. (Org.). A opção parlamentarista. São Paulo: Sumaré. 1991.

LINZ, J. e STEPAN, A. A transição e a consolidação democrática e política comparada. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MUNK, G. L. Teoria dos jogos e política comparada: novas perspectivas, velhos interesses. Rev. Dados, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000.

NORTH, D. Instituciones, cambio institucional y desempeño económico. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1993.

O'DONNELL, G. Teoria democrática e política comparada. Rev. Dados, Rio de Janeiro, v.42, n.4, 1999.

SARTORI, G. Partidos e sistemas partidários. Brasília: UnB, 1982.

SKOCPOL, T. Estados e Revoluções Sociais: análise comparativa da França, Rússia e China. Lisboa, Editorial Presença, 1985.

PARTIDOS POLÍTICOS E ELEIÇÕES

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Emergência da democracia de massa. Representação política e instituições. Os diferentes sistemas partidários e regimes eleitorais.

Bibliografia Básica

CHARLOT, Jean. Os partidos políticos. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1982.

DOWNES, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: EDUSP, 1999.

DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1998.

SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Ed. da UnB; Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Bibliografia Complementar

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel e FREIDENBERG, Flavia. "Partidos políticos na América Latina". Opinião Pública, vol.8, no.2, p.137-157.

MAINWARING, Scott e TORCAL, Mariano. "Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização". Opinião Pública, vol.11, no.2, p.249-286.

MIGUEL, Luis Felipe. "Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.18, n.51, p.123-140.

REPRESENTAÇÃO E ESTUDOS LEGISLATIVOS

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Representação política e instituições. Estudos legislativos. Instituições legislativas em perspectiva comparada. Legislativos nacionais, supranacionais e subnacionais.

Bibliografia Básica

AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio (Org.). Sistema Político Brasileiro: Uma introdução. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer/Editora da Universidade Estadual de São Paulo, 2004.

AVRITZER, Leonardo; Milani, Carlos R.S. & Braga, Maria do Socorro Sousa (eds.). A ciência política no Brasil (1960-2015). Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 151-163.

INÁCIO, Magna & RENNÓ, Lúcio (Orgs.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Bibliografia Complementar

CAREY, John M.; REINHARDT, Gina Yannitell. (2003), "Impacto das instituições estaduais na unidade das coalizões parlamentares no Brasil." DADOS - Revista de Ciências Sociais, 46, 4: 773-804.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. (2003), “Medidas Provisórias”, In BENEVIDES, Maria Victória; VANUCHI, Paulo Vanuchi; KERCHE, Fábio (Orgs.). Reforma Política e Cidadania. São Paulo, Editora Perseu Abramo: 266-299.

FIGUEIREDO, A. C. & LIMONGI, F. “Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 10, n. 29, 1995, p. 175-200.

_____. “Processo Orçamentário e Comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo”. Revista Dados, Vol. 48, n. 4, 2005, p. 737-776.

HALL, Peter A. & TAYLOR, Rosemary C. R. (2003[1996]). As três versões do Neoinstitucionalismo. Lua Nova. Tradução de Gabriel Cohn No.58, pp.193-223.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. (2003), “Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil”. Opinião Pública, 9, 1: 44- 67.

LIMONGI, Fernando. (1994), “O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente”. BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, 37: 3-38.

LIMONGI, Fernando. (2003), “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, 55: 07-40.

MELO, Carlos Ranulfo. Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MICELLI, Sérgio (org.). (1999), O que ler na ciência social brasileira. 2ª ed., São Paulo, Editora Sumaré, ANPOCS, Brasília, DF, CAPES.

SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. (2005), “Teoria Informacional e a Seleção de Relatores na Câmara dos Deputados”. DADOS – Revista Brasileira de Ciências Sociais, 48, 4: 693-735.

SANTOS, Fabiano. O poder legislativo no Presidencialismo de Coalizão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SANTOS, F. “Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira”. Revista Dados. Vol. 40, n. 3, 1997, p.465-492.

POLÍTICA BRASILEIRA

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Formas históricas de Estado e Sociedade no Brasil. O Estado Oligárquico e Patrimonial. O Estado Autoritário e Burocrático. A Redemocratização e a Reforma Gerencial do Estado Brasileiro.

Bibliografia Básica

ABRÚCIO, Fernando. Os Barões da Federação. São Paulo: Hucitec, 1998.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para a Cidadania. São Paulo: Editora 34, 1998.

CARVALHO, José Murilo. A Construção da Ordem & o Teatro de Sombras. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. 2ª ed. Porto Alegre/São Paulo: Globo/Edusp, 1975.

SANTOS, Wanderley Guilherme. O Ex-Levitatã Brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Bibliografia Complementar

BONFIIM, Manoel. A América Latina. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que Não Foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, Luciano. Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

NABUCO, Joaquim. Um Estadista do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

OLIVEIRA VIANA. Francisco José. Instituições Políticas Brasileiras. Brasília: Senado Federal, 1999.

TROCE, Vera & SCHWARZ, Letícia (orgs.). Administração Pública Gerencial: A Reforma de 1995. Brasília: Editora da UnB, 1999..

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Formas e critérios de avaliação de políticas públicas: eficiência, efetividade e eficácia. Métodos quantitativos e qualitativos para avaliação de políticas públicas. Avaliação interna e externa. Diferenças entre avaliação e

monitoramento. Avaliação participativa.

Bibliografia Básica

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.
 ARRETCHE, Marta. Estado Federativo e Políticas Sociais. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
 RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.
 SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (orgs.). Políticas Públicas: Coletânea. Vol. 1. Enap, 2006.
 SILVA, Pedro Luiz Barros; COSTA, Nilson do Rosário. A avaliação de programas públicos: reflexões sobre a experiência brasileira. Brasília: Ipea, 2002.

Bibliografia Complementar

BOUERI, R.; ROCHA, F.; RODOPOULOS, F. (orgs.). Avaliação de Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência. Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, 2015.
 EVANS, P. B. O Estado Como Problema e Como Solução. In: Lua Nova, Revista de Cultura e Política, São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), 28/29, 1993.
 FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.
 GIAMBIAGO, F.; ALÉM, A. C. Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil. São Paulo: Elsevier, 2011.
 JACCOUD, L. (org.). Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: Ipea, 2005, vol. 1.
 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO CIDADÃO. Disponível em:
http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamento-cidadao/ofat-2015/mp_ofat-2015_web.pdf . Acesso em: 10 dez. 2017.

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA I

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: (A ser definida). Visa proporcionar o aprofundamento de estudos ligados aos temas de pesquisa dos professores do setor de Ciência Política do ICS. Pesquisas contemporâneas e recentes sobre o campo da Ciência Política.

Bibliografia Básica

(A ser Definida)
 Portal de Periódicos da CAPES.

Bibliografia Complementar

(A ser Definida)
 Portal de Periódicos da CAPES.

TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA II

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: (A ser definida). Visa proporcionar o aprofundamento de estudos ligados aos temas de pesquisa dos professores do setor de Ciência Política do ICS. Pesquisas contemporâneas e recentes sobre o campo da Ciência Política.

Bibliografia Básica

(A ser Definida)
 Portal de Periódicos da CAPES.

Bibliografia Complementar

(A ser Definida)
Portal de Periódicos da CAPES.

15.2.4. DISCIPLINAS ELETIVAS DO SETOR DE SOCIOLOGIA

SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE	Carga-horária Total: 72h
<p>EMENTA: Teorias e métodos da pesquisa social destinados à compreensão das práticas juvenis no mundo contemporâneo. A juventude e os marcadores sociais da diferença: classe, gênero, raça, sexualidade. Culturas jovens: estilo de vida, consumo e lazer.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p>	
<p>BRITTO, Sulamita. (Org.). Sociologia da juventude, I: da Europa de Marx à América latina de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. CASTRO, Lúcia Rabello de; CORREA, Jane (Org.). Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Nau, 2005. DIÓGENES, Glória. Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2008. EUGENIO, Fernanda; ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de (Org.). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2006. GROppo, Luis Antonio. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro, RJ: DIFEL, 2000.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p>	
<p>ABRAMOVAY, Miriam. Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. ABRAMOVAY, Miriam. Juventude e sexualidade. Brasília: UNESCO, 2004. ARIES, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, c1981. CACCIA-BAVA, Augusto; FEIXA, Carles; GONZÁLEZ CANGAS, Yanko (Org.). Jovens na América Latina. São Paulo: Escrituras, 2004. 327p. LEITE, Ligia Costa; LEITE, Maria Esther Delgado; BOTELHO, Adriana Pedreira (org.). Juventude, desfiliação e violência. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008. PROST, Antoine; VINCENT, Gerard; ARIES, Philippe; DUBY, Georges. História da vida privada: da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.</p>	
SOCIOLOGIA PÓS-COLONIAL E DECOLONIAL	Carga-horária Total: 72h
<p>EMENTA: Paradigma modernidade-colonialidade, relação entre eurocentrismo e colonialismo; modalidades interpretativas sobre poder, Estado e governo na contemporaneidade; imperialismo intelectual; teorias e intercâmbios sul-sul; descolonização epistêmica; relação centro-periferia na produção de conhecimento.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p>	
<p>DUSSEL, Enrique D. Caminhos de libertação latino-americana: História, colonialismo e libertação: tomo 2. São Paulo: Edições Paulinas, 1984. LA BOÉTIE, Etienne de; CLASTRES, Pierre; LEFORT, Claude; CHAUI, Marilena de Souza. Discurso da servidão voluntária. São Paulo: Brasiliense, 1987. LANDER, Edgardo; CASTRO-GOMEZ, Santiago. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.</p>	
<p>Bibliografia Complementar</p>	
<p>RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. 2ª. Edição. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ,</p>	

1995. (Notas para um estudo crítico da sociologia no Brasil; A descida aos infernos; e Sobre a crise brasileira e a sociologia no Brasil).
WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX. Aparecida, SP: Idéias & Letras, c1991.

SOCIOLOGIA ECONÔMICA E DO DESENVOLVIMENTO

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: A formação da ordem social competitiva e a instauração da sociedade de classes no Brasil. Desenvolvimento e dependência na América Latina. A sociologia do capitalismo brasileiro. Sociologia do subdesenvolvimento. Estado e capitalismo no Brasil. As sociedades industriais periféricas e o advento das sociedades pós-industriais. A nova sociologia econômica (NSE). A vida social econômica. A teoria da imersão econômica. Utilitarismo e interesses. Sociologia e teoria econômica. Economia, moral e sociedade. Estado e vida econômica. Mercados, empresas e organizações. Construção social dos mercados. Política econômica. Sociedade e os novos agentes econômicos.

Bibliografia Básica

AGARWALA, A.N e SINGH, S.P. A economia do subdesenvolvimento. 2º ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
BEL, Daniel. O advento da sociedade pós-industrial. 1º ed. São Paulo: Cultrix, 1973.
BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Éve. O novo espírito do capitalismo. 1º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
BOURDIEU, Pierre. As estruturas sociais da economia. 1º ed. Porto: Campo das Letras, 2006.
CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 3º ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.
FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. 5º ed. São Paulo: Globo, 2006.
FURTADO, Celso. Raízes do subdesenvolvimento. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
IANNI, Octavio. Estado e Capitalismo no Brasil no Brasil. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
MARTES, Ana Cristina Braga (Org.). Redes e sociologia econômica. 1º ed, São Carlos: EDUFSCAR, 2009.
POLANY, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 3º ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
SAINSAULIEU, Renaud e KIRSCHNER, Ana Maria. Sociologia da empresa. 1º ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
WEBER, Max. Ética econômica das religiões mundiais: ensaios comparados de sociologia da religião. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
ZELIZER, Viviana. A negociação da intimidade. 1º ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

Bibliografia Complementar

CAMPOS, Paulo Henrique Pedreira e BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Os donos do capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. 1º ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.
CARDOSO, Fernando Henrique. O empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. 1º ed. São Paulo: Difusora, 1964.
FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 5º ed. São Paulo: 2004.
GRUN, Roberto. A crise financeira, a guerra cultural e as transformações do espaço econômico brasileiro. Rio de Janeiro: Revista Dados, 2009.
IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil. 3º ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.
LASCH, Scott e URRY, John. Economies of signs & space. 2º ed. Londres: SAGE Publications, 2002.
MANDADORE, Ana Paula Carletto (Org.). Sociologia econômica e das finanças. 1º ed. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.
MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. 1º ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOCIOLOGIA LATINO-AMERICANA

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Temas e perspectivas da sociologia desenvolvida na América Latina e no Brasil após a segunda metade do século XX. Paradigma modernidade e colonialidade. Sociologia do desenvolvimento e dos processos de modernização. Teoria da dependência. Novos movimentos sociais e culturais na América Latina e saberes pós-coloniais.

Bibliografia Básica

BORON, Atilio. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 272p
 CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 7. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., c1970.
 FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, c1987.
 FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
 FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
 GARCÍA CANCLINI, Néstor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, c1989.
 GERMANI, G. Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina. São Paulo: Mestre Jou, 1974.
 MARINI, Ruy Mauro; SADER, Emir. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

Bibliografia Complementar

ANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciencias sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
 DOMINGUES, José Maurício. Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades. Análise de Conjuntura OPSA. v. 2, p. 20-37, 2007. Disponível em:
 <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/iuperj/domingues.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.
 DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, María (Org). América Latina hoje: conceitos e interpretações. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2006.

SOCIOLOGIA DO TRABALHO

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Concepções clássicas e contemporâneas da sociologia do trabalho. Processo de trabalho e inovação tecnológica. Padrões de divisão social do trabalho. Modernização técnica e formas do trabalho. Reestruturação produtiva e mercado de trabalho. Organização dos trabalhadores.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10.ed. : Campinas, SP: Cortez; UNICAMP, 2005. OFFE, Claus. Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho". Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. 2 v.
 DURKHEIM, Émile, 1858-1917. Da divisão do trabalho social. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Cortez, 1998.
 MARX, Karl; SANT'ANNA, Reginaldo. O capital: crítica da economia política. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 2011. 2 v.
 Offe, Claus. Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.
 WEBER, Max. A ética protestante e o "espírito" do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
 WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo L. C. O caracol e a sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
 HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
 OLIVEIRA, Francisco de. A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007.

SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Estudo das principais abordagens teóricas sobre o fenômeno da comunicação midiática e seus diferentes aspectos. Relação mídia-indivíduo. Processos de produção e recepção midiáticos. Funções e efeitos dos meios de comunicação na sociedade. Impacto das novas tecnologias nos processos comunicacionais.

Bibliografia Básica

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, c1944.
 HALL, Stuart. “Codificação/Decodificação” e “Reflexões sobre o modelo Codificação/Decodificação: uma entrevista com Stuart Hall” In: _____. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
 LIMA, Luiz Costa (org.). Teoria da cultura de massa. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
 MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
 MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação: como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, c1964.
 MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo - 1: neurose. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1962.

Bibliografia Complementar

BRETON, Philippe; PROULX, Serge. Sociologia da comunicação. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
 DEFLEUR, Melvin L; BALL-ROKEACH, Sandra. Teorias da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, c1993.
 FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. 7. ed. Petrópolis: Vozes, c2001.
 MAIGRET, Eric. Sociologia da comunicação e das mídias. São Paulo: SENAC, 2010.
 MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. História das teorias da comunicação. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
 MCQUAIL, Denis. Teoria da comunicação de massas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
 WOLF, Mauro. Teorias das comunicações de massa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SOCIOLOGIA DOS CONFLITOS

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Teorias clássicas do conflito; manifestações do conflito nas sociedades contemporâneas; conflito como integração e desagregação; conflitos e lutas sociais; conflito e mudança social; interseção rural-urbano e emergência de conflitos.

Bibliografia Básica

BIRNBAUM, Pierre. Conflitos. In: BOUDON, Raymond. Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p.247-282.
 LOPES, José Sérgio Leite. A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.
 MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
 OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba; BARROS, Joana; SILVA, Evanildo B. da; DUARTE, Livia (Org.). Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FASE, 2013.

Bibliografia Complementar

DAHRENDORF, Ralf. A lei e a ordem. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1997.
 SIMMEL, Georg; MORAES FILHO, Evaristo de. Georg Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

ESTRUTURA DE CLASSE E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Estratificação social no pensamento sociológico. Sociedades estamentais, sociedades de castas e sociedades de classe. Mobilidade social ascendente e descendente, mobilidade vertical e horizontal, mobilidade estrutural e mobilidade de circulação. Estudos clássicos de estratificação social no Brasil: raça e classe. Ocupação, renda, escolaridade e profissões. Desigualdade, mobilidade e fluidez social no Brasil da segunda metade do século XX. Desigualdade, classes e novas estratificações no Brasil do século XXI.

Bibliografia Básica

ELIAS, Norbert. A sociedade de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
 FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. Volume 1. São Paulo: Globo, 2006.
 HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Vale. Cor e estratificação social. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
 HIRANO, Sedi. Castas, estamentos e classes sociais. Introdução ao pensamento de Max Weber. São Paulo: Unicamp, 2006.
 PALMEIRA, Moacir. Estrutura de classe e estratificação social. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
 POCHMANN, Marcio. Proprietário: concentração e continuidade. Novo atlas da estratificação social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.
 WEBER, ensaios de sociologia. São Paulo, Editora Guanabara, 1982.

Bibliografia Complementar

SOUZA, Jessé. A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Ufmg, 2006.
 MEDEIROS, Marcelo. O que faz os ricos, ricos. São Paulo: Hucitec, 2006.
 RIBEIRO, Luiz Antônio da Costa. Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil. São Paulo: Edusc, 2007.
 SCALON, Celi. Imagens da desigualdade. Belo Horizonte: Ufmg, 2004.
 WRIGHT, Erik. Análise de classe: abordagens. Petropolis: Vozes, 2005.

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA I

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: (A ser definida). Visa proporcionar o aprofundamento de estudos ligados aos temas de pesquisa dos professores do setor de Sociologia do ICS. Pesquisas contemporâneas e recentes sobre o campo sociológico.

Bibliografia Básica

(A ser Definida)
 Portal de Periódicos da CAPES.

Bibliografia Complementar

(A ser Definida)
 Portal de Periódicos da CAPES.

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA II

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: (A ser definida). Visa proporcionar o aprofundamento de estudos ligados aos temas de pesquisa dos professores do setor de Sociologia do ICS. Pesquisas contemporâneas e recentes sobre o campo sociológico.

Bibliografia Básica

(A ser Definida)
 Portal de Periódicos da CAPES.

Bibliografia Complementar

(A ser Definida)
Portal de Periódicos da CAPES.

15.2.5. DISCIPLINAS ELETIVAS COMUNS AOS TRÊS SETORES**DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS****Carga-horária Total: 72h**

EMENTA: Movimentos sociais e perspectivas teóricas. Movimentos sociais, Estado e a produção de demandas sociais. Movimentos Sociais e globalização. Movimentos sociais na ordem brasileira contemporânea.

Bibliografia Básica

ABERS, Rebecca e BÜLOW, Marisa Uon. “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?”. Sociologias, 2011, vol.13, no.28, p.52-84.
 FRAZER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: Souza, Jessé (Org.) Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UnB, 2001.
 GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
 SANTOS, Boaventura. Os novos movimentos sociais. In: Leher; Roberto; Setúbal, Mariana (Org.) Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

GOHN, Maria da Glória. “Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina”. Caderno CRH, 2008, vol.21, no.54, p.439-455.
 LEONELLI, Domingos; GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais e educação. 6. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2005.
 MOISES, Jose Alvaro. Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80. Petrópolis: Vozes: CEDEC, 1982.
 NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.
 OLIVEIRA, Dante de. Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
 ZARTH, Paulo Afonso; MOTTA, Márcia (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo, SP: UNESP, 2008.

POLÍTICA E EDUCAÇÃO**Carga-horária Total: 72h**

EMENTA: A política educacional no contexto das políticas públicas. A organização dos sistemas de ensino: contextos internacionais, nacionais e subnacionais. A legislação educacional.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A educação como política pública. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
 DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.
 DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sergio. O Banco Mundial e as políticas educacionais. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.
 NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil de hoje. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 2005.
 SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

Bibliografia Complementar

CUNHA, Luiz Antonio. Educação, estado e democracia no Brasil. 5. ed. São Paulo: Cortez; Niterói: EDUFF, 2005.
 OLIVEIRA, Romualdo Portela de; CATANI, Afrânio Mendes. Constituições estaduais brasileiras e educação. São Paulo: Cortez, 1993.
 ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Educação conformada: a política pública de educação no Brasil : 1930-1945. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

SEGURANÇA PÚBLICA E CRIMINALIDADE**Carga-horária Total: 72h**

EMENTA: Conceitos e causas da violência urbana. Violência difusa, estigmas e construção social do crime. Cidade e violência. Mecanismos de erradicação e circunscrição da violência.

Bibliografia Básica

ADORNO, Sérgio. A criminalidade violenta urbana no Brasil: um recorte temático. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais: BIB, n.º 35, 1993.
 MISSE, Michel. Crimes e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.
 PINHEIRO, Paulo Sérgio. Crime, violência e poder na sociedade contemporânea. São Paulo: USP/Núcleo de Estudos da Violência, 1992.
 SOARES, Luiz Eduardo. Notas sobre a problemática da segurança pública. Políticas sociais: acompanhamento e análise. IPEA, 2001.

Bibliografia Complementar

BEATO, Cláudio Chaves. Ação e estratégia das organizações policiais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
 RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. A democracia disjuntiva no contexto brasileiro: algumas considerações a partir do trabalho das delegacias de polícia. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 11, p. 193-227, Aug. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 04 Nov. 2017.
 SOARES, Luiz Eduardo. Violência e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
 SOARES, Gláucio Ary Dillon. Homicídios no Brasil: dados em busca de uma teoria. Buenos Aires: Clacso, 1999.
 VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (Orgs.). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: FGV, 1996.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO**Carga-horária Total: 72h**

EMENTA: Pensamento sociológico sobre educação. Educação não formal e escolar. Estudos socioculturais da escola, dos sistemas escolares, do processo educativo e de seus agentes. Estruturas de poder e transmissão de capital escolar. Seleção e exclusão escolar. Impacto das tecnologias de informação e comunicação (TICs) sobre os processos educacionais.

Bibliografia Básica

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. 10. ed. Petrópolis: Vozes, c1998.
 BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2.ed. Rio de Janeiro: 1982.
 DAYRELL, Juarez (org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
 DURKHEIM, Emile. A educação moral. Petropolis, RJ: Vozes, 2008.
 DURKHEIM, Émile. A evolução pedagógica. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
 DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. 11. ed. Melhoramentos: FENAME, 1978.
 ELIAS, Norbert. O processo civilizador. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 2v.
 MARX, Karl. Textos sobre educação e ensino. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
 WEBER, Max. Os letrados chineses. In. _____. Ensaios de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2002, p. 471-501.

Bibliografia Complementar

- DUBET, François. A escola e a exclusão. Cadernos de Pesquisa, n. 119, p. 29-45, julho/ 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a02.pdf>>. Acesso em: 20/01/2017.
- FILLOUX, Jean-Claude. Ensaio: Émile Durkheim (Pedagogia e sociologia da educação em Émile Durkheim). In. _____. Émile Durkheim. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 11-37. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4657.pdf>>. Acesso em 20/01/2017
- KRUPPA, Sonia M. P. Sociologia da educação. São Paulo: Cortez, 1994
- LEÃO, Andréa Borges. Norbert Elias & a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. Bourdieu & a educação. 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, c2004.
- PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. (ed.). Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- SPOSITO, Maria Pontes. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. Revista USP, São Paulo, n.57, p. 210-226, março/maio 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33843/36576>>. Acesso em 20/01/2017.

ESTUDOS DAS POPULAÇÕES AFRO-BRASILEIRAS**Carga-horária Total: 72h**

EMENTA: Construção sócio histórica da realidade brasileira. A questão racial como tema de identidade nacional. Teorias raciológicas brasileiras. Movimento modernista e as abordagens sociais sobre a mestiçagem. Interfaces entre raça, classe e gênero e a constituição de símbolos da nacionalidade. Políticas Públicas de Ações Afirmativas. Movimento negro no Brasil contemporâneo.

Bibliografia Básica

- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus: EDUSP, 1965. 2v.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. 46. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 668 p
- SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.

Bibliografia Complementar

- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos de formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed., rev. São Paulo: Global, 2008. 302 p.
- FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2. ed., rev. São Paulo: Global, 2007. 313 p
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Racismo e antirracismo no Brasil. 2. ed. São Paulo, SP Ed. 34 2005 254 p
- HASENBALG, Carlos.; SILVA, Nelson do Valle. Cor e estratificação social. Rio de Janeiro, 1999. 240 p.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. 2006. 224p.
- SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco - raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 19-94 e 247-271.

ESTUDOS SOCIAIS DA CIÊNCIA**Carga-horária Total: 72h**

EMENTA: Introduzir aos Estudos de Ciência e Tecnologia; Discutir as principais correntes desse campo e as práticas envolvidas no desenvolvimento, disseminação e uso do conhecimento “científico” na sociedade contemporânea. Problematizar as implicações metodológicas e teóricas do estudo da ciência para as ciências sociais. Aportes da pesquisa histórica sobre a relação entre pesquisa científica e suas aplicações e etnografias das ciências. Agências e relações sujeito/objeto e humanos e não-humanos. Análise de estudos empíricos sobre temas atuais.

Bibliografia Básica

HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (Org.). Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 142p
 KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 10 ed. Perspectiva, 2011. 260 p. LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. UNESP, 2000. 438 p.
 MATURANA, Humberto R. Cognição, ciência e vida cotidiana. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2001. 203 p.
 MERTON, Robert King. Ensaio de sociologia da ciência. São Paulo, SP: Editora 34, 2013. 303p. ISBN 9788573265149.
 ROHDEN, Fabiola. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. 2009. 245p. (Antropologia e Saúde).

Bibliografia Complementar

LIMA, João Vicente Ribeiro Barroso da Costa. Os indivíduos e seus bichos na cidade de Brasília. Curitiba: Appris, 2012. 212 p.
 PRIGOGINE, I; STENGERS, Isabelle. O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996. 199p.

RELIGIÃO, RITUAL E PERFORMANCE

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Abordagens clássicas e contemporâneas no campo de estudos sobre religião, ritual e performance; Religião e poder. Performance e cura; múltiplas definições de rituais; Rituais e identidade; O debate antropológico sobre religião no Brasil.

Bibliografia Básica

DURKHEIM, E., As Formas Elementares da Vida Religiosa: o Sistema Totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996
 GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.
 GLUCKMAN, Max. Rituais de rebelião no Sudeste da África. Série Tradução. Brasília: Editora da UNB, 2011.
 TERRIN, Aldo N. O rito: antropologia e fenomenologia da ritualidade. São Paulo: Paulus, 2004.
 TURNER, Victor Witter. O processo ritual: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

Bibliografia Complementar

ASAD, Talal. “A construção da religião como categoria antropológica”. Cadernos de Campo, v. 19, p. 263 - 284, 2010.
 ASSUNÇÃO, L. C. de. Reino dos Mestres: a Tradição da Jurema na Umbanda Nordestina. Rio de Janeiro: Pallas, 2006
 BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. São Paulo: EDUSP, 1996.
 COMERFORD, John. Fazendo a Luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NuAP. 1999
 ELIADE, M, COULIANO, I. P. Dicionário das Religiões. São Paulo: Martins Fontes. 2003.
 EVANS-PRITCHARD, E. E. (Edward Evan). Antropologia social da religião. Rio de Janeiro: Campus, 1978
 EVANS-PRITCHARD, E. E. Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande. / E. E. Evans-Pritchard; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
 LABATE, B.; ROSE, I. S.; SANTOS, R. G. Religiões Ayahuasqueiras; Um Balanço Bibliográfico; Campinas-SP: Mercado das Letras, 2008.
 LANGDON, E. J. M. (org.) Xamanismo no Brasil. Novas Perspectivas. Florianópolis: Editora da UFSC. 1996.
 LÉVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1975.
 PEIRANO, Marisa. (org). 2002. O Dito e o Feito. Ensaio de Antropologia dos Rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
 SANCHIS, P. (org.). Fiéis & Cidadãos: Percursos de Sincretismo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2001.
 STADTLER, Hulda H. Coraciara. A antropologia dos fenômenos numinosos. Maceió: EDUFAL, 2000.
 WEBER, M. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: LTC Editora.

ESTUDOS URBANOS

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: A cidade como campo de investigação: fundamentos teóricos da sociologia e antropologia urbana. Os

processos de migração, industrialização e urbanização na formação das cidades. Dinâmicas de expropriação, periferização e favelização. Urbanidade e ruralidade. Cotidiano, violência e segregação social. O direito à cidade e os movimentos sociais no contexto urbano. Territórios, identidades e formas de sociabilidade. Etnografias e experimentos metodológicos nas pesquisas urbanas.

Bibliografia Básica

VELHO, Otávio (org.) O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
HANNERZ, Ulf. Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. São Paulo: Editora Centauro. 2001.

Bibliografia Complementar

AGIER, Michel. “Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro”. Mana vol.21 no.3 Rio de Janeiro Dec. 2015.
AGIER; Michel. Antropologia das cidades: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2011.
ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba (orgs). Um século de favela. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
BOURDIEU, Pierre. “O camponês e seu corpo”. In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 26, p. 83-92, jun. 2006
CALDEIRA, Tereza. A cidade de muros. São Paulo, Edusp, 2000.
DURHAM, Eunice. “As comunidades rurais tradicionais e a migração” e “Migrantes rurais”. In: A dinâmica da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2004, pp. 131-201.
ECKERT, Cornelia; ROCHA, A. L. C. da. O tempo e a cidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
FELDMAN-BIANCO, Bela (org). Antropologia das Sociedades Contemporâneas: métodos. São Paulo: UNESP, 2010.
FOOTE-WHYTE, William. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
FRUGOLI, H. et alli. A cidade e seus agentes: práticas e representações. São Paulo Belo Horizontes, Ed. Puc Minas, Edusp, 2006.
HARVEY, David et ali. Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo, 2013.
JEUDY, Henri-Pierre. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
LEITE, Rogério Proença. “Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown”. Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 17 no 49 junho/2002
LOMNITZ, Larissa. “Mecanismos de articulación entre El sector informal y El sector formal urbano”. In: Revista Mexicana de Sociología, vol40, n.1, 1978.
MAGNANI, José Guilherme C. e TORRES, Lilian de Lucca (orgs). Na Metrópole. Textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP, 1996.
PEREIRA, Alexandre Barbosa. “Cidade de riscos: notas etnográficas sobre pixação, adrenalina, morte e memória em São Paulo”. Revista de Antropologia. São Paulo: USP, 2013
PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. “Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil”. Revista de Estudo Culturais 1, Dossiê sobre cultura popular urbana.
Revista de Ciências Sociais. Arte, cidade e narrativas visuais. Volume 47, numero 1. Fortaleza, 2016.
ROLNIK, Raquel. O que é cidade? Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2004.
SIMMEL, George. “As grandes cidades e a vida do espírito”. In: Revista Mana, no. 11(2) 2005 pp. 577 a 591
SORANDO, Daniel; ARDURA, Alvaro. First we take Manhattan. Se vende ciudad. La destrucción creativa de las ciudades. Madrid: Catarata, 2016.
VELHO, Gilberto. KUSCHNIR, Karina. Pesquisas urbanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003
VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro, Zahar, 2003
ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo Brasiliense, 2003.

CULTURA E CONSUMO

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Os estudos socioantropológicos do consumo. O consumo dos bens simbólico-culturais: estilos de vida, identidade e diversidade. Homogenização e heterogenização do consumo. O consumo e os marcadores culturais: classe, raça e gênero. A sociedade de consumidores. Consumo e ação política. Globalização, crítica ao consumismo, alteridade e desigualdade.

Bibliografia Básica

CANCLINI, Nestor Garcia. Cidadãos e consumidores. Rio de Janeiro: Ufrj, 2006.
BAUMAN, Zigmunt. Vidas para consumo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DOUGLAS, Mary e BARON, ISHERWOOD. O mundo dos bens. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
 APPADURAI, ARJUN. A vida social das coisas. Rio de Janeiro: Eduff, 2008.
 BOURDIEU, Pierre. A distinção. São Paulo: Edusp, 2006.

Bibliografia Complementar

CAMPBELL, Colin. A ética e o espírito do consumo moderno. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
 BARBOSA, Livia (Org.). Consumo: cosmologias e sociabilidades. Rio de Janeiro: Edur, 2009.
 FARIAS, Edson (Org.). Práticas culturais na sociedade de consumidores. Brasília: Verbus, 2010.

MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Natureza, cultura e sociedade. Construção sociopolítica do meio ambiente. Processos de institucionalização da política ambiental. Análise dos constrangimentos ecológicos à acumulação capitalista. Introdução e crítica da noção de desenvolvimento sustentável. Principais abordagens teóricas sobre a relação sociedade-natureza. Conflitos socioambientais.

Bibliografia Básica

CAVALCANTI, Clovis ((org.)). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.
 SACHS, Wolfgang. Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
 PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
 LATOUR, Bruno. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
 DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB-USP, 1994.

Bibliografia Complementar

ACSELRAD, Henri (org). A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: De Paulo Editora, 2001.
 ACSELRAD, Henri; VIEIRA, Liszt; GUARANY, Reinaldo. Ecologia: direito do cidadão. Rio de Janeiro: Grafica JB, 1993. 83 p
 FERRY, Luc. A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem. São Paulo: Ensaio, 1994.
 INGOLD, Tim – 2011 [2015]. Estar Vivo. Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição”. Petrópolis: Vozes.
 FUKS, Mario. Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
 GODOY, Ana. “O modelo da natureza e a natureza do modelo”. Perspectiva v.14 n.4 São Paulo out./dez. 2000.
 THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
 CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A invenção ecológica, narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre, Editora da Universidade, 2001.
 LITTLE, Paul Elliot. “Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico”. In: Horizontes Antropológicos 25. Antropologia e Meio Ambiente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
 SOUZA, Herbert José de; ACSELRAD, Henri ((org.)). Meio ambiente e democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 1992. 127p.
 LOPES, José Sérgio Leite. A ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

DEMOCRACIA, CIDADANIA E JUSTIÇA

Carga-horária Total: 72h

EMENTA: Análise das doutrinas clássicas e contemporâneas da democracia em paralelo à compreensão da cidadania e às novas formas de acesso à Justiça. As principais experiências de participação social em curso no Brasil: orçamentos participativos, conselhos populares de políticas e estratégias institucionais de acesso ao direito.

Bibliografia Básica

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Os Caminhos da Democracia Participativa. RJ: Civilização Brasileira, 2002.
MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. RJ: Zahar, 2000.
CARVALHO, José M. Cidadania no Brasil - O Longo Caminho. RJ: Civilização Brasileira, 1998.
REIS, Elisa P. Processos e Escolhas: Estudos de Sociologia Política. RJ: Contra-Capa, 1999.
DAGNINO, Eveline. Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. SP: Paz e Terra, 2002.

Bibliografia Complementar

AVRITZER, L. (org.). A Participação Social no Nordeste. BH: Ed. UFMG, 2005.
HELD, David. Modelos de Democracia. RJ: Editora Paideia, 2003.
PUTNAM, Robert. Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna. RJ: Editora FGV, 2002.
REIS, Fábio W. Mercado e Utopia: Teoria Política e Sociedade Brasileira. SP: Edusp, 2000.
SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. SP: Companhia das Letras, 2000.
SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos. Cidadania e Justiça. RJ: Campus, 1979.

16. REFERÊNCIAS

Parecer CNE/CES 1363, de 12/12/2001 (que dispõe da retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia).

Parecer CNE/CES 261, de 09/11/2006 (relativa a esclarecimentos sobre o conceito de hora e hora-aula tendo em vista questionamentos sobre aplicabilidade do Parecer CNE/CES N° 575/2001).

Parecer CNE/CES 492, de 03/04/2001 (que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia).

Resolução CNE/CES 17, de 13/03/2002 (que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia).

Resolução 01, de 17 de junho de 2010 CONAES (que normatiza o núcleo docente estruturante e dá outras providências).

ANEXO A**PROGRAMA DE EXTENSÃO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS****01. Título do Programa**

Ciências Sociais e Sociedade: produções dialógicas

02. Áreas temáticas

Direitos humanos e justiça

Cultura

Educação

03. Linhas de Extensão

Direitos individuais e coletivos

Patrimônio cultural, histórico e natural

Grupos sociais vulneráveis

Segurança pública e defesa social

Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares

Formação de professores

Desenvolvimento regional

Temas específicos/Desenvolvimento humano

04. Unidade Proponente

Instituto de Ciências Sociais

05. Unidade(s) Acadêmica(s) Envolvida(s)

Instituto de Ciências Sociais

06. Parceiros Institucionais

Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Alagoas

07. Coordenador do programa (informar e-mail e telefone)

Professor Dr. Welkson Pires (Coordenador de Extensão do ICS)

08. Período de vigência

2018-

09. Resumo do Programa

O Programa de Extensão do Instituto de Ciências Sociais, denominado **Ciências Sociais e Sociedade: produções dialógicas**, pretende reunir os projetos e demais ações de extensão desta unidade acadêmica de modo a torna-los um todo orgânico, cujo principal objetivo é articular os conhecimentos produzidos no campo das Ciências Sociais com as diversas demandas sociais, especificamente no que diz respeito à luta e garantia de direitos e à preservação e desenvolvimento culturais.

10. Objetivo Geral do Programa

Geral: Dar continuidade à política de extensão no Instituto de Ciências Sociais (ICS) de modo a consolidar, na formação discente, a relação entre pesquisa e ação social na atuação do cientista social, bem como oferecer à sociedade em geral instrumentos de investigação academicamente orientados para a ação social.

Específicos:

- i. Sensibilizar o estudante de Ciências Sociais para intervenções orientadas na sociedade e para as causas dos movimentos sociais;
- ii. Aprimorar técnico-metodologicamente, a partir de intervenções diretas e orientadas, as ferramentas de diagnóstico apresentadas e discutidas em sala de aula;
- iii. Consolidar o campo do cientista social a partir de experiências concretas de troca de conhecimentos e intervenção que possibilitem ao estudante vislumbrar o alcance de sua prática;
- iv. Estabelecer maior organicidade entre as esferas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão universitária;
- v. Estimular debates e ações de extensão que enfatizem a construção de conhecimento através de um processo dialógico junto aos grupos sociais.
- vi. Possibilitar a organização de ações de extensão que possam ser desenvolvidas no âmbito dos componentes curriculares obrigatórios de extensão, garantindo a efetiva participação e, conseqüente formação, dos estudantes em atividades extensionistas.

11. Justificativa do Programa

A criação do Programa de extensão **Ciências Sociais e Sociedade: produções dialógicas** responde à necessidade de dar continuidade ao Programa anteriormente apresentado e estabelecer parâmetros mais definidos que orientem a prática da extensão nesta unidade, conforme as diretrizes que regem a extensão universitária na UFAL. Visa reunir as ações de extensão cujos objetivos tenham um perfil comum. Nesse sentido, após levantamento e detalhamento das ações desenvolvidas pelo conjunto dos docentes e discentes do ICS, foi estabelecido um conjunto de linhas de extensão (Direitos individuais e coletivos; Patrimônio cultural, histórico e natural; Grupos sociais vulneráveis; Segurança pública e defesa social; Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares; Formação de professores; Desenvolvimento regional; Temas específicos/Desenvolvimento humano) que se articulam em torno do objetivo de identificar as diversas demandas sociais, especificamente no que diz respeito à luta e garantia de direitos e à preservação e desenvolvimento culturais, visando fomentar a reflexão e à produção conjunta de conhecimentos visando atendê-las.

O Programa, ao reunir num todo orgânico as diversas atividades de extensão desenvolvidas no ICS, também visa oferecer uma base sistemática de ações a partir da qual se desenvolverá o processo de curricularização da extensão. Em termos operacionais, as ações de extensão desenvolvidas no contexto do presente programa, serão articuladas aos componentes curriculares de extensão que obrigatoriamente os estudantes deverão cursar de modo a lhes garantir uma formação extensionista.

Vale ressaltar que o Programa pretende consolidar ações docentes e discentes desenvolvidas pelo ICS com a parceria e/ou a colaboração/participação de outras unidades acadêmicas da mesma UFAL e/ou de outras instituições de ensino, dando ênfase e estimulando, assim, uma prática que acontece ainda em baixas proporções no ICS.

O Programa pretende também consolidar e ampliar a parceria com outras unidades acadêmicas da UFAL além de incentivar a construção e/ou consolidação de parcerias com outras instituições públicas ou privadas, desde que sua presença seja pertinente aos projetos e aos objetivos do referido Programa.

ANEXO B

RESOLUÇÃO DE TCC

RESOLUÇÃO Nº 03/2018 DO COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – Bacharelado

Regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Ciências Sociais - Bacharelado, da Universidade Federal de Alagoas e dá outras providências.

O Colegiado do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, no uso de suas atribuições e tendo em vista a deliberação da plenária do Instituto de Ciências Sociais.

RESOLVE:

Estabelecer normas regimentais do Trabalho de Conclusão de Curso para o Curso de Ciências Sociais - Bacharelado, nos termos abaixo:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

Do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 1º. A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, obedecerá ao disposto nesta Resolução, respeitados os demais atos normativos editados pela Universidade Federal de Alagoas.

CAPÍTULO II

Da Natureza do TCC

Art. 2º. O TCC é um componente curricular obrigatório, não se constituindo como disciplina, não contando com carga horária fixa semanal.

Art. 3º. O TCC consistirá de um trabalho acadêmico inédito/original de aprofundamento temático, fomentando o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e ao aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica, elaborado pelo/a aluno/a do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Ele deverá ser resultado de pesquisa relacionada à qualquer uma das áreas das Ciências Sociais realizado sob a orientação de um docente do quadro permanente do Instituto de Ciências Sociais.

Parágrafo Único. O/a aluno/a poderá, de comum acordo com seu/sua orientador/a e mediante aprovação prévia do Colegiado do Curso de Ciências Sociais - Bacharelado, solicitar a colaboração de um/uma coorientador/a não vinculado/a ao Instituto de Ciências Sociais, desde que este apresente titulação mínima de Mestre na área do TCC ou seja profissional de reconhecida atuação no campo de especialização da temática do TCC.

Art. 4º. O TCC poderá ser elaborado nas modalidades: I) Monografia; II) Artigo Científico; III) Relatório de Pesquisa/Extensão; IV Produto de Pesquisa/Extensão, cabendo ao orientando/a, em comum acordo com o/a orientador/a a escolha da modalidade.

TITULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

Das Atribuições do/a Coordenador/a de TCC

Art. 5º. Enquanto membro do Colegiado do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado, compete ao/a Coordenador/a de TCC:

- I – Articular-se com os demais membros do Colegiado para compatibilizar diretrizes, organização e desenvolvimento dos trabalhos;
- II – Orientar os/as estudantes na escolha dos/das professores/as orientadores/as, divulgando as linhas de pesquisa de vinculação destes/as últimos/as;
- III – Convocar, sempre que necessário, os/as orientadores/as para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;
- IV – Organizar, junto à Coordenação do Curso de Bacharelado, a listagem dos estudantes e seus/suas respectivos/as orientadores/as, e manter este banco de dados atualizado;
- V – Organizar, divulgar e definir junto ao Colegiado do Curso, o cronograma de apresentação dos TCCs (Semana de TCC) a cada semestre do ano letivo

CAPÍTULO II

Das Atribuições do/a Orientador/a

Art. 6º. Compete ao/a orientador/a de TCC:

- I – Orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do TCC em todas as suas fases;
- II – Estabelecer o plano e o cronograma do trabalho em conjunto com o/a orientando/a;
- III – Informar o/a orientador/a sobre as normas, procedimentos e critérios de avaliação respectivos;
- IV – Presidir a banca examinadora do trabalho por ele/ela orientado;
- V – Comparecer nas reuniões, convocadas pelo/a Coordenador/a de TCC, para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;

VI – Comunicar ao/a Coordenador/a de TCC, quando ocorrer problemas, dificuldades e dúvidas relativas ao processo de orientação, para que as devidas providências sejam tomadas;

VII– Articular-se junto ao/a Coordenador/a de TCC, Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) para definição do programa e do planejamento das atividades semestrais de defesa de TCC.

Art. 7º. Todo professor deverá orientar TCC dentro de sua área de trabalho - Antropologia, Ciência Política, Sociologia ou na área de Ensino em Sociologia/Ciências Sociais.

§ 1º O/A professor/a orientador/a poderá recusar a orientação de um TCC por inadequação temática;

§ 2º O/A professor/a orientador/a poderá ser substituído/a em caso de força maior ou impedimento evidente;

§ 3º Nos casos de incompatibilidade entre professor/a e estudante após o aceite da orientação, a substituição precisará ser justificada ao Colegiado do Curso;

§ 4º A imprudência e/ou irresponsabilidade comprovada por parte do/a orientando/a, dará ao/a professor/a orientador/a o direito de cindir justificadamente o termo de orientação.

Parágrafo único. O professor deve exigir do/a aluno/a que obedeça às regras de formatação definidas pela ABNT e pelo Padrão UFAL de Normalização e aquelas regras especificadas sobre o formato do TCC enquanto o tipo de produção acadêmica.. O não cumprimento destas regras dá ao/a orientador/a o direito de romper o termo de orientação mediante carta justificada entregue ao/a Coordenador/a de TCC, que a encaminhará para o Colegiado do curso. Nestes casos, o/a Coordenador/a de TCC será responsável por indicar uma nova orientação junto a outro/a professor/a do quadro do ICS.

Art. 8º. Cada professor do quadro docente do ICS/UFAL deve tomar como referência o seguinte número de estudantes a orientar, a cada planejamento semestral:

I. – Regime de trabalho de 20 horas: até 06 (seis) estudantes;

II. – Regime de trabalho de 40 horas ou Dedicção Exclusiva (DE): até 10 (dez) estudantes.

§ 1º Os/as professores/as deverão manter atualizadas as suas informações junto à Coordenação de TCC sobre o número de orientandos/as mediante ficha de cadastro. Esse registro será utilizado para a distribuição de orientações;

§ 2º O número máximo de orientados não deverá ser ultrapassado a não ser mediante avaliação e aprovação do Colegiado de Curso.

CAPÍTULO III

Das Atribuições do/a Orientando/a

Art. 9º. Compete ao/a orientando/a:

- I – Definir a temática de seu TCC, em conformidade com as linhas de pesquisa de atuação dos/das professores/as do ICS/UFAL;
 - II – Cumprir as normas e a regulamentação próprias do TCC;
 - III – Cumprir o plano e o cronograma estabelecidos em conjunto com seu/sua orientador/a;
- Obedecer às regras de formatação definidas pela ABNT e pelo Padrão UFAL de Normalização;
- IV - Informar-se sobre as normas e regulamentações do TCC vigentes;
 - V – Comunicar ao/a professor/a orientador/a quaisquer alterações das atividades previstas.

Parágrafo único. A defesa do TCC fora dos limites estabelecidos pelo cronograma previamente definido, impedirá que o/a orientando/a cole grau no mesmo semestre letivo. Fica expressamente proibido que o aluno formando cole grau antes da defesa de seu TCC perante uma Banca Examinadora.

Art. 10º. São direitos do/a orientando/a:

- I – Ter um/a professor/a orientador/a em uma das linhas de pesquisa desenvolvidas nos grupos de pesquisa do ICS/UFAL;
- II – Solicitar orientação diretamente ao/a professor/a escolhido/a ou através do/a Coordenador/a de TCC;
- III – Ser informado/a sobre as normas e regulamentação do TCC.

TÍTULO III

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO: DA NATUREZA E DO OBJETIVO

Art. 11º. O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Ciências Sociais – Bacharelado, é uma atividade acadêmica que consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos produzidos na área do Curso, como resultado da reflexão crítica, diálogo teórico-metodológico atualizado e aprimoramento das capacidades argumentativas na pesquisa ou extensão.

- I – O formato do TCC em Ciências Sociais – Bacharelado – constitui-se em uma Monografia, Artigo Científico, Relatório de Pesquisa/Extensão ou Produto de Pesquisa/Extensão.
- II - A Monografia e o Artigo Científico devem ser resultantes de uma pesquisa sob orientação de um/a professor/a, em uma das áreas de concentração do curso, a saber: Antropologia, Ciência Política e Sociologia;
- III – Os trabalhos de natureza monográfica e o artigo científico devem propiciar aos estudantes o contato com o processo de investigação, que o auxilie em todas

as etapas da pesquisa, tais como: formulação do problema de análise, localização do referencial teórico, procedimentos metodológicos de pesquisa, formulação coerente da conclusão da pesquisa e apresentação final do trabalho de acordo com as normas da ABNT e Padrão UFAL de Normalização;

IV – Os trabalhos na modalidade de Relatório de Pesquisa/Extensão e Produto de Pesquisa/Extensão têm como foco a experiência oriunda da prática de pesquisa e devem ser fundamentados em uma discussão teórico-metodológica sobre prática de pesquisa/extensão, implicações éticas; resultados alcançados e possíveis desdobramentos da pesquisa para práticas e políticas de interesse do grupo foco da pesquisa. A apresentação final do relatório e do produto de pesquisa/extensão deve seguir as normas da ABNT e Padrão UFAL de Normalização.

Art. 12º. O TCC em Ciências Sociais –Bacharelado- deverá atender aos seguintes objetivos determinados:

I – Capacitar o/a estudante para a elaboração de pesquisas nas áreas de concentração do curso: Antropologia, Ciência Política e Sociologia Ciências Sociais, cabendo a ele escolher uma destas áreas;

II – Levar o estudante a correlacionar e aprofundar os conhecimentos teóricos, metodológicos e práticos adquiridos no curso;

III – Contribuir para o enriquecimento das diferentes linhas de pesquisa do Instituto de Ciências Sociais/UFAL, estimulando a produção científica que poderá estar articulada às necessidades da comunidade local, nacional e internacional.

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA E DOS PROCEDIMENTOS DE DEFESA

CAPÍTULO I

Do Projeto de TCC

Art. 13º. O projeto de TCC versará sobre tema próprio das Ciências Sociais, com foco em um dos três eixos principais que constituem a estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, a saber: Antropologia, Ciência Política, Sociologia

§1º Os/As estudantes do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, uma vez aprovado/a em todas as disciplinas metodológicas, a saber, Metodologia das Ciências Sociais, Introdução à Estatística, Pesquisa Quantitativa, Pesquisa Qualitativa, Projeto de Pesquisa, deverão encaminhar seu projeto de pesquisa, de artigo, de relatório de pesquisa/extensão ou produto de pesquisa/extensão ao/a Coordenador/a de TCC, até o 7º período do curso.

§ 3º Após a entrega, o projeto será registrado e, caso o/a estudante ainda não disponha de um/a orientador/a, o/a Coordenador/a de TCC deverá ajudá-lo/a a escolher, entre os integrantes do quadro docente efetivo do ICS/UFAL.

§ 4º Uma vez aceita a orientação por parte do/a professor/a, o/a estudante deverá apresentar à Coordenação de TCC, um termo de compromisso devidamente preenchido pelo/a orientador/a e pelo/a orientando/a.

Art. 14º. O projeto deve ser assinado pelo/a orientador/a e entregue à Coordenação de TCC, na mesma formatação prevista para o TCC, no prazo estipulado e amplamente divulgado no ICS/UFAL. O projeto deverá ter entre 10 (dez) e 20 (vinte) páginas e trazer, obrigatoriamente, os seguintes itens:

- a) Capa e folha de rosto;
- b) Introdução e Justificativa;
- c) Problema, objetivos e hipóteses de pesquisa;
- d) Revisão bibliográfica e/ou referencial teórico;
- e) Métodos de pesquisa/ coleta de dados/ ações de extensão;
- f) Cronograma de realização das atividades;
- g) Referências bibliográficas

Art. 15º. Quando a proposta de TCC envolver seres humanos (por exemplo, por meio de entrevistas, questionários, arquivos pessoais, uso de banco de dados elaborado por outros/as pesquisadores/as ou instituições, etc.), o projeto deverá ser submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa na UFAL (CEP), através da Plataforma Brasil. Assim, os projetos devem observar as Normas para a Pesquisa Envolvendo Seres Humanos e Animais (Res. CNS nº 196/96), respeitando o prazo estipulado para registro do projeto e início da implantação da pesquisa. O detalhamento deste procedimento encontra-se disponível em <http://www.ufal.edu.br/comite-de-etica-em-pesquisa/>. Todo pesquisador que submeter um projeto de pesquisa ao CEP deverá, primeiramente, cadastrar-se na Plataforma Brasil disponível em: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>, e apresentar toda a documentação exigida pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP.

CAPÍTULO II

Da Monografia

Art. 16º. A Monografia pode ser:

I – De natureza teórica, no qual o/a estudante discute um tema relevante, com intuito de rever a bibliografia, analisar criticamente conceitos de vários/as autores/as e propor ou apontar, novos conceitos que melhor elucidem o tema da pesquisa;

II – De natureza teórica e empírica, na qual o/a estudante elabora uma revisão teórica que se apoia uma pesquisa de campo e/ou levantamento de dados empíricos que permitem entrar em contato com seu tema de pesquisa.

Art. 17º. A elaboração da Monografia deve começar a partir do 5º período.

Parágrafo único. O/A estudante vinculado à iniciação científica poderá desenvolver o mesmo projeto na elaboração do TCC.

Art. 18º. A monografia deverá ter no mínimo 30 (trinta) páginas de conteúdo, excetuando a capa, a bibliografia e os anexos, e ser impressa em papel padrão “A4” e estar de acordo com as normas da ABNT e Padrão UFAL de Normalização.

CAPÍTULO II

Do Artigo Científico

Art. 19º. O Artigo Científico pode ser:

- I– De natureza teórica, no qual o/a estudante discute um tema relevante, com intuito de rever a bibliografia, analisar criticamente conceitos de vários/as autores/as e propor ou apontar, novos conceitos que melhor elucidem o tema da pesquisa;
- II– De natureza teórica e empírica, no qual o/a estudante elabora uma revisão teórica que embasa uma pesquisa de campo e/ou levantamento de dados que permitem entrar em contato com seu tema de pesquisa.

Parágrafo único. O TCC na forma de Artigo Científico, só poderá ser dispensado de sua apresentação para banca de avaliação caso já tenha publicado em revista de área, com *qualis* igual ou superior a B3. O mesmo quando publicado nesses termos não precisará ser submetido à banca de avaliação. O artigo deverá ser uma publicação inédita de autoria individual ou em coautoria com o/a orientador/a, (esse deverá ser o segundo autor). A publicação deverá ser comprovada pelo registro no *International Standard Serial Number* (ISSN) ou *Digital Object Identifier System* (DOI).

Art. 20º. A elaboração do Artigo deve começar a partir do 6º período.

Parágrafo único. O/A estudante vinculado à iniciação científica poderá desenvolver o mesmo projeto na elaboração do Artigo.

Art. 21º. O Artigo deverá ter no mínimo 15 (quinze) páginas de conteúdo, excetuando a capa, a bibliografia e os anexos, e ser impresso em papel padrão “A4” e estar de acordo com as normas da ABNT e Padrão UFAL de Normalização.

CAPÍTULO III

Do Relatório de Pesquisa/Extensão

Art. 22º. O Relatório de Pesquisa/Extensão deve ser:

I – De natureza teórico-prática, em que o/a estudante elabora uma reflexão a partir de uma articulação entre as discussões em torno da problemática da prática de pesquisa e/ou extensão e suas vivências práticas, tendo como base de referência sua inserção em pesquisas de iniciação científica, iniciação ao desenvolvimento tecnológico, apoio à extensão, dentre outros.

Art. 23º. A elaboração do Relatório de Pesquisa/ Extensão, pode ser iniciada a partir do 6º período do curso.

Art. 24º. O Relatório de Pesquisa em Ciências Sociais deverá ter no mínimo 30 (trinta) laudas de conteúdo, excetuando a capa, índice, a bibliografia e os anexos, e ser impresso em papel padrão “A4” e estar de acordo com as normas da ABNT e Padrão Ufal de Normalização.

CAPÍTULO IV

Do Produto de Pesquisa/Extensão

Art. 25º O TCC pode se constituir em trabalho prático experimental enquanto produto de pesquisa/extensão.

§1º§ O Trabalho prático experimental tem como objetivo proporcionar o desenvolvimento de trabalhos que articulem teoria e prática oferecendo ao bacharelado do curso de Ciências Sociais a possibilidade de exercitar suas competências técnicas e criativas aliadas à reflexão teórica. Atividades estas que vêm acompanhando o campo clássico das Ciências Sociais relacionadas, especificamente, à produção fotográfica, fílmica, sonora e hipermídia.

§2º O trabalho prático experimental será constituído de duas partes complementares obrigatórias: (a) O Produto Material, de produção autoral e original do discente; e (b)um Relatório no qual exponha uma reflexão crítica, teórica e metodológica acerca da técnica, da estética utilizadas dentro da execução e prospecção do Produto de pesquisa/extensão

§3º Os temas, em princípio, livres, devem ser acertados em diálogo e de acordo mútuo entre orientadores e alunos, desde que versem e abordem questões socioculturais históricas ou contemporâneas sobre pessoas, grupos sociais, processos históricos e eventos em uma perspectiva antropológica, sociológica ou da Ciência Política. Essencialmente que tenham pertinência no campo das Ciências Sociais atestado pelo/a Orientador/a e, em último caso, pelo Colegiado do curso.

§ 4º O Produto de Pesquisa/Extensão pode se constituir em quatro tipos de formato: Ensaio Fotográfico, Produção fílmica, Etnografia Sonora ou Hiperímia

Art.26

§1º Para o Ensaio Fotográfico serão consideradas no mínimo 12 e no máximo 22 fotos que devem ser apresentadas impressas, em tamanho apropriado com pastapour; expostas na forma de exposição, sobre qualquer tipo de suporte em local destinado para este fim pela Coordenação do curso, em ocasião de sua apresentação.

§2º– O arquivo digital das fotografias, entregue por ocasião do TCC, deve ter as fotos salvas em míia magnética e em formato digital (.JPG) com aproximadamente 3000 pixels no lado maior e a resolução mínima de 200 ppi.. Cada fotografia deverá conter título e numeração, de acordo com a disposição de apresentação do Ensaio Fotográfico, devendo esse arquivo digital ser anexo dentro de uma míia magnética (DVD, pen-drive, cartão de memória) ao Relatório do TCC.

Art. 27: A produção fílmica e será considerada produções videográficas e audiovisuais que sejam produzidas e exibidas na ocasião da apresentação do TCC, em local definido para este fim pela Coordenação do curso, em ocasião de sua apresentação.

§1º- Os filmes devem estar gravados em míia magnética e ter a duração máxima de 52 minutos, quando se tratar de longa metragem,; no máximo 30 minutos, quando se tratar de média metragem, e no máximo 20 minutos, quando se tratar de curta metragem. A produção fílmica pode ter formato de documentário ou filme etnográfico. Essa produção deve estar em formato MP4, MKV, AVI) dentro de míia magnética anexada ao Relatório da Produto de Pesquisa e Extensão do TCC

§2º - A produção fílmica deverá conter ficha técnica onde serão registrados dados do produto, tais como, título, categoria (filme etnográfico, documentário), duração, e produção, citando participação de terceiros com de direção, roteiro, etnografia visual, etnografia sonora, pós-produção) de acordo com participação de técnicos e outros profissionais, bem como deverá constar que se trata de trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Ciências Sociais da UFAL.

Art. 28º: Para a Etnografia Sonora serão considerados produtos de registros de áudio dentro de procedimentos metodológicos vinculados a investigações de sonoridades, ruídos, ritmos de contextos socioculturais. As gravações de áudio que consistiram em etnografia sonora devem ser transmitidas na ocasião da apresentação do TCC, em local definido para este fim pela Coordenação do curso.

§1º- As etnografias sonoras devem estar gravadas em míia magnética anexada ao relatório de produto de pesquisa/extensão e ter duração máxima de 30 minutos gravadas em formato MP3, WMA, WAV.

Art. 29º: Para o produto Hiperímia deverão ser considerados produções de hipertexto e multimíia, constituindo-se de múltiplos meios de uso em representação de dados de pesquisa/extensão, através de recursos como elementos textuais, imagens, de áudio, animação e fílmico. Dentro de uso de hipertexto se compreende o uso de sistema computacional e

suportes também não informatizados dentro de organização de palavras-chaves que permite o usuário navegar na produção através de diferentes opções inter-relacionadas.

§1º – O arquivo digital da hipermídia, entregue por ocasião do TCC, deve ser em mídia magnética em formato digital, tais como PowerPoint, Flash, Java, entre outros num tamanho de no máximo até 3GB, arquivo anexado ao relatório.

Art. 30º: Todos os produtos devem apresentar ficha técnica contendo Título; Autoria; Contextualização da Pesquisa; Roteiro (quando houver); Mídia/Formato; Duração; Categoria (ex. etnográfico, documental, ficção, etnoficção, didático, etc); Direção; Produção; Local; Instituição; Orientador (a).

Art. 31º: Todos os trabalhos, seguindo os princípios estabelecidos no código de ética da atividade científica, devem ter disponibilizado, junto ao material produzido e entregue, os respectivos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), resguardados os direitos autorais e de imagem da apresentação de imagens e sons dos filmes etnográficos e fotografias produzidas para o TCC.

CAPÍTULO VI

Da Composição da Banca Examinadora

Art. 31º. Todo TCC será submetido à Banca Examinadora, exceto nos casos previstos pelo Art. 19º, Parágrafo Único, sendo a banca composta por no mínimo 3 (três) avaliadores, sendo, obrigatoriamente, 1 (um) deles, o/a orientador/a e, os demais, respectivamente, primeiro/a e Segundo/a examinadores/as, salvo nos casos de Coorientadores aceito pelo Colegiado, de acordo com o Art. 3º. Os examinadores externos podem ser professores efetivos do quadro docente do ICS, da UFAL ou de outras instituições de Ensino Superior ou profissionais que atuem na área temática do TCC, desde que possuam a titulação mínima de Mestre.

§ 1º O/A orientador/a deverá sempre fazer parte e presidir a Banca Examinadora do TCC por ele/ela orientado/a, sob o risco de, sem ele/a, não realizar-se a defesa. A não ser nos casos já previamente acordados junto ao Colegiado do Curso;

§ 2º É responsabilidade do/a Orientador/a convidar os/as demais professores/as para ocuparem o posto de examinadores/as, seja durante a pré-banca, quando houver, seja durante a defesa propriamente dita do TCC; podendo apenas o/a aluno/a, sugerir nome(s) que o/a orientador/a poderá acatar ou não, julgando-se os critérios de pertinência à área, regime de trabalho do/a professor/a convidado/a, bem como sua disponibilidade de horários;

§ 3º É de responsabilidade do/da presidente da Banca Examinadora a tarefa de preencher e lavrar a ata de defesa do TCC, bem como, encaminhar tal documento para a Coordenação de Curso;

§ 4º O/A orientador/a e os integrantes da Banca Examinadora não poderão ter relação de parentesco de até segundo grau com o/a aluno/a avaliado/a;

§ 5º Excetuando-se casos específicos e justificados, a composição das Bancas Examinadoras das monografias deverá privilegiar a ciência/área de conhecimento específica em que o TCC se concentra; portanto, a Banca deverá ser composta por professores com titulação mínima de mestrado, ou de especialista reconhecido/a na temática desenvolvida pelo aluno/a no TCC. Devendo os profissionais serem vinculados em estudos na área de Antropologia, Ciência Política e Sociologia e áreas afins.

§ 6º A pré-banca será considerada opcional, cabendo ao/a orientador/a avaliar sua pertinência ou não, considerando o bom andamento do TCC. Caso opte pela realização da pré-banca, o/a orientador/a deve agendá-la com pelo menos 30 dias úteis antes do prazo para a defesa final do TCC e deve contar com a participação de mais um/a professor/a examinador/a, preferencialmente, membro do quadro docente efetivo do ICS/UFAL. Para a pré-banca, orientador/a e primeiro/a examinador/a deverão preencher parecer obrigatório para posterior defesa do trabalho perante a Banca Examinadora. O/A orientando/a deverá observar e cumprir as recomendações feitas pelo/a orientador/a e pelo/a primeiro/a examinador/a antes de entregar a versão final para a Banca Examinadora.

Parágrafo único: Um dos examinadores da banca poderá fazer-se presente via vídeo-conferência. Nesse caso será exigido que um parecer por escrito seja enviado ao orientador e à coordenação do curso com antecedência mínima de um dia da realização da banca. Na eventualidade de problemas de conexão o parecer poderá ser lido pelo presidente da banca.

CAPÍTULO VII

Dos Recursos Necessários Para a Defesa do TCC

Art. 28º. Cabe ao/a estudante providenciar junto ao/a seu/sua orientador/a todos os equipamentos de informática, como computador (PC), computador portátil (notebook), aparelho de projeção ou outros meios que queira utilizar durante a sua apresentação diante da Banca Examinadora.

Parágrafo único. O/A estudante poderá formular junto à Secretaria do Instituto, mediante seu/sua professor/a orientador/a, um pedido formal para a disponibilização de

aparelhos de informática pertencentes ao ICS/UFAL, que será atendido na medida do possível.

CAPÍTULO VIII

Da Avaliação do TCC

Art. 29º. Quando da defesa do trabalho de Conclusão de Curso do/a estudante, o mesmo será avaliado por uma banca examinadora composta por três membros que devem pontuar dois aspectos fundamentais: o trabalho escrito e a apresentação oral.

§ 1º Sobre o trabalho escrito, a banca deve avaliar os seguintes itens: interpretação; síntese, teoria e prática; contribuição para a área; organização; argumentação; profundidade da reflexão; ortografia e gramática; estrutura; estilo e; apresentação.

Parágrafo único: As sessões de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso são públicas

Art. 30º. A Banca Examinadora seguirá os seguintes procedimentos de avaliação:

- I – Inicialmente, o/a estudante fará uma exposição oral, resumindo o conteúdo do seu TCC, em, no máximo, 15 (quinze) minutos;
- II – Em seguida, cada membro da Banca Examinadora terá 15 (quinze) minutos para considerações e perguntas, sempre com o/a Presidente fazendo as observações por último;
- III – O/A estudante terá direito a 10 (dez) minutos para formular suas respostas e considerações com relação a cada professor/a, totalizando, no máximo, 20 (vinte) minutos de resposta.

Art. 31º. Na apresentação oral a banca examinadora deve observar:

- I – Na exposição: a introdução ao tema, domínio de conteúdo, criatividade, forma de apresentação, exemplificação, domínio da linguagem, contribuição para a área;
 - I – Na arguição: argumentação, análise crítica, aprofundamento do assunto, clareza e objetividade, coerência nas respostas, entendimento das perguntas.

Art.32º. A Banca Examinadora, depois da defesa do TCC, deverá se reunir isoladamente e deliberar sobre a nota, podendo:

- II – Reprovar o trabalho, atribuindo nota menor que 7,0 (sete);
- III – Aprovar o trabalho, atribuindo nota entre 7,0 (sete) e 10,0 (dez);
- IV – No caso de reprovação, definir um prazo para reformulação entre 10 (dez) e 30 (trinta) dias, improrrogáveis, sugerindo as alterações necessárias para a melhoria do TCC. Neste caso, será marcada nova data para defesa perante a mesma Banca Examinadora, sendo vedada a concessão de outro prazo para reformulação.

Parágrafo único. No caso do inciso III deste artigo, em persistindo as impropriedades necessárias à melhoria do TCC, o trabalho será reprovado.

Art. 33º. A avaliação do TCC é documentada mediante ata preenchida pelo Presidente da Banca, onde deverão constar as notas que cada examinador/a atribuiu ao/a estudante, bem como suas respectivas assinaturas.

Art. 34º. Nos casos em que se comprove ter havido plágio, o trabalho será imediatamente reprovado com nota 0,0 (zero) e encaminhado aos órgãos universitários competentes para análise das penalidades cabíveis, não sendo designada outra Banca até o final do procedimento disciplinar.

CAPÍTULO IX

Entrega do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 35º. Após a defesa do TCC, respeitado os prazos estabelecidos pela Coordenação de TCC, será dever do/a estudante e parte integrante do processo de defesa do TCC, encaminhar para a Coordenação de Curso 02 (duas) vias impressas (uma deverá ser em capa dura e outra em espiral) e uma cópia digital, formato (PDF), devidamente preenchido com a assinatura do orientador e demais avaliadores do trabalho. Destas cópias:

- I – 01 (uma) cópia impressa e com capa dura, que será encaminhada para a Biblioteca Central;
- II – 01 (uma) cópia digital encaminhada para a Coordenação do Curso para que seja disponibilizada junto à página eletrônica do ICS/UFAL. Posteriormente a cópia digital ficará arquivada no acervo da biblioteca setorial.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36º. Os custos da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso ficam a cargo exclusivo do estudante.

Art. 37º. Os casos omissos serão discutidos pela pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais do ICS/UFAL.

Art. 38º. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, inclusive com relação aos aspectos metodológicos, restando os aspectos procedimentais a vigorar a partir do primeiro semestre de 2018.

Art. 39º. A Resolução que normatiza os procedimentos formais para elaboração e defesa de TCC dos/as estudantes do regime semestral manter-se-á em vigor, ficando o que

fora resolvido e deliberado neste documento a tratar, especificamente, dos/as estudantes regulares do regime semestral do Curso de Ciências Sociais - Bacharelado do ICS/UFAL.

Art. 40º. Ficam revogadas as disposições em contrário.



Projeto Pedagógico aprovado na Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas CONSUNI/UFAL do dia 07 de maio de 2018.

Resolução CONSUNI Nº 26/2018

Márcia Valéria Oliveira Gonçalves

Técnica em Assuntos Educacionais
PROGRAD/UFAL

Edna Cristina do Prado

Coordenadora de Currículo e Acompanhamento
de Projetos Pedagógicos dos Cursos
PROGRAD/UFAL

Sandra Regina Paz da Silva

Pró-Reitora de Graduação
PROGRAD/UFAL